

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE (PPGC)
MESTRADO ACADÊMICO

JULIANO FRANCISCO BALDISSERA

DETERMINANTES DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA:
um estudo em municípios brasileiros sob a ótica da teoria da escolha pública

CASCADEL - PR

2018

JULIANO FRANCISCO BALDISSERA

**DETERMINANTES DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA:
um estudo em municípios brasileiros sob a ótica da teoria da escolha pública**

**DETERMINANTS OF PUBLIC TRANSPARENCY:
a study in brazilian local governments from the perspective of public choice theory**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Contabilidade (PPGC) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Contabilidade**.

Linha de Pesquisa: Contabilidade Financeira e Finanças

Orientador: Dr. Denis Dall' Asta

CASCADEL - PR

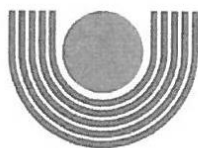
2018

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Baldissera, Juliano Francisco Determinantes da
Transparência Pública: um estudo em municípios
brasileiros sob a ótica da teoria da escolha pública
/ Juliano Francisco Baldissera; orientador(a), Denis
Dall' Asta, 2018.
145 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do
Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, Centro de Ciências
Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em
Contabilidade, 2018.

1. Transparência Pública. 2. Gestão Pública. 3.
Teoria da Escolha Pública. 4. Municípios. I. Asta, Denis
Dall'. II. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Cascavel CNPJ 78680337/0002-65
Rua Universitária, 2069 - Jardim Universitário - Cx. P. 000711 - CEP 85819-110
Fone:(45) 3220-3000 - Fax:(45) 3324-4566 - Cascavel - Paraná



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

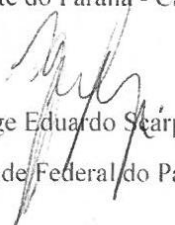
JULIANO FRANCISCO BALDISSERA

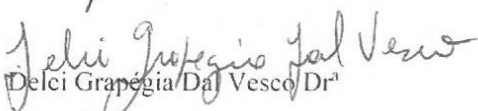
Título Dissertação: Determinantes da transparência Pública: Um estudo em municípios brasileiros sob a ótica da Teoria da Escolha Pública

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Contabilidade em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestre em Contabilidade, área de concentração Controladoria, linha de pesquisa Contabilidade Financeira e Finanças, APROVADO pela seguinte banca examinadora:


Orientador - Denis Dall'asta Dr.

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)


Jorge Eduardo Scarpin Dr.
Universidade Federal do Paraná (UFPR)


Delci Grapégia Dal Vesco Dr^a
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Cascavel, 20 de março de 2018

“Somos assim: sonhamos o voo, mas tememos a altura. Para voar é preciso ter coragem para enfrentar o terror do vazio. Porque é só no vazio que o voo acontece. O vazio é o espaço da liberdade, a ausência de certezas. Mas é isso o que tememos: o não ter certezas. Por isso trocamos o voo por gaiolas. As gaiolas são o lugar onde as certezas moram”.

Fiódor Dostoiévski

RESUMO

Baldissera, J. F. (2018). *Determinantes da Transparência Pública: um estudo em municípios brasileiros sob a ótica da teoria da escolha pública*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, PR, Brasil.

A transparência se mostra como um desafio para a reforma atual e futura da administração pública. A transparência aumenta a eficiência na alocação de recursos, reduz problemas entre o principal e o agente e desencoraja atividades de *rent-seeking*. Considerando os pressupostos teóricos da Teoria da Escolha Pública, o homem é um maximizador de utilidade, egoísta e racional, o que explicaria suas ações frente à gestão pública. Essa pesquisa tem como objetivo analisar a influência dos fatores socioeconômicos, financeiros-orçamentários e políticos no índice de transparência ativa e de transparência passiva dos municípios brasileiros. Para tanto, essa pesquisa trata-se de um estudo quantitativo, em que foram selecionados 3.550 municípios brasileiros, sendo obtidas informações socioeconômicas, financeiras-orçamentárias e políticas. Utilizou-se da técnica de análise multivariada, mais especificamente o método de regressão linear múltipla por meio do método dos mínimos quadrados ordinários (MQO), com dados de seção transversal (*cross-section*). Os resultados demonstram que o tamanho populacional capta a complexidade da administração pública e do governo, o que justifica o fato de que, nesses municípios, esses são mais propensos a adotarem atividades do governo eletrônico, por isso se mostram mais transparentes. A variação positiva nos níveis de renda *per capita* municipal e de educação impacta positivamente a variação no nível de transparência. As regiões geográficas brasileiras agregam diferentes características socioeconômicas, o que justifica se mostrarem como um determinante do nível de transparência. A condição financeira e a dívida municipal estão associadas à credibilidade financeira e à capacidade do governo de atender a seus compromissos de pagamento, por isso os gestores públicos são encorajados a divulgarem informações como um mecanismo para permitir que suas ações sejam monitoradas. As transferências intergovernamentais demonstraram exercer influência negativa sobre a transparência pública, uma vez que, no Brasil, existem muitos recursos que são transferidos sem uma condição ou gasto pré-definido, ocasionando o *flypaper effect*. Os *policymakers* se envolvem em projetos de investimento significativos e utilizam a transparência para que os cidadãos possam visualizar esse tipo de informação. A competição política aumenta o cuidado do gestor, por isso esse precisa justificar e dar mais transparência de suas ações. A ideologia política de direita e a coligação partidária com o governador demonstram que esses aspectos influenciam o nível de transparência, o que sugere que a estabilidade e o alinhamento político e ideológico justifiquem as ações dos gestores públicos. Por fim, gestores no primeiro mandato eleitoral exercem influência negativa sobre o nível de transparência, uma vez que se mostram menos experientes e não querem transparecer nesse sentido para mostrarem as suas ineficiências.

Palavras-chave: Transparência; Teoria da Escolha Pública; Gestão Pública; Municípios.

ABSTRACT

Baldissera, J. F. (2018). *Determinants of Public Transparency: a study in Brazilian local governments from the perspective of public choice theory*. Master dissertation, State University of Western Paraná, Cascavel, PR, Brazil.

Transparency is a challenge for the current and future reform of public administration. Transparency increases resource allocation efficiency, reduces problems between principal and agent, and discourages rent-seeking activities. Considering the theoretical assumptions of the Theory of Public Choice, man is a utility maximizer, selfish and rational, which would explain his actions against public management. This research aims to analyze the influence of socioeconomic, financial-budgetary and political factors on the index of active transparency and passive transparency of Brazilian municipalities. To do so, this research is a quantitative study, in which 3,550 Brazilian municipalities were selected, in which socioeconomic, financial-budgetary and political information were obtained. We used the multivariate analysis technique, more specifically the multiple linear regression method using the ordinary least squares (OLS) method, with cross-section data. The results show that population size captures the complexity of public administration and government, which justifies the fact that in these municipalities they are more likely to adopt e-government activities, so they are more transparent. The positive variation in municipal per capita income and education levels positively impacts the variation in the level of transparency. Brazilian geographical regions add different socioeconomic characteristics, which justifies being shown as a determinant of the level of transparency. Financial condition and municipal debt are associated with financial credibility and the government's ability to meet its payment commitments, so public managers are encouraged to disclose information as a mechanism to allow their actions to be monitored. Intergovernmental transfers have been shown to exert a negative influence on public transparency, since in Brazil, there are many resources that are transferred without a pre-defined condition or expense, causing flypaper effect. Policymakers engage in meaningful investment projects, and use transparency so that citizens can visualize this type of information. Political competition increases the care of the manager, so the same must justify and give more transparency of their actions. The right-wing political ideology and party coalition with the governor demonstrate that these aspects influence the level of transparency, which suggests that political and ideological stability and alignment justify the actions of public managers. Finally, managers in the first electoral mandate exert a negative influence on the level of transparency, since they are less experienced and do not want to show in this direction to show their inefficiencies.

Keywords: Transparency; Public Choice Theory; Public administration; Local Government.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Relação Principal-Agente.....	27
Figura 2	Atuação da accountability na relação Estado-Sociedade.....	30
Figura 3	As quatro direções da transparência.....	39
Figura 4	Transparência de Eventos <i>versus</i> Transparência de Processos.....	41
Figura 5	Ilusão de Transparência.....	42
Figura 6	Hipóteses Teóricas baseadas em estudos anteriores.....	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Seminais da Teoria da Escolha Pública.....	23
Tabela 2	Diferenças entre Escolhas Públicas e Escolhas Privadas.....	25
Tabela 3	Anatomia da Transparência.....	38
Tabela 4	Perspectivas da Transparência.....	44
Tabela 5	Principais Características dos Estudos Anteriores.....	56
Tabela 6	Determinantes nos Estudos Anteriores.....	59
Tabela 7	Definição das Variáveis.....	79
Tabela 8	Hipóteses da Pesquisa.....	83
Tabela 9	Estatística Descritiva das Variáveis Dependentes.....	88
Tabela 10	Estatística Descritiva das Variáveis Independentes.....	89
Tabela 11	Estatística Descritiva e Teste de Diferença de Médias da Transparência <i>versus</i> as características regionais.....	92
Tabela 12	Estatística Descritiva e Teste de Diferença de Médias da Transparência <i>versus</i> a Ideologia Política.....	94
Tabela 13	Estatística Descritiva e Teste de Diferença de Médias da Transparência <i>versus</i> a Coligação Partidária.....	96
Tabela 14	Estatística Descritiva e Teste de Diferença de Médias da Transparência <i>versus</i> o Mandato Eleitoral.....	97
Tabela 15	Teste de Correlação.....	98
Tabela 16	A influência das variáveis socioeconômicas no nível de transparência - estratificado.....	101
Tabela 17	A influência das variáveis financeiras-orçamentárias no nível de transparência - estratificado.....	103
Tabela 18	A influência das variáveis socioeconômicas, financeiras-orçamentárias e políticas sobre a transparência passiva - estratificado.....	105
Tabela 19	A influência das variáveis socioeconômicas, financeiras-orçamentárias e políticas no nível de transparência - agrupado.....	107
Tabela 20	Síntese dos Resultados Obtidos.....	110
Tabela 21	Resultados das Hipóteses de Pesquisa.....	114
Tabela 22	Resultados das Hipóteses de Pesquisa.....	119
Tabela 23	Resultados das Hipóteses de Pesquisa.....	123

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	Contextualização.....	13
1.2	Problema da pesquisa.....	15
1.3	Justificativa.....	17
1.4	Objetivos do Estudo.....	18
1.4.1	<i>Objetivo Geral.....</i>	<i>18</i>
1.4.2	<i>Objetivos Específicos.....</i>	<i>18</i>
1.5	Delimitação do estudo.....	19
1.6	Organização do estudo.....	20
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	21
2.1	Teoria Da Escolha Pública.....	21
2.1.1	<i>Evolução Histórica.....</i>	<i>21</i>
2.1.2	<i>Conceitos e Fundamentos.....</i>	<i>23</i>
2.1.3	<i>Problema do Principal-Agente.....</i>	<i>26</i>
2.1.4	<i>Assimetria de Informação.....</i>	<i>29</i>
2.1.5	<i>Ciclos Políticos.....</i>	<i>31</i>
2.1.6	<i>Escolha Pública e a Transparência.....</i>	<i>34</i>
2.2	Transparência na gestão pública.....	36
2.2.1	<i>Definições e Conceito.....</i>	<i>37</i>
2.2.1.1	<i>Anatomia da Transparência.....</i>	<i>38</i>
2.2.1.1.1	<i>Quanto à direção.....</i>	<i>39</i>
2.2.1.1.2	<i>Quanto à variedade.....</i>	<i>40</i>
2.2.1.1.3	<i>Quanto à iniciativa.....</i>	<i>42</i>
2.2.1.1.4	<i>Quanto às dimensões conceituais.....</i>	<i>43</i>
2.2.2	<i>Perspectivas da Transparência.....</i>	<i>43</i>
2.2.3	<i>Implicações.....</i>	<i>44</i>
2.2.4	<i>Estudos Anteriores.....</i>	<i>46</i>
2.3	Hipóteses de pesquisa.....	62

2.3.1	<i>Transparência e Fatores Socioeconômicos</i>	63
2.3.2	<i>Transparência e Fatores Financeiros-orçamentários</i>	67
2.3.3	<i>Transparência e Fatores Políticos</i>	70
2.3.4	<i>Modelo Teórico de Pesquisa</i>	73
3	METODOLOGIA	76
3.1	Definição do tipo de pesquisa	76
3.1.1	<i>Quanto aos Objetivos</i>	76
3.1.2	<i>Quanto aos Procedimentos</i>	76
3.1.3	<i>Quanto à Abordagem do Problema</i>	77
3.2	Procedimentos de coleta e análise dos dados	77
3.2.1	<i>Instrumentos de pesquisa</i>	77
3.2.2	<i>Procedimentos de coleta</i>	77
3.2.3	<i>Definição das Variáveis da Pesquisa</i>	79
3.2.3.1	<i>Variável dependente</i>	81
3.2.3.2	<i>Variáveis independentes</i>	81
3.2.4	<i>Definição da Hipótese da Pesquisa</i>	83
3.2.5	<i>Modelo econométrico</i>	84
3.2.6	<i>Procedimentos de análise</i>	85
3.3	Limitações da pesquisa	86
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	87
4.1	Análise Descritiva	87
4.2	Determinantes da Transparência	100
4.3	Discussão dos Resultados	109
4.3.1	<i>Transparência e Fatores socioeconômicos</i>	111
4.3.1.1	<i>População</i>	111
4.3.1.2	<i>Renda Municipal</i>	112
4.3.1.3	<i>Educação</i>	113
4.3.1.4	<i>Região</i>	113
4.3.2	Transparência e Fatores Financeiros-Orçamentários	115
4.3.2.1	<i>Condição Financeira</i>	115

4.3.2.2	<i>Dívida</i>	116
4.3.2.3	<i>Transferências Intergovernamentais</i>	117
4.3.2.4	<i>Investimentos de Capital</i>	118
4.3.3	<i>Transparência e Fatores Políticos</i>	119
4.3.3.1	<i>Competição Política</i>	119
4.3.3.2	<i>Ideologia Política</i>	120
4.3.3.3	<i>Coligação Partidária</i>	121
4.3.3.4	<i>Mandato Eleitoral</i>	122
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
	REFERÊNCIAS	131

1 INTRODUÇÃO

Essa seção evidencia uma exposição sobre a contextualização do tema, estabelecendo um panorama sobre a transparência no contexto científico e social. Expõe a problematização do tema, a qual levanta a questão norteadora dessa pesquisa, apresentando as respectivas razões que justificam o desenvolvimento deste estudo. Estabelece os objetivos gerais e específicos deste trabalho. Por fim, traz as delimitações do estudo e como está estruturado.

1.1 Contextualização

Desde a Constituição Federal (CF) de 1988 já estava disposto a exigência de um modelo de transparência para a Administração Pública, no artigo 5º, XXXIII, em que esclarece que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou coletivo (Brasil, 1988). Essa exigência ganhou força com a evolução da sociedade, alterando sua própria cultura. Mecanismo de participação direta e indireta que garante o Estado Democrático de Direito e fortalece a cultura da transparência.

Esses novos paradigmas vão ao encontro da Nova Gestão Pública (NGP), que apresenta, como pressupostos para esse novo modelo de gestão, a eficiência, a produtividade, a transparência e o *accountability* (Bairral, Ferreira, & Bairral, 2013). A transparência é um desafio para a reforma atual e futura da administração pública e uma governança moderna e melhor (Piotrowsky & Van Ryzin, 2007).

A Lei de Acesso à Informação (LAI) teve como finalidade modernizar a máquina pública e garantir o alcance dos novos objetivos desse modelo de gestão. A adoção desse tipo de legislação está se tornando cada vez mais popular entre os países com o objetivo de estimular o crescimento econômico ou reduzir a corrupção (Blanton, 2002; Darbishire, Carson, & Humphreys, 2006; Halstuk, 2008; Meijer, 2009).

A transparência é considerada como um valor democrático por excelência que sustenta um governo confiável de alto desempenho e responsável (Kjaer, 2004; Hood, 2006; Grimmelikhuijsen & Welch, 2012). A compreensão do conceito, determinantes e consequências podem ser úteis nos estudos sobre a transparência (Grimmelikhuijsen & Welch, 2012).

Existem muitas definições sobre a transparência, mas todas afirmam o aspecto fundamental da acessibilidade da informação como o ponto principal (Sol, 2013). Kaufmann e Kraay (2002) definem a transparência como o aumento do fluxo de informação econômica,

social e política de forma tempestiva e confiável, acessível a todas as partes interessadas relevantes. Islam (2006) foca na informação tempestiva sobre dados econômicos.

Assim, pode-se afirmar que transparência do governo reflete o grau em que um governo ou outra instituição política divulga informações sobre suas ações e processos para informar com precisão o que tal instituição está fazendo (Kopits & Craig, 1998; Bellver & Kaufmann, 2005; Kolstad & Wiig 2009; Lindstedt & Naurin, 2010; Relly & Sabharwal, 2009). A transparência, portanto, é condição necessária como o primeiro passo nos processos de prestação de contas (Meijer, 2013).

As pesquisas sobre transparência baseiam-se, em grande parte, nas explicações fornecidas pelas Teorias da Agência e da Legitimidade (Zimmerman, 1977; Eisenhardt, 1989; Patten, 1992; Suchman, 1995; Shapiro, 2005). A transparência é desejável na perspectiva econômica porque aumenta a eficiência na alocação de recursos, reduzindo os problemas entre o principal e agente (Holmström, 1979), desencorajando atividades de *rent-seeking* ou busca de rendas (Baumol, 1990; Murphy, Shleifer & Vishny, 1991; Calderón & Chong, 2006).

Observa-se que a transparência se insere, principalmente, na discussão teórica da relação entre principal-agente. A relação de assimetria de informação é uma dessas vertentes que se mostra relevante de se discutir, já que a relação de agência na Administração Pública ocorre quando agentes (funcionários eleitos) atuam no interesse do principal (cidadãos) (Lane, 2005), se sustentando a partir de três premissas: (1) o agente dispõe de diversos comportamentos possíveis de serem adotados; (2) a ação do agente afeta o bem-estar de ambas as partes; (3) as ações do agente dificilmente são observáveis pelo principal, que leva à existência da assimetria informacional (Slomski, 2005).

Nesse contexto, tem-se a Teoria da Escolha Pública, a qual tem como premissa que o homem é um maximizador de utilidade (Buchanan & Tullock, 1962), egoísta e racional (Mueller, 1976), o que seria evidente nos políticos a frente do comando da gestão pública (Buchanan & Tullock, 1962; Mueller, 1976). Essa teoria oferece uma compreensão, uma explicação, das interações institucionais complexas que ocorrem dentro do setor público (Buchanan, 1984), por isso, justifica o seu uso para analisar os determinantes da transparência pública, uma vez que também abrange as questões relacionadas ao conflito de agência, assimetria de informação e ciclos políticos.

Insera-se no contexto das escolhas públicas a assimetria de informação, a qual representa um incentivo para que políticos eleitos atuem ou se comportem de forma inadequada, já que os cidadãos não podem monitorar todas as ações do agente, visto que os interesses dos políticos eleitos são diferentes dos cidadãos (Araujo & Tejedo-Romero, 2016).

Assim, a transparência e a tempestividade da informação poderiam reduzir a assimetria de informação e aumentar o grau de confiança nos atores políticos, minimizando os conflitos de interesses, conseqüentemente, contribuir para a adequada alocação dos recursos disponíveis (Laswad, Fisher & Oyelere, *et al*2005; Albuquerque, Andrade, Monteiro, & Ribeiro, 2007; Queiroz, Nobre, da Silva & Araújo, *et al*2013). A transparência pode ser um instrumento disponível para o diretor que permitiria avaliar seu agente e tomar as medidas necessárias para controlar e evitar as atividades do agente que beneficiam seus próprios interesses e não o do principal (Miller, 2005; Lindstedt & Naurin, 2010).

1.2 Problema da Pesquisa

As instituições governamentais estão cada vez mais preocupadas com a divulgação mais ampla de informações e a criação de novos mecanismos para melhorar a qualidade da tomada de decisões, promover uma maior transparência no processo político e aumentar a legitimidade das decisões (King, Feltey & Susel, 1998; Catt & Murphy, 2003; Innes & Booher, 2004; Bingham, Nabatch & O'Leary, 2005). A cidadania ativa, por meio da governança compartilhada, pode ser promovida pela transparência, permitindo que os cidadãos assumam um papel crucial nas decisões políticas e na coprodução de serviços (Stivers, 2008).

No Brasil, assim como em outros países, o acesso à informação é aceito como um direito fundamental protegido pela constituição nacional, estabelecido como um valor ético e prioritário para a administração pública, e uma condição prévia para o escrutínio público, participação e responsabilidade (Cooper, 2004; Piotrowski & Van Ryzin, 2007; Piotrowski & Bertelli, 2010).

No entanto, mesmo com a publicação da lei, não é a cultura da transparência que prevalece, percebe-se que os responsáveis por essas mudanças não estão tão interessados em se mostrarem transparentes, o que pode ser uma evidência de assimetria de informação (AI). Estudos realizados no Brasil confirmam esse fato (Akutsu & Pinho, 2002; Pinho, 2006; Santana Júnior, 2008; Paiva & Zuccolotto, 2009; Souza, Araujo & Silva, 2016). Além disso, essa mesma realidade também é observada no exterior (Justice, Melitski & Smith, 2006; Herawaty & Hoque, 2007; Styles & Tennyson, 2007; Perez, Bolívar & Hernández, 2008).

Alguns estudos demonstram a importância de alguns fatores para explicar o nível de transparência nos municípios ou dos entes governamentais locais, estaduais e federais.

Dentre estes estudos, alguns associam fatores socioeconômicos para explicar a transparência (Laswad *et al.*, 2005; Alt & Lassen, 2006; Caba-Pérez, Bolívar & Hernández,

2008; Santana Junior, 2008; Serrano-Cinca, Tomás & Terragona, 2009; Cruz, 2010; Pina, Torres & Royo, 2010; Gallego-Álvarez, Domínguez & García-Sánchez, 2010; Guillamón, Batisda & Benito, 2011; García-Sánchez, Aceituno & Domínguez, 2013; Sol, 2013; Alcaraz-Quiles, Galera & Rodríguez, 2015; Garcia-Tabuyo, Sáez-Martín & Caba-Pérez, 2015; Keerasuntonpong, Dunstan, & Khanna 2015; Lowatcharin & Menifield, 2015; Guillamón, Ríos, Gesuele & Metallo, 2016; Alcaide-Muñoz, Bolívar & Hernández, 2016; Fiirst, Costa, Baldissera & Dall'Asta, 2017; Puron-Cid & Bolívar, 2017).

Outros associam fatores financeiros-orçamentários à transparência (Ingram, 1984; Giroux, 1989; Cheng, 1992; Smith, 2004; Laswad *et al.*, 2005; Alt & Lassen, 2006; Caba-Pérez, Bolívar & Hernández, 2008; Gandía & Archidona, 2008; Santana Junior, 2008; Cárcaba-García & García, 2010; Cruz, 2010; Guillamón *et al.*, 2011; Esteller-Moré & Otero, 2012; Martani & Lestiani, 2012; Caamaño-Alegre, Peñas, Santias & Boubeta, 2013; Rodríguez-Bolívar, Muñoz & Hernández, 2013; Sol, 2013; Bairral, Silva & Alves, 2015; Keerasuntonpong *et al.*, 2015; Guillamón *et al.*, 2016; Alcaide Muñoz *et al.*, 2016; Fiirst *et al.*, 2017; Puron-Cid & Bolívar, 2017).

Outros verificaram a influência de fatores políticos na transparência (Ingram, 1984; Giroux, 1989; Smith, 2004; Laswad *et al.*, 2005; Alt & Lassen, 2006; Caba-Pérez *et al.*, 2008; Gandía & Archidona, 2008; Serrano-Cinca *et al.*, 2009; Cárcaba-García & García, 2010; Guillamón *et al.*, 2011; Ríos, Benito & Bastida, 2013; Sol, 2013; Wehner & De Renzio, 2013; Caba-Pérez *et al.*, 2014; Garcia-Tabuyo *et al.*, 2015; Guillamón *et al.*, 2016; Alcaide Muñoz *et al.*, 2016; Puron-Cid & Bolívar, 2017).

Entretanto, apesar da relevância social e econômica da transparência nas instituições públicas, percebe-se que entre os estudos existentes, estes negligenciaram a abordagem dos determinantes da transparência do governo local (Piotrowski & Van Ryzin, 2007; Gallego-Álvarez *et al.*, 2010; Piotrowski & Bertelli, 2010; Sol, 2013, Cruz, Tavares, Marques, Jorde & de Sousa, 2016; Araujo & Tejedo-Romero, 2016). Esta análise pode fornecer resultados interessantes de serem analisados, já que dentro de uma nação existem diferentes contextos que podem ser explorados e que permitem uma análise detalhada e aprofundada.

Além disso, é importante fazer essa análise sob enfoque da Teoria da Escolha Pública, mais especificamente sob os aspectos que fundamentam o conflito de agência, a assimetria de informação e os ciclos políticos, visto que o agente toma decisões que maximizem o seu interesse e não o do principal, ocasionando um conflito de interesse, sendo a transparência, portanto, um mecanismo que diminui esse conflito, aproxima os cidadãos da gestão e,

consequentemente, diminui a assimetria de informação (Laswad *et al.*, 2005; Albuquerque *et al.*, 2007; Queiroz *et al.*, 2013).

Assim, considerando o exposto, pelas discussões dos estudos anteriores levantadas e pela necessidade de avançar na discussão que envolve o tema da transparência, tem-se como questão de pesquisa: **Quais os fatores socioeconômicos, financeiros-orçamentários e políticos são determinantes na transparência pública dos municípios brasileiros?** A resposta e os resultados para essa questão de pesquisa foram observados sob a lente da Teoria da Escolha Pública, por isso ressalta-se o fato de que não se limitou a uma relação de determinação, mas sim em reconhecer as principais implicações e discussões das constatações que foram observadas.

Para tanto, nesta pesquisa buscou-se observar a influência de características socioeconômicas, financeiras e políticas sobre o nível de transparência da gestão municipal e, ainda, a associação do nível de transparência aos aspectos relacionados ao conflito de agência, assimetria de informação e dos ciclos políticos percebidos por meio do comportamento oportunista e ideológico do gestor.

Portanto, além de conhecer em que grau de transparência pública os municípios estão, é importante entender o porquê desse atual estágio na transparência e observar quais os principais determinantes que explicam o índice de transparência.

1.3 Justificativa

Esse estudo se mostra relevante tanto para a pesquisa contábil como para a própria área científica, pois busca entender a realidade dos municípios por meio de indicadores científicos, para, então, explicar os possíveis motivos das relações encontradas.

Esse trabalho justifica-se por tratar de um tema relativamente novo, ainda não tão explorado, principalmente no que se refere à avaliação da transparência segundo os pressupostos legais e reguladores e com indicadores socioeconômicos, financeiros-orçamentários e políticos sob a ótica da Teoria da Escolha Pública.

Observa-se, a partir da literatura anterior, a lacuna nas pesquisas sobre a transparência pública que aborde o caso dos municípios brasileiros, até o momento não se tem uma discussão adequada à literatura internacional dos fatores determinantes da transparência pública no caso brasileiro. Assim, este estudo busca contribuir com a literatura sobre o tema, identificando as principais variáveis que influenciam a transparência pública e, além disso, avança sobre o tema ao incluir variáveis políticas e outras mais alinhadas com a literatura internacional sobre o tema.

A teoria da escolha pública auxiliará na construção dessas hipóteses e também na discussão dos principais resultados, o que até então também não havia sido percebido para o caso brasileiro.

Buscar respostas para o problema dessa pesquisa se mostra importante no contexto que se tem hoje, pois fortalece a nova cultura que esta lei busca criar. Associar a transparência após a Lei de Acesso à Informação (LAI) com essas teorias ajuda a entender a realidade brasileira no que se refere ao modo de governo do país.

Essa pesquisa contribui com a própria teoria, pois busca observar os pressupostos que essa estabelece, tendo uma abrangência que até o momento ainda não foi observada, principalmente por estar observando as organizações públicas. Como contribuição prática, tem-se o próprio fortalecimento do controle social, pois apresenta diversas práticas e explicações sobre a gestão pública.

1.4 Objetivos do Estudo

Considerando o problema de pesquisa estabelecido, se faz necessário estabelecer alguns objetivos que auxiliem na obtenção de uma resposta a essa questão. Fachin (2002) evidencia que os objetivos representam o fim com que a pesquisa se propõe a atingir, diretamente relacionada ao fato de tentar dar uma resposta ao problema formulado.

1.4.1 Objetivo Geral

Diante do problema apresentado, o objetivo geral consiste em analisar a influência dos fatores socioeconômicos, financeiros-orçamentários e políticos no índice de transparência ativa e de transparência passiva dos municípios brasileiros. A partir dessas inferências tornou-se possível analisar e discutir os resultados sob o olhar teórico da Teoria da Escolha Pública.

1.4.2 Objetivos Específicos

Para a concretização do objetivo geral, optou-se pela subdivisão em alguns objetivos específicos:

- a) Identificar o índice de transparência da gestão pública dos municípios brasileiros e as variáveis socioeconômicas, financeiras-orçamentárias e políticas;
- b) Verificar se existe diferença nos níveis de transparência ativa e transparência passiva em função dos aspectos socioeconômicos, financeiros-orçamentários e políticos.

- c) Verificar a influência dos aspectos socioeconômicos, financeiros-orçamentários e políticos no índice de transparência ativa e transparência passiva dos municípios brasileiros;
- d) Analisar a assimetria de informação, o conflito de agência e os ciclos políticos em função da variação dos níveis de transparência da gestão pública proporcionada pelos aspectos socioeconômicos, financeiros-orçamentários e políticos.

1.5 Delimitação do Estudo

O presente estudo está delimitado à observação da influência dos fatores socioeconômicos, financeiros-orçamentários e políticos na transparência pública dos municípios brasileiros selecionados a partir de uma amostra estatisticamente significativa. Esses dados foram obtidos por meio do *site* do Ministério Público Federal (MPF), do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), dos portais eletrônicos dos municípios selecionados, do *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como de outros que se fizerem necessários para suprir a demanda de dados que foram utilizados.

Para a avaliação dos indicadores foram utilizados daqueles já calculados e obtidos por meio dessas páginas eletrônicas e dos que se fizeram necessários o cálculo, principalmente no que se refere aos indicadores financeiros, pois esses somente são disponibilizados de forma bruta, exigindo a formatação e o cálculo. Para avaliar o índice de transparência dos municípios foi utilizado do Ranking Nacional de Transparência, índice calculado pelo Ministério Público Federal e disponibilizado em sua página eletrônica, o que limita a amostra dessa pesquisa aos municípios observados por este índice.

Essa pesquisa foi realizada nos anos de 2016 a 2018, a coleta de dados ocorreu neste mesmo período, restando o tempo final tão somente para consolidação da pesquisa.

1.6 Organização do Estudo

Essa pesquisa organiza-se em cinco grandes seções: introdução, fundamentação teórica, metodologia, análise e conclusão. Inicialmente, na introdução se apresenta a abrangência da pesquisa, sua relevância, justificativa, problema e objetivos. Na seção de fundamentação teórica foi discutido os principais autores no que se refere à Teoria da Escolha Pública, apresentando as principais discussões relacionadas à assimetria de informação, ao conflito de agência e aos ciclos políticos, apresentando-se a literatura anterior que se assemelha à proposta dessa pesquisa, de modo que possibilite a construção do suporte empírico e teórico adequado para o desenvolvimento deste estudo. Na metodologia foram apresentados os métodos e procedimentos utilizados para atingir o objetivo da pesquisa. Na seção de análise foi apresentado o conteúdo propriamente dito da pesquisa, em que foram desenvolvidos de modo a alcançar os objetivos deste estudo. Na conclusão apresentaram-se os principais achados da pesquisa e a resposta ao problema do trabalho, além das implicações dos resultados obtidos com este estudo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Antes de discutir e entender os conceitos da transparência pública, é necessário observar os conceitos, os fundamentos e a evolução das tendências teóricas desse contexto de pesquisa. Deste modo, esta fundamentação teórica aborda as tendências teóricas da transparência pública, evidenciando as principais discussões e como elas se justificam no estudo da transparência. Também apresenta as definições, discussões, implicações e estudos anteriores da transparência pública. Por fim, apresentam-se os estudos anteriores de modo a formar um suporte teórico para as hipóteses dessa pesquisa.

2.1 Teoria da Escolha Pública

Analisar a influência de diferentes fatores que impactam a transparência pública surge da necessidade de olhar sobre este contexto a partir da discussão teórica do conflito entre o principal e agente (Lane *et al.*, 2005; Slomski, 2005). A teoria da escolha pública fornece importantes discussões e argumentos que permitem entender as implicações da transparência pública frente aos problemas entre o principal e agente, da assimetria de informação e dos ciclos políticos.

Deste modo, esta seção, além de trazer os aspectos fundamentais relacionados à evolução histórica, aos conceitos e aos fundamentos da Teoria da Escolha Pública, também aborda outras vertentes que essa teoria também alcança, como o conflito de agência, a assimetria de informação e os ciclos políticos.

2.1.1 *Evolução Histórica*

A escolha pública foi definida como a aplicação da metodologia da economia ao estudo da política. Essa teoria apresenta duas vertentes que indicam o seu surgimento. A primeira surgiu no final do século 18 como uma ramificação da matemática, em que considera como pioneiros os autores Jean-Charles de Borda (1781) e o marquês de Condorcet (1785). A segunda considera o surgimento no final da década de 1940 e 1950 como uma ramificação da economia, com as obras de Duncan Black (1948a; 1948b), de James Buchanan (1949) e de Kenneth Arrow (1950).

Os dois artigos de Duncan Black (1948a; 1948b) abordam o problema do ciclismo sob a regra da maioria simples e fornecem evidências do Teorema de Eleitor Mediano. Este teorema

busca descrever equilíbrios nos estudos teóricos e tem sido o fundamento de diversos trabalhos empíricos sobre a teoria da escolha pública (Mueller, 2004).

Já Arrow (1950) provou que nenhum procedimento para agregar preferências individuais poderia ser garantido para produzir uma ordem social completa sobre todas as escolhas possíveis (Mueller, 2004). Este autor conclui que não haveria a viabilidade de existir um bem-estar social generalizado, nem função de escolha social. O bem-estar geral satisfatório seria uma questão de permanente incógnita irresolúvel (Castro, 2015).

James Buchanan e Gordon Tullock foram os autores do livro *The calculus of consent*, publicado em 1962. Este livro estabeleceu estes dois autores como principais estudiosos sobre o tema. O livro contém diversas discussões sobre as propriedades da regra da maioria simples, *logrolling* e outros. Entretanto, sua maior contribuição foi introduzir a distinção entre o estágio constitucional da tomada de decisão coletiva em que as regras de votação e outras instituições da democracia são selecionadas e as aplicações dessas regras para o trabalho real de fazer escolhas coletivas (Mueller, 2004).

No livro intitulado *Capital, Socialism and Democracy*, em 1942, Schumpeter apresentou outra teoria da democracia, na qual a função social da democracia seria cumprida pela luta competitiva pelo poder entre as partes, assim como a função social dos mercados é cumprida incidentalmente pela luta competitiva por lucros entre as empresas (Mueller, 2004).

Outro autor que se destacou e contribuiu nas discussões sobre a teoria da escolha pública foi Anthony Downs. Este autor foi estudante de Kenneth Arrow. O autor desenvolveu o artigo *An Economy Theory of Democracy* em 1957. Downs (1957) desenvolveu um modelo do eleitor racional, o qual escolhe racionalmente permanecer ignorante da maioria das questões em uma eleição (Mueller, 2004).

Em 1965, Mancur Olson publicou sua tese de doutorado em que também demonstrou a lógica da tomada de decisão racional que leva os indivíduos a investirem pouco tempo na coleta de informações que ajudam a eles decidirem como votar (Mueller, 2004).

Tratando sobre a burocracia, William Niskanen publicou, em 1971, o livro *Bureaucracy and representative government*, o qual trouxe como contribuição o fato que os burocratas procuram maximizar o tamanho dos seus orçamentos, dessa maximização derivam diversas implicações. Diversos estudos, desde então, têm sido construídos sobre o fundamento analítico que ele colocou (Mueller, 2004).

Assim, em síntese, a Tabela 1 evidencia os clássicos seminais e suas principais contribuições sobre o tema.

Tabela 1

Seminários da Teoria da Escolha Pública

Autores	Ano	Estudo	Contribuições
Joseph Schumpeter	1942	<i>Capital, Socialism and Democracy</i>	A democracia desvia-se do “interesse público” devido à ação de grupos de pressão e dos políticos que agem de acordo com seus fins privados.
Kenneth Arrow	1951	<i>Social choice and individual values</i>	Trouxe o rigor matemático para o contexto da escolha pública e desenvolveu a teoria do “paradoxo do voto”.
Anthony Downs	1957	<i>An Economy Theory of Democracy</i>	Trouxe uma nova teoria (ciclos políticos) sobre como os políticos estabelecem as políticas econômicas para maximizar sua probabilidade de reeleição. Demonstrou que os partidos políticos se movem em direção ao centro do espectro político (teorema da preferência mediana), sugerindo que o voto dos indivíduos é altamente irracional, visto que isso não afeta o rendimento de qualquer indivíduo.
James Buchanan e Gordon Tullock	1962	<i>The Calculus of Consent</i>	Defendem o uso da regra da unanimidade das decisões políticas, argumentando que estas são não coercitivas e não impõem custos.
William A. Niskanen	1971	<i>Bureaucracy and Representative Government</i>	Introduz o modelo do burocrata maximizador do orçamento.
Mancur Olson	1982	<i>The Rise and decline of the nations: economic growth stagflation and social rigidities</i>	Tendo como premissa a ideia do predomínio burocrático e da vulnerabilidade à ineficiência, observou que o que permitiu as economias do Japão e da Alemanha prosperarem, foi porque após 1945 a guerra destruiu o poder que tinham os interesses administrativos e burocráticos instalados para reprimir o empreendedorismo e a atividade comercial.

Nota: Fonte: O Autor (2018).

A teoria da escolha pública tem ganhado destaque nas agendas de governo e agências internacionais empenhadas na reforma do Estado e na promoção de programas de ajustes estruturais (Borges, 2001). Esta teoria busca compreender a gestão do setor público a partir da análise do poder e das suas decisões escolhidas em função do bem-estar do povo (Pereira, 1997).

A partir de um viés liberal, essa teoria observa o processo político e sua interferência nas transações de mercado como uma ameaça à liberdade individual e ao processo econômico, considerando o mercado como padrão institucional mais adequado à organização de sociedades (Buchanan & Tullock, 1962).

2.1.2 Conceitos e Fundamentos

A Teoria da Escolha Pública desconstrói a visão romântica e ilusória das noções sobre o funcionamento dos governos e o comportamento dos agentes que governam, a qual foi substituída por noções que incorporam mais ceticismo sobre o que os governos podem fazer e o que os governos farão, certamente mais consistente com a realidade política (Buchanan, 1984).

Essa pode ser definida como o estudo econômico da tomada de decisões não comerciais ou a aplicação da economia à ciência política (Mueller, 1976). Trata-se da análise científica do comportamento do governo, assim como do comportamento dos indivíduos com o governo (Tullock, Seldon, & Brady, 2002).

Essa teoria busca, por meio das ferramentas e métodos de abordagem desenvolvidos para níveis analíticos da teoria econômica, aplicar essas ferramentas e métodos ao setor político, governamental e à economia pública. A análise tenta relacionar o comportamento dos atores individuais no setor governamental em suas diversas capacidades: eleitores, candidatos, representantes eleitos, líderes ou membros de partidos políticos e burocratas. Assim, essa teoria tenta oferecer uma compreensão, uma explicação, das interações institucionais complexas que ocorrem dentro do setor público (Buchanan, 1984).

Todas as discussões e os estudos aplicados a essa teoria partem do postulado básico de que o homem é um maximizador egoísta, racional e de utilidade. Assim, os estudos concentram-se nos problemas de agregação de preferências individuais para maximizar uma função de bem-estar social ou para satisfazer algum conjunto de critérios normativos (Mueller, 1976). Por isso, essa teoria utiliza as premissas da economia para prever, explicar e prever o comportamento dos grupos de interesse e dos legisladores (Roach, 1994).

Ao longo das últimas décadas, essa teoria tem criticado outra corrente teórica que incentiva a intervenção do Estado na economia (*welfare economics* – economia do bem-estar). Essa centralizava a análise nos fracassos de mercado, os quais justificavam a intervenção corretiva do Estado. A teoria da escolha pública, contrariamente, buscou tornar claros os fracassos do governo e os seus respectivos limites na intervenção (Pereira, 1997).

Essa teoria inovou no sentido de entender e aplicar “a forma econômica de pensar” no contexto social incluído pelas áreas políticas (Boettke & Leeson, 2004). A tomada de decisões políticas ocorreria segundo um conjunto de regras. As motivações dos políticos (gestores públicos) resumiriam-se à premissa de que esses escolheriam decisões que possibilitassem a maximização da sua probabilidade de reeleição (Cruz, 2010). Os indivíduos comportam-se da mesma forma, tanto no mercado como na política, são maximizadores do interesse próprio (Salgado, 2003).

A Teoria da Escolha Pública se desdobra em dois tipos de análises, a análise positiva e a análise normativa (Mueller, 1976; Pereira, 1997; Costa, 2011).

A análise positiva considera que os homens são seres econômicos, por isso buscam maximizar os seus próprios interesses em relação a algo que valorizam. Essa análise buscou explicar como as entidades políticas e burocráticas se comportam na realidade em função de votos, orçamentos públicos, benefícios, poder, utilidade etc. (Mueller, 1976; Pereira, 1997; Costa, 2011).

Para tanto, esta análise focou em três aspectos da democracia representativa: (1) comportamento dos representantes e dos partidos políticos durante a campanha e o mandato; (2) comportamento dos eleitores na seleção dos representantes políticos; e (3) resultados de uma democracia representativa (Pereira, 1997; Costa, 2011).

A análise normativa busca estabelecer quais as metas que o Estado deveria ter e como deveria agir para atingi-las (Mueller, 1976). Ela investiga os procedimentos e as condições que satisfazem as escolhas coletivas por meio dos processos decisórios (Costa, 2011). Busca, portanto, refletir os valores (Pereira, 1997).

Assim, se percebe que as escolhas públicas se diferenciam das escolhas privadas. As estruturas institucionais, as quais os atores racionais buscam seu próprio interesse, é que determinam o comportamento dos indivíduos (Costa, 2011). As principais diferenças estão evidenciadas na Tabela 2.

Tabela 2

Diferenças entre Escolhas Públicas e Escolhas Privadas

Escolhas Privadas	Escolhas Públicas
Unilaterais	Multilaterais
As consequências recaem, principalmente, sobre o próprio tomador de decisões	Os benefícios e custos das escolhas públicas são divididos com outros
Os indivíduos participam em transações privadas voluntariamente	A participação dos indivíduos numa transação pública pode ser coercitiva
Trocas privadas implicam uma soma positiva	Trocas mediadas pelo setor público podem ser de soma zero ou negativa

Nota: Fonte: Shughart e Razzolini (2001).

A teoria da escolha pública se sustenta sob três fundamentos: o individualismo metodológico; o *homo economicus* como postulado do comportamento individual; a economia como a ciência de trocas (Pereira, 1997; Jiménez, 2008; Costa, 2011).

O individualismo metodológico considera que a unidade base de análise é o indivíduo, visualizando-o como sujeito de ações individuais ou coletivas, o qual possui preferências,

valores e motivações (Pereira, 1997); esse é o único que sente e está em condições de identificar o melhor ou o pior para ele (Jiménez, 2008).

Em organizações, públicas ou privadas, as escolhas coletivas são tomadas a partir de preferências individuais distintas (Buchanan, 1980). Assim, os fenômenos políticos são reduzidos, visto que os indivíduos são o seu componente principal. As decisões devem ser encaradas não organicamente, como o todo maior do que a soma das partes, mas como uma composição de um número qualquer de indivíduos modelados pela teoria (Bernabel, 2009).

Assim, percebe-se que os governos ou instituições políticas são concebidos como complexos projetos ou arranjos institucionais por meio dos quais os indivíduos tomam decisões com o objetivo de obterem coletivamente seus objetivos próprios comumente desejados (Jiménez, 2008; Costa, 2011).

O fundamento do *homo economicus* parte da premissa de que o homem se comporta como um indivíduo egoísta, racional e maximizador (Mueller, 1976). Os indivíduos seriam modelados para determinar um comportamento que maximizaria suas utilidades subjetivas frente às restrições que enfrentam (Buchanan, 1984). No entanto, quando este indivíduo se torna político, assume a postura do *homo politicus* (Mendonça, 2014) e, por isso, utilizaria a estrutura institucional pública para favorecer seu interesse próprio como um subproduto do interesse social.

Considerar que os gestores públicos utilizariam o sistema em proveito próprio indica a necessidade de pensar em regras, procedimentos e instituições para evitar os abusos de poder e outras tentações políticas, por isso a Constituição Federal Brasileira, inspirada na americana, adotou o sistema de *checks and balances* (Pereira, 1997). As trocas são a essência do problema econômico (Jiménez, 2008), visto que a política se converte em um mecanismo para alcançar objetivos pessoais (Costa, 2011).

Considerando se existe, de fato, uma escolha pública, não há como garantir a satisfação das escolhas individuais dos cidadãos por meio dos representantes eleitos (Arrow, 1951; Costa, 2011). O próprio interesse individual dos representantes e dos interesses das classes organizadas ou grupos de interesses específicos que realizam pressões ou lobbies impede de afirmar a existência da real e verdadeira escolha pública (Costa, 2011).

2.1.3 Problema do Principal-Agente

A relação de agência é como se fosse um contrato, no qual uma pessoa (principal) contrata outra pessoa (agente) para executar algum serviço em seu nome, o qual envolve

delegação de autoridade para a tomada de decisão do agente. Se esses indivíduos são maximizadores de utilidade, há razões para acreditar que o agente não irá agir conforme o interesse do principal (Jensen & Meckling, 1976).

A comunicação entre os gestores públicos e cidadãos, a partir de uma gestão transparente, de forma semelhante, estabelece uma relação de contrato social tácito entre o principal (cidadão) e o agente (gestor público), a qual pode ser explicada por essa perspectiva (Bairral *et al.*, 2015).

Desta relação, surgem conflitos originados da assimetria da informação entre o principal e o agente devido à existência de três premissas: (1) o agente dispõe de diversos comportamentos possíveis de serem adotados; (2) a ação do agente afeta o bem-estar de ambas as partes; (3) as ações do agente dificilmente são observáveis pelo principal, que leva à existência da assimetria informacional (Slomski, 2005).

O problema de agência, assim como sugere a teoria da escolha pública, envolve o risco de o agente atuar de acordo com seus interesses em vez dos interesses do principal. Com o objetivo de alinhar os interesses dos agentes com os de seus principais, são realizados contratos (Sato, 2007).

A maximização do bem-estar do principal não se torna possível, visto que o principal e o agente possuem diferentes objetivos e diferentes predisposições ao risco (Wright, Ferris, Sarin, & Awasthi, 1996; Costa, 2011; Costa, Freire, Gartner, & Clemente, 2013). A Figura 1 ilustra essa relação.

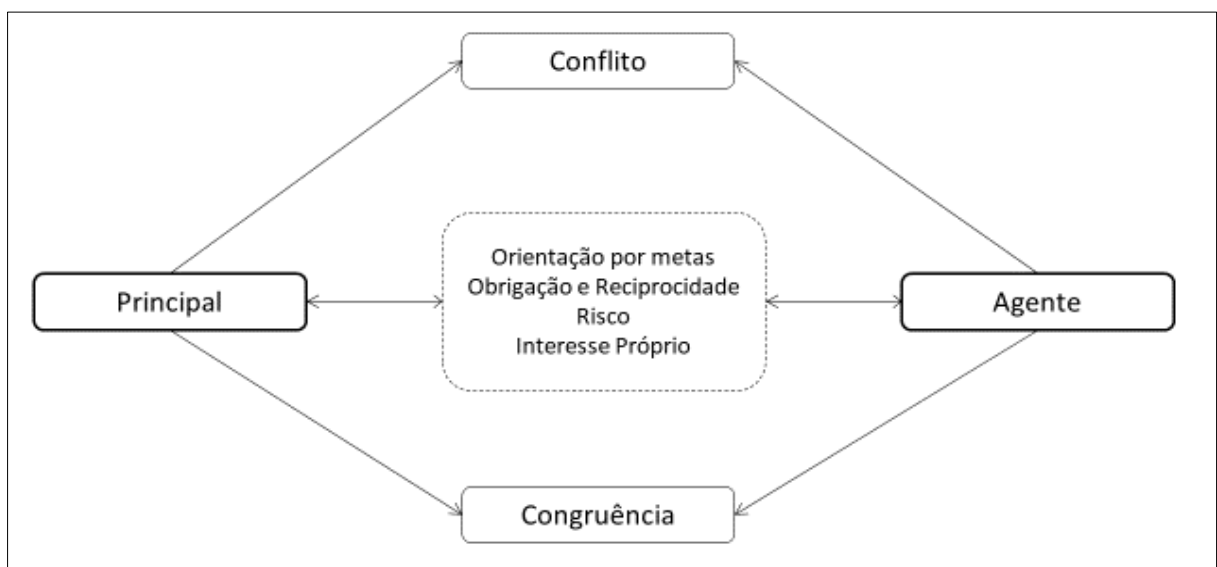


Figura 1. Relação Principal-Agente. Fonte: O Autor (2018).

O principal é considerado neutro quanto ao risco, visto que pode realizar escolhas sobre diversos participantes (Wiseman & Gomez-Mejia, 1998). O agente deve realizar ações de forma adversa ao risco, visto que está ligado a um único principal (Williamson, 1963). Os agentes têm aversão ao risco, uma vez que estes buscam preservarem seus bens (Sato, 2007).

A relação de agência também é observada entre políticos e burocratas. Os burocratas são os fornecedores de serviços públicos. Os burocratas buscam maximizar o orçamento de sua unidade administrativa, aumentar o número de empregados, assim como aumentar o poder e importância (Brandt & Svendsen, 2006).

O modelo de agência aplicada ao setor público ocorre devido à constatação de que o *homo publicus* possui a mesma racionalidade de *homo economicus* (Buchanan & Tullock, 1962). Essa característica é evidente, visto que o *homo publicus* e o *homo economicus* são, na essência, a mesma pessoa, entretanto, as escolhas do *homo publicus* afetam toda a sociedade haja vista serem escolhas públicas (Costa, 2011; Costa *et al.*, 2013).

O conhecimento da atuação dos agentes em conformidade aos interesses do principal depende das informações disponíveis aos principais. Essas informações podem ser obtidas diretamente por meio do monitoramento direto das ações dos agentes, ou, indiretamente, pelo acompanhamento dos resultados produzidos por indivíduos (Eisenhardt, 1985). Observando a realidade de atuação no setor público, isso só se torna possível com a efetiva transparência.

Os problemas de agência podem ser resolvidos por meio de duas maneiras: monitoramento e penalização. O monitoramento é a observação dos agentes e a penalização é a própria punição do comportamento não desejado dos agentes (Clegg, Hardy & Nord, 1996; Sato, 2007). O monitoramento ocorre por meio da transparência com a atuação dos cidadãos, isto é, o controle social. A penalização pode ser visualizada pelo voto, quando os cidadãos descontentes, ou não, penalizam aqueles que eles acreditam que merecem, ou, então, quem traria mais benefícios individuais com esse tipo de penalização.

Entretanto, a capacidade de resolução dos problemas de agência por meio do controle dos cidadãos pode ser questionada pelo fato de desconhecer-se o real interesse dos cidadãos pelo monitoramento das ações do agente. Faltam incentivos aos eleitores para supervisionarem o governo e lhe exigirem a prestação de contas (*accountability*). O funcionamento do mercado político e eleitoral, e a convergência entre os interesses aliados à necessidade de obter votos e à pressão dos *lobbies*, impedem este tipo de incentivo (Costa, 2011).

Dessa forma, observam-se diversas dificuldades de melhorar o ambiente público e diminuir a distância entre o principal e o agente, seja pelo desinteresse dos cidadãos ou pela

falta de informação. Nesse contexto, também se mostra importante discutir sobre a assimetria de informação no setor público.

2.1.4 Assimetria de Informação

A discussão da assimetria de informação no setor público é percebida devido à dificuldade ou ao custo excessivo para o principal monitorar as reais ações do agente (Eisenhardt, 1989). A assimetria informacional ocorre quando gestores dispõem de informações privilegiadas relacionadas à organização em que atuam, de modo que outros interessados são subtraídos, visto que sua participação não é direta na gestão dos recursos organizacionais dos quais são proprietários ou interessados (Slomski, Mello, Tavares Filho & Macêdo *et al*, 2008).

Tem-se como premissa das relações de agência a existência de assimetria de informação dentro das organizações, o que cria condições para a ocorrência de problemas sistemáticos de credibilidade das informações trocadas entre principal e agente (Oliveira & Fontes Filho, 2017). Existe uma assimetria natural de informações entre os que governam e os que são governados, semelhante à assimetria de informação existente entre acionistas e gestores das empresas (Stiglitz, 2002).

Existem duas fontes principais de problemas relacionados à assimetria de informação: (1) *moral hazard* (risco moral), relacionado com o acobertar ações, o qual reflete a falta de esforço por parte do agente que tem origem na incapacidade de o principal controlar todas as ações do agente; (2) *adverse selection* (seleção adversa), relacionado com acobertar informações (Arrow, 1985). O risco moral envolve situações onde as ações dos agentes não são de conhecimento do principal, ou são muito onerosas para serem observadas. A seleção adversa está relacionada ao fato de os agentes possuírem informações desconhecidas dos principais ou cujos custos de obtenção sejam elevados (Sato, 2007).

Dada a racionalidade limitada dos indivíduos, caracterizada pela posse limitada de informações, pelas limitações cognitivas e de tempo, da complexidade e do risco e incerteza, o oportunismo gerencial é multiplicado pela manipulação de assimetrias de informação para apropriação de fluxo de lucros (ou benefícios) e os problemas de seleção adversa e risco moral (Fiani, 2002; Oliveira & Fontes Filho, 2017).

A quantidade e o tipo de informação revelada pelo agente, a princípio, garantem a sua permanência como agente, assegurando também a defesa dos seus interesses (Cruz, 2010). Nesse contexto, a ação oportunista é maliciosa, envolve mentira, roubo, trapaça e fraude. Este oportunismo manifesta-se tanto *ex ante* quanto *ex post* em relação ao momento de contratação,

o que traduz nos problemas de seleção adversa e do risco moral, respectivamente (Williamson, 1963; Oliveira & Fontes Filho, 2017).

O agente, frequentemente, busca alocar esforços em ações cujos efeitos e resultados se dão no curto prazo, caracterizando como comportamento de miopia gerencial (Santos, 2015). Esse tipo de comportamento oportunista é devido, portanto, a imperfeições de informações, dada as lacunas dos contratos e posse de informações privilegiadas, as quais são fortalecidas pela busca dos interesses próprios do agente (Perrow, 1986).

Percebe-se, portanto, que esta característica é inerente na relação contratual estabelecida entre cidadãos e os gestores públicos. A evidenciação contábil e a transparência são compreendidas como suporte à prestação de contas (*accountability*), possibilitando a redução da assimetria informacional entre Estado e Sociedade (Bairral *et al.*, 2012). Assim, a *accountability*, em conjunto com a transparência, clareza e tempestividade da informação, servem como um mecanismo de aproximação entre principal e agente (Albuquerque *et al.*, 2007).

O fluxo contínuo de informação é interrompido pela ausência de *accountability* e transparência. A Figura 2 apresenta este fluxo considerando estes dois tipos de cenário.

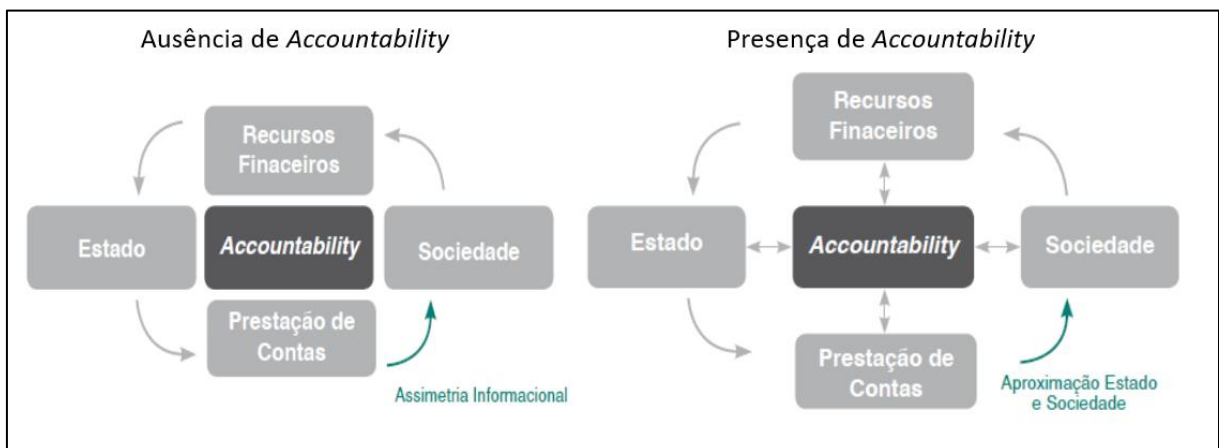


Figura 2. Atuação da *accountability* na relação Estado-Sociedade. Fonte: Albuquerque *et al.* (2007).

A *accountability*, a qual abrange a transparência, torna-se um instrumento que aproxima o Estado da sociedade e diminui a assimetria de informação entre esses dois grupos, visto que os recursos financeiros repassados ao Estado pela Sociedade são melhores visualizados pela prestação de contas, uma vez que existe *accountability* e transparência intermediando essa relação.

Portanto, a falta de divulgação pode ser um instrumento para aumentar ainda mais a distância entre os entes públicos e a sociedade e favorecer grupos selecionados pelo agente. Essas situações ocorreriam quando: (1) lucra com seus conhecimentos ao aproveitar seus próprios recursos para processamento de dados públicos e produzir informações e conhecimentos estratégicos que podem afetar estruturas e políticas governamentais (Altman, MacDonald & McDonald *et al*, 2005); (2) deixar intencionalmente informações não processadas (não transparentes) para ocultar fatos (Murillo, 2015); ou (3) sobrecarregar o principal com dados com o objetivo de ocultar informações e fatos relevantes (Wagner, 2009).

Assim, percebe-se que a falta de transparência pode aumentar o comportamento oportunista do agente, o gestor público. A transparência que apresenta problemas de qualidade, utilidade e suficiência pode fortalecer a existência da assimetria de informação.

Estas assimetrias podem ser inerentes, também, aos ciclos políticos e eleitorais. A racionalidade limitada e o interesse dos eleitores pelo monitoramento das ações do governo permitem que os gestores públicos utilizem esse tipo de recurso para se favorecer no processo eleitoral e buscar se manter no poder (Rogoff & Sibert, 1988). Assim, se mostra importante discutir os ciclos políticos.

2.1.5 Ciclos Políticos

Apesar de a discussão dos ciclos políticos também ser discutido como uma teoria além da escolha pública, os primeiros estudos e contribuições iniciaram-se a partir das implicações que a teoria da escolha pública permitiu. A teoria dos ciclos políticos surge da necessidade de se investigar a forma em que as ideologias políticas e o comportamento dos gestores se organizam em função do calendário eleitoral. A relação entre a situação econômica e o calendário eleitoral foi estabelecida por Downs (1957), em que a função social de executar políticas públicas é realizada em função do interesse particular do gestor público.

Com o interesse de explicar como os governantes são levados a agir em função dos seus interesses particulares, Downs (1957) estabeleceu cinco axiomas: (1) os partidos políticos são uma equipe de homens que procuram cargos políticos para desfrutar da renda, prestígio e poder que a posição oferece; (2) o partido vitorioso (ou coligação) tem o controle completo sobre as ações do governo até as próximas eleições; (3) os poderes econômicos do governo são ilimitados; (4) o único limite do poder governamental é que o partido do poder não pode restringir a liberdade política dos partidos da oposição ou dos cidadãos; e (5) cada agente no modelo comporta-se de forma racional em todos os momentos.

Assim, tem-se como hipótese central que o comportamento dos partidos políticos e dos próprios políticos são definidos pelos seus interesses em ganhar votos, obter renda, poder e prestígios. Esse tipo de comportamento determina as escolhas das políticas públicas (Downs, 1957). Duas vertentes se destacam nas discussões sobre os ciclos políticos, a *Political Business Cycle* de Nordhaus (1975) e a *Political Budget Cycle* de Rogoff e Sibert (1988) e Rogoff (1990).

A *Political Business Cycle* avalia a influência dos ciclos políticos sobre as taxas de desemprego e a inflação obtidas em uma economia. Os políticos exercem um comportamento oportunista estimulando a economia de um país no período próximo à eleição com a intenção de aumentar a probabilidade de reeleição. Após as eleições, procuram eliminar a inflação resultante dessa manipulação, o que ocasiona a recessão econômica (Nordhaus, 1975).

Duas previsões são extraídas do modelo constituído por Nordhaus (1975): (1) a escolha política dos eleitores tem desemprego menor e inflação maior do que o ponto ótimo; e (2) a política partidária ideal conduz a um ciclo político-econômico com desemprego e deflação nos anos iniciais, seguido por um *boom* inflacionário com a aproximação das eleições.

A ideologia partidária se insere nesse contexto, visto que os partidos políticos buscam se manter no poder para implementar suas ideologias com o objetivo de beneficiar determinado grupo de eleitores que o apoiou (Hibbs, 1977). Percebe-se que essa constatação está relacionada à teoria da escolha pública, já que esta também observou as forças dos grupos de interesse e forças de coalização partidária.

A *Political Budget Cycle* tem como pressuposto que o governo observa um indicador de desempenho antes dos eleitores (Rogoff, 1990). Nessa última vertente, os gestores possuem o incentivo para distorcer a política fiscal no período que antecede as eleições com o objetivo de sinalizar competência e aumentar suas chances de sucesso eleitoral (Queiroz, 2017).

Esta vertente baseia-se, portanto, na manipulação fiscal e não da inflação e produção, o que fez surgir uma nova abordagem em que se avaliam os ciclos eleitorais em outras variáveis, como: impostos, transferências, gastos de consumo, despesas com pessoal e investimentos do governo (Rogoff, 1990). Os modelos cujas explicações são baseadas na política fiscal formam uma base mais sólida para um modelo teórico convincente da influência das características eleitorais sobre os resultados econômicos (Drazen, 2001).

Esses ciclos derivariam de assimetrias informacionais, dada a existência de informação incompleta que proporciona ao político o incentivo de distorcer a política fiscal antes da eleição para aumentar sua probabilidade de reeleição (Rogoff, 1990; Rogoff & Sibert, 1988; Vicente & Nascimento, 2012).

Os governantes começaram a ser chamados de “oportunistas” e “ideológicos”. Oportunistas porque as escolhas políticas são feitas para maximizar a chance de sua reeleição sem se prender a situações passadas, à fidelidade aos ideais partidários ou aos impactos esperados na economia. Ideológicos pelo fato de que buscam focar em determinados objetivos sociais e políticos, não são movidos pela vontade de manutenção no poder e não buscam a popularidade junto aos eleitores (Vicente & Nascimento, 2012).

Os ciclos políticos orçamentários podem ser ampliados pelo impacto da transparência. A transparência pública implica ciclos orçamentários menores e, com isso, aumenta a estabilidade da política econômica e fiscal. Os decisores políticos consideram o impacto da transparência em relação às futuras promessas eleitorais, visto que os eleitores podem facilmente verificar o compromisso para com essas promessas (Herzog, 2017).

Os governos se envolvem em uma compulsão alimentar, em que os impostos são reduzidos, as transferências são aumentadas e os gastos do governo são distorcidos em direção a projetos com alta visibilidade imediata (Rogoff, 1990). Embora esse comportamento pareça influenciar as decisões dos eleitores e, provavelmente, ainda mais, quanto mais for visível, há evidências de que as ações expansionistas de política monetária e fiscal não criam necessariamente maior bem-estar (Alesina, Roubini & Cohen *et al.*, 1997). No entanto, essas políticas criam *feedback* econômico e psicológico positivo para o comportamento humano e para a economia em geral (Herzog, 2017).

A verificação empírica do ciclo orçamentário não é óbvia na literatura existente. Nordhaus (1975) e MacRae (1977) e outros argumentam que os ciclos orçamentários são realmente observáveis, enquanto McCallum (1978) e Alesina e Roubini (1992), entre outros, duvidam de sua existência em geral e encontram apenas poucas evidências de apoio.

Embora haja concordância de que as condições econômicas agregadas afetam os resultados das eleições, há desacordo significativo sobre se há manipulação oportunista. Em outras palavras, é difícil determinar se os políticos têm o poder de moldar as condições econômicas de forma a influenciar o comportamento dos eleitores (Drazen, 2001). Os políticos não podem criar fases de expansão sempre que quiserem (Sargent & Wallace, 1975).

Além disso, a literatura empírica indica que os ciclos orçamentários são mais visíveis nos países em desenvolvimento (Ames, 1987; Rojas-Suarez, Cañonero & Talviet *et al.*, 1998; Shi & Svensson, 2006; Grier, 2008). Uma explicação para um maior ciclo orçamentário nos países em desenvolvimento é a maior abertura comercial (Murao, 2011) ou a menor transparência nos países em desenvolvimento (Herzog, 2017).

Os países em desenvolvimento têm uma transparência menor, o que implica uma menor pressão dos pares. Consequentemente, o governo tem mais liberdade política para usar os déficits públicos como um instrumento de política e, assim, criar um maior ciclo de orçamento ao longo do tempo (Herzog, 2017).

Muitos modelos político-econômicos assumem que os eleitores não possuem todas as informações disponíveis (Nordhaus, Alesina & Schultze *et al.*, 1989). A transparência busca informar as ações e decisões políticas e, assim, alterar o comportamento dos eleitores e dos próprios decisores políticos em relação aos ciclos políticos (Herzog, 2017).

Tendo estabelecido os conceitos e fundamentos teóricos, assim como evidenciado as principais discussões sobre o conflito de agência, assimetria de informação e os ciclos políticos, a próxima seção apresenta como a escolha pública se aplica no contexto da transparência.

2.1.6 Escolha pública e a Transparência

Dentre os principais objetivos dos estudos que envolvem a teoria da escolha pública destaca-se o que visa determinar como os processos políticos e seus efeitos se efetivam na economia, evidenciando a estreita relação dos resultados econômicos com as regras e procedimentos de tomada de decisão dos gestores públicos no ambiente político (Borsani, 2004). A transparência pública pode estar inserida nesse ambiente político complexo.

Essa teoria busca oferecer uma compreensão, uma explicação, das interações institucionais complexas do setor público (Mello, 2009). A análise do comportamento dos gestores públicos eleitores sob a ótica dessa teoria se mostra interessante, visto que a definição do que, como e quanto é divulgado pode exercer influência na probabilidade de reeleição do gestor municipal (Cruz, 2010).

Entre os trabalhos seminais que discutiram alguns aspectos dessa teoria aliada à transparência, tem-se o estudo de Alt, Lassen e Rose (2006). Os autores consideram que, no processo político, os agentes não procuram apenas rendas para ganho pessoal, mas também existe a preocupação dos políticos com a sua reeleição, o que pode influenciar na implementação das políticas públicas e na magnitude da transparência.

Os gestores públicos apresentam dois incentivos para se posicionarem de forma contrária a abertura de informações: (1) o sigilo oferece vantagem informacional ao gestor público, podendo qualquer falha ou má escolha ser justificada como uma posição positiva frente a algum cenário, o que não poderia ser contestado, visto que os cidadãos não detêm informação

suficiente para tal; (2) o sigilo oferece uma maior oportunidade para ações fraudulentas e corruptas (Stiglitz, 1999).

O aumento da transparência é uma forma de proporcionar aos eleitores, aos observadores, aos mercados financeiros e aos próprios políticos as ações atuais e as consequências imediatas e em mais longo prazo de políticas específicas. A transparência facilita a tarefa de prever a política fiscal futura e de atribuir resultados fiscais a políticas fiscais e a políticos em específico (Alt *et al.*, 2006). Observa-se que a transparência pode ser utilizada como mecanismo que reduz o comportamento oportunista do gestor, ou pode fortalecer esse tipo de comportamento quando esse o utiliza em seu proveito próprio.

Deste modo, transparência demais nem sempre é benéfica (Alt *et al.*, 2006). A superexposição pode se tornar um perigo, visto que pode ser utilizada para maximizar a utilidade de quem a domina (Heald, 2003). Essa realidade evidencia o problema de assimetria de informação. Quanto mais os atores políticos tomam suas decisões em razão de interesses próprios, maior será a assimetria informacional. Assim, a transparência é afetada pelos interesses próprios dos agentes públicos (Mota, Diniz & Santos, 2017).

Entre os efeitos da transparência em um contexto de informação imperfeita, ela pode influenciar as políticas fiscais. Os políticos são míopes, preferem gerar déficits maiores do que os cidadãos gostariam. Sob um contexto de alta transparência, as regras fiscais induzem os políticos a fazer os ajustes fiscais reais necessários para equilibrar o orçamento, enquanto que, sob baixa transparência, essas regras simplesmente incentivam a “contabilidade criativa” (Milesi-Ferretti, 2004; Alt *et al.*, 2006).

Em um modelo que combina a seleção adversa e o risco moral, Besley e Smart (2007) mostraram que o aumento da transparência tem dois efeitos compensatórios no bem-estar dos eleitores. O aumento da transparência permite que os eleitores melhorem os bons políticos contra os maus. Entretanto, por outro lado, uma maior transparência disciplina os políticos na sua busca, o que torna mais difícil para os eleitores distinguirem entre políticos bons e maus. O resultado líquido na qualidade e no volume de negócios dos operadores históricos é ambíguo. Assim, observa-se que as discussões sobre transparência merecem cuidado.

Nesse contexto, espera-se que os eleitores responsabilizem os gestores públicos por suas escolhas públicas dos mandatos anteriores, a transparência pode melhorar esse tipo de controle. A transparência pode aliviar as assimetrias de informação entre eleitores e políticos. Os efeitos da transparência dependem da situação que está sendo considerada. Entre os efeitos observáveis da transparência é que ela pode reduzir a acumulação de dívidas e a geração de ciclos orçamentários políticos (Alt *et al.*, 2006).

2.2 Transparência na Gestão Pública

A transparência se torna fundamental em um ambiente democrático, as ações do governo devem ser transparentes e de conhecimento do povo, de modo que permita responsabilizá-los, cobrá-los e puni-los pelos atos que não melhorem as condições da sociedade (Cross, 1953). O debate se mostra necessário, dada a necessidade de compreensão das vantagens e desvantagens da transparência do governo para entender a dinâmica e a complexidade deste fenômeno (Meijer 2009; Etzioni 2010; Bannister & Connolly 2011; Grimmelikhuijsen & Welch 2012).

A liberdade da informação como lei tem sido adotada por diversos países (Meijer, 2013; Cucciniello & Nasi, 2014). Ainda que tenha se percebido esse movimento, somado a percepção de outros estudos sobre o aumento da transparência em vários graus de extensão e profundidade (La Porte, Demchak & De Jong, 2002; Pina *et al.*, 2010), permanece a questão de quão eficaz é essa transparência (Cucciniello & Nasi, 2014).

Apesar de se reconhecer a importância da transparência, as pesquisas demonstraram que a divulgação de informações é necessária, mas insuficiente para alcançar os objetivos de um governo (Liu & Shrum, 2002; Piotrowsky & Van Ryzin, 2007; Cucciniello & Nasi, 2014). Apesar de o acesso à informação ser um direito dos cidadãos, observa-se que esses não estão interessados na definição do processo de tomada de decisão do governo, de modo que as decisões sejam escolhidas sem considerar as preferências e as trajetórias requeridas (Cucciniello & Nasi, 2014).

A participação cidadão traz diversas vantagens, tanto para governos quanto para cidadãos (Irvin & Stransbury, 2004), o envolvimento da sociedade pode melhorar os processos de decisão estratégica e produzir benefícios de eficiência para toda a sociedade (Webler, 1995; Beierle, 1999; Randolph & Bauer, 1999). Esse tipo de participação melhora a condução e as escolhas das políticas públicas, mas só se torna possível se existir a transparência das ações do governo para com a sociedade (Cucciniello & Nasi, 2014).

A transparência do governo é construída por meio de interações complexas entre uma variedade de atores políticos e sociais, dentro de conjuntos de regras formais e informais e com a disponibilidade de uma variedade de tecnologias novas e em constante evolução (Meijer, 2013). A transparência pública é construída em interações entre atores com diferentes perspectivas dentro de um ambiente institucional, essas interações mudam a natureza das interações entre os participantes na sociedade, consequentemente, altera como as relações

democráticas se concretizam (Hood & Heald 2006; Meijer, 2013).

Compreender sobre as definições, conceitos e implicações da transparência se mostra importante. Dessa forma, essa seção evidenciou as definições e os conceitos que envolvem a transparência, as principais discussões, implicações da transparência no contexto acadêmico e social, e, por fim, os principais estudos anteriores sobre o tema.

2.2.1 Definições e Conceito

A definição de transparência se origina do próprio sentido da palavra. Davis (1998) a define como tirar o véu do sigilo. Já Den Boer (1998) a caracteriza como a capacidade de olhar claramente através das janelas de uma instituição. Moser (2001) entende que ser transparente significa abrir os procedimentos de trabalho não visivelmente visíveis para aqueles que não estão diretamente envolvidos para demonstrar o bom funcionamento de uma instituição.

Assim, Grimmelikhuijsen e Welch (2012) consolidam e resumem o entendimento de transparência como a divulgação de informações por parte de uma organização que permite aos atores externos monitorar e avaliar o seu funcionamento interno e desempenho. Essa definição, portanto, abrange dois tipos de divulgação: (1) transparência ativa, a qual é desenvolvida proativamente pela agência; (2) transparência passiva, a entidade responde de forma reativa às demandas externas por meio de pedidos de informação.

Destas definições, se percebe que a transparência envolve três elementos: um observador, algo disponível para ser observado e um meio ou método de observação (Oliver, 2004). Esse tipo de definição se baseia nas relações de agência entre principal e agente, visto que o principal requer informações sobre o agente para verificar se o agente está cumprindo com o “contrato” (Prat, 2006).

A transparência consiste em uma relação institucional na qual ocorre uma troca de informações relacionada ao funcionamento ou ao desempenho de um agente. A transparência como uma relação institucional entre as organizações governamentais e a sociedade pode ser visualizada sobre um comportamento apropriado e quais os atores externos que devem ter acesso a informações governamentais. A transparência como uma troca de informação pode ser definida em termos de velocidade, acessibilidade, facilidade de uso etc. A transparência de funcionamento e desempenho pode mudar em termos dos domínios de atividade do governo que são transparentes (Meijer, 2013).

Deste modo, o ambiente da transparência é construído e continuamente reconstruído por meio de processos sociais e políticos que envolvem as relações institucionais, intercâmbios de

informações e domínios de transparência. Essas construções socioeconômicas resultam em estruturas legislativas, políticas de transparência e práticas (Meijer, 2013). Assim, se observa que a transparência assume papel fundamental na consolidação democrática e na sustentabilidade macroeconômica (Zuccolotto, Riccio & Sakata, 2014).

2.2.1.1 Anatomia da Transparência

Dada a verdadeira complexidade em definir e classificar a transparência, Heald (2006) desenvolveu a anatomia da transparência com o objetivo de representar as diversas conceituações e classificações relacionadas à transparência.

A Tabela 3 sintetiza as diferentes classificações e conceituações.

Tabela 3

Anatomia da Transparência

Classificação	Subclassificação	
Quanto à direção	Vertical	Transparência para cima Transparência para baixo
	Horizontal	Transparência para fora Transparência para dentro
Quanto à variedade	Fluxo de Informação	Transparência de Eventos Transparência de Processos
		Transparência Retroativa Transparência Tempestiva
	Momento	Transparência Nominal Transparência Efetiva
	Efetividade	Transparência Ativa Transparência Passiva
Quanto à iniciativa	Transparência Ativa Transparência Passiva	
Quanto às dimensões conceituais	Visibilidade	
	Capacidade de inferência	

Nota: Fonte: Zuccolotto (2014).

Considerando essas classificações propostas por Heald (2006), as próximas seções evidenciam os aspectos e as definições que envolvem cada uma dessas classificações.

2.2.1.1.1 Quanto à direção

A transparência pode ser visualizada sobre quatro direções. A transparência vertical envolve a transparência para cima e para baixo. A transparência horizontal abrange a transparência para dentro e para fora.

A transparência para cima é concebida em termos de relacionamentos hierárquicos como da análise principal-agente que sustenta a maioria dos modelos econômicos. Significa que o principal pode observar a conduta, o comportamento, e/ou os resultados dos agentes. Deste modo, os agentes fornecem informações úteis de modo que o principal pode monitorá-los (Zuccolotto, 2014).

A transparência para baixo ocorre quando os governados podem observar a conduta, o comportamento e/ou resultados de seus governantes, em que o governo retrata o agente, e os eleitores o principal (White & Hollingsworth, 1994; Heald, 2006; Zuccolotto, 2014).

Quando há convergência entre estas duas direções de transparência tem-se a transparência vertical simétrica, caso contrário, observa-se ausência ou assimetria de transparência vertical. O fluxo informacional deve ocorrer quando os burocratas prestam contas aos políticos sobre a efetividade da implementação das políticas, e quando o representante eleito presta contas aos seus representado (Zuccolotto, 2014).

A transparência para fora ocorre quando o agente consegue observar o que está acontecendo além da organização, de modo que permita compreender seu ambiente e monitorar o comportamento de seus pares ou competidores, tornando possível dimensionar suas estratégias políticas, econômicas e orçamentárias. A transparência para dentro ocorre quando aqueles que estão fora da organização conseguem observar aquilo que ocorre em seu interior (Zuccolotto, 2014).

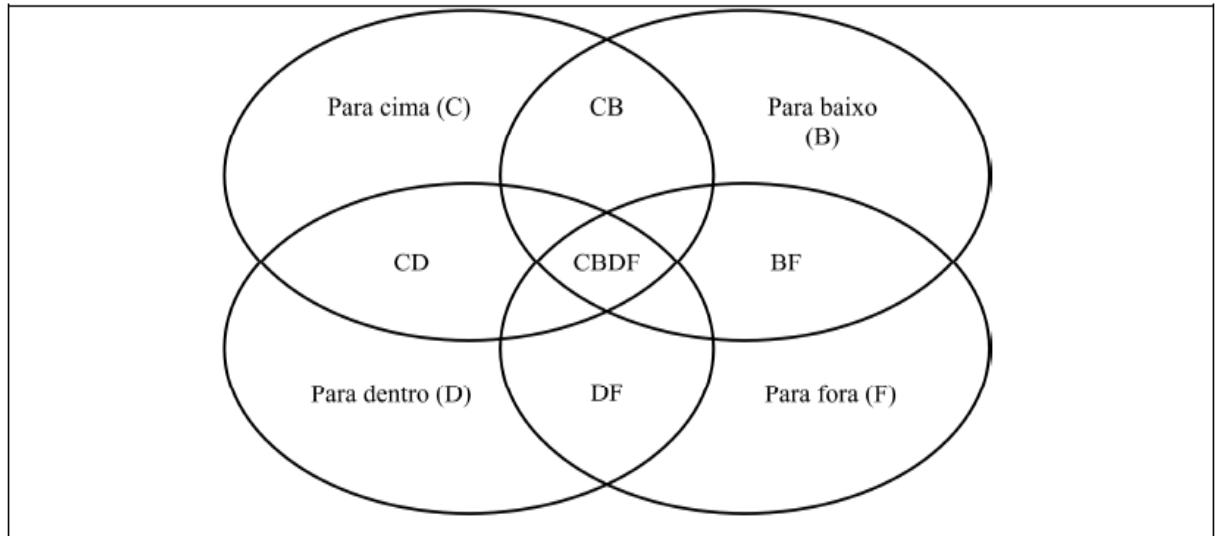


Figura 3. As quatro direções da transparência. Fonte: Heald (2006).

Para enxergar o que está além da organização, é necessário que tanto o ente quanto os seus pares permitam-se serem vistos, o que possibilita as regulações sobre exigências mínimas de mecanismos e regras de transparência. A área identificada por (CB) se refere à transparência vertical simétrica, já na interseção representada por (DF) identifica a existência de transparência horizontal simétrica. E a área que corresponde à (CBDF) representa a coexistência das quatro direções de transparência simultaneamente (Zuccolotto, 2014).

2.2.1.1.2 Quanto à variedade

Existem três classificações da transparência quanto à variedade: (1) transparência de eventos versus de processos; (2) transparência retroativa versus tempestiva; e transparência nominal versus efetiva (3).

A transparência de eventos é representada pelos objetos, *inputs*, *outputs* e resultados, enquanto a de processos envolve aspectos processuais e operacionais. Os eventos *inputs* referem-se aos tradicionais sistemas públicos de despesa, já os *outputs* são mensurados pelo nível de atividade do setor, o resultado abrange questões subjetivas como satisfação, medidas de deteriorização etc. (Zuccolotto, 2014). A Figura 4 é uma representação gráfica desse tipo de transparência.

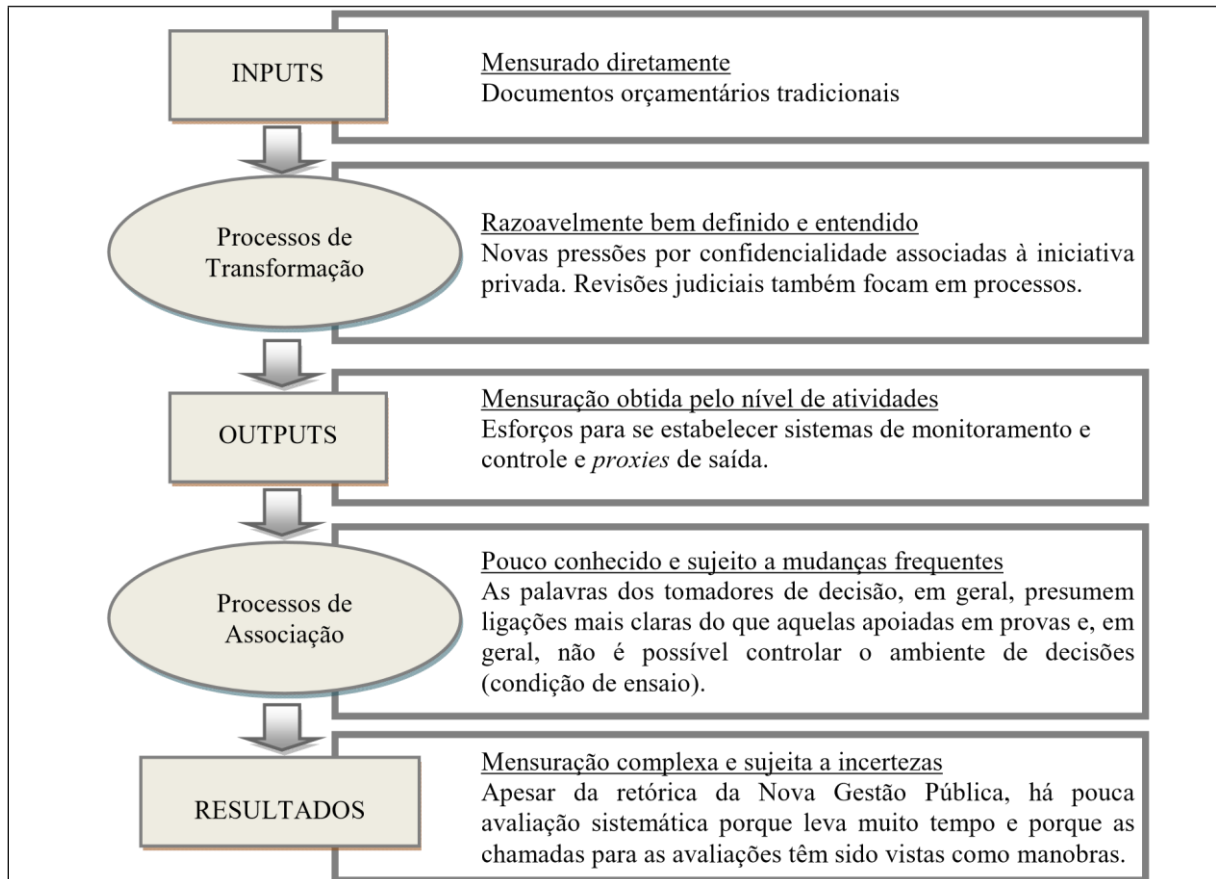


Figura 4. Transparência de Eventos *versus* Transparência de Processos. Fonte: Zuccolotto (2014), adaptado de Heald (2006).

No que se refere à segunda variedade de transparência, essa se subdivide em questão da tempestividade e da retroatividade. A transparência retroativa representa à disponibilização *ex post* das informações sobre a gestão dos recursos públicos (Zuccolotto, 2014). O período de disclosure é cíclico, tem-se um atraso informacional e a sociedade não participa das decisões (Heald, 2006).

A transparência tempestiva é representada pelo contínuo acesso aos processos internos da administração, de modo que a informação esteja disponível em tempo real (Heald, 2006). A participação social é inerente a esse tipo de transparência, e que, por isso, melhora o desempenho nas tarefas fundamentais (Zuccolotto, 2014).

Quanto à efetividade, a transparência se classifica em nominal e efetiva. A transparência efetiva está associada à capacidade dos receptores das informações processar, compreender e utilizar as informações disponibilizadas pelo governo. Caso contrário, isto é, não existe assimilação pelos cidadãos, tem-se a transparência nominal (Heald, 2006). Assim, a informação disponível não significa efetividade.

A diferença entre a Transparência Nominal (TN) e a Transparência Efetiva (TE) é chamada de “ilusão de transparência”, conforme demonstrado na Figura 5.

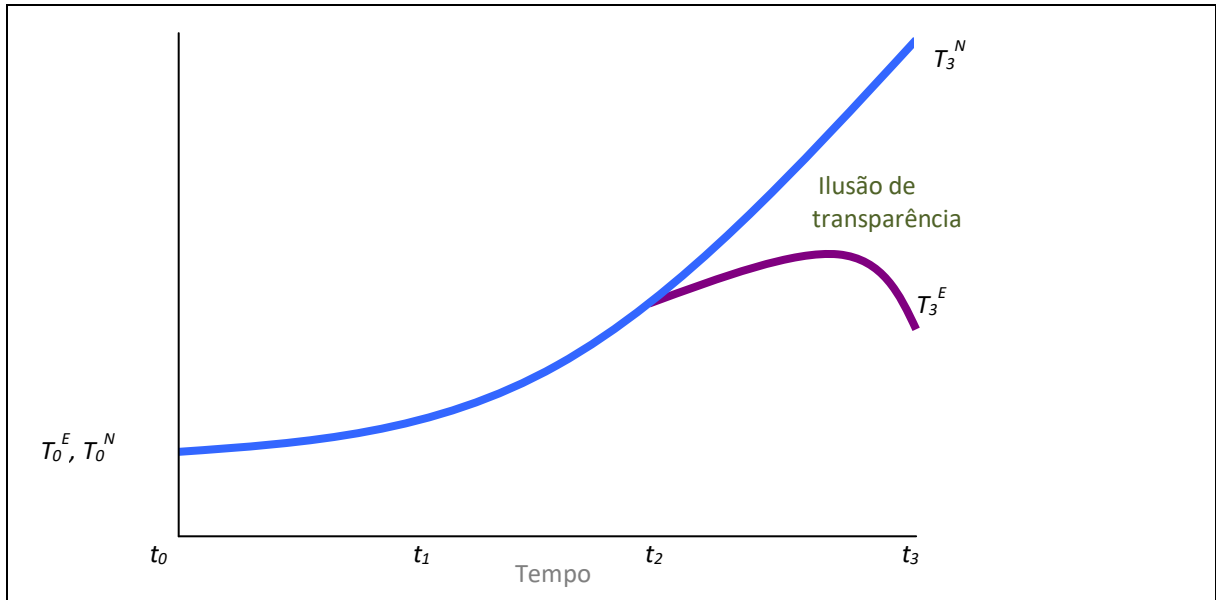


Figura 5. Ilusão de Transparência. Fonte: Zuccolotto (2014), adaptado de Heald (2006).

Nesse sentido, a ilusão de transparência pode estar associada à ideia de qualidade, utilidade, suficiência e assimetria de informação. A informação pode estar disponível, mas não apresenta os atributos que caracterizam a qualidade (frequência, formato, uniformidade etc.), ou até a utilidade para o controle e a efetividade do *accountability*, ou sequer está disponível para a tomada de decisão pelos cidadãos.

2.2.1.1.3 Quanto à iniciativa

Quanto à iniciativa, a transparência se divide em ativa e passiva. A difusão periódica e sistematizada de informações sobre a gestão estatal representa a transparência ativa (Yazigi, 1999; Zuccolotto, 2014). A transparência ativa é de iniciativa do próprio setor público, independentemente de requerimento, diferentemente da transparência passiva em que se exige a iniciativa do cidadão em requerer o acesso à informação, situação caracterizada quando a informação não está disponível (Baldissera, Fiirst, Defaveri & Folador, 2017).

Destaque-se que, mesmo que aspectos legais obriguem a divulgação de informação, muitos entes da federação descumprem essas regras, visto que as penalidades não são significativas, o que indica a inoperância das instituições democráticas (Zuccolotto, 2014). Os avanços das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) têm permitido a melhoria da

divulgação das informações prestadas pelo governo (Gant & Gant, 2002). Atualmente, grande parte das informações já está disponível de forma ativa a partir de portais eletrônicos (Meijer, 2009).

A transparência virtual traz consequências, já que tem tornado uma via de mão única, contrariando o seu propósito, e tem produzido informação descontextualizada, gerando desinformação (Meijer, 2009; Zuccolotto, 2014). Assim, apesar das potencialidades das TIC, se mostra fundamental o cuidado com os fatores como domínio econômico, estágio de desenvolvimento das democracias e vontade política, já que esses se mostram decisivos no desenvolvimento da transparência (Pinho, 2006; Zuccolotto, 2014).

2.2.1.1.4 Quanto às dimensões conceituais

A transparência quanto às dimensões conceituais se subdivide em visibilidade e em capacidade de inferência (*inferability*). A visibilidade é uma das condições necessárias para a transparência e a informação deve ser razoavelmente completa e facilmente obtida. Ressalta-se que, algo que é público não significa que seja visível, ou seja, para ser visível, a informação deve refletir um grau elevado de integridade, perdendo sua relevância (Michener & Bersch, 2011; Zuccolotto, 2014).

A capacidade de inferência também se mostra necessária para a transparência. Representa o grau de inferência que se pode fazer com as informações divulgadas, a qual se associa à qualidade da informação ou dados. Dados imprecisos, incompreensíveis, ininteligíveis são inverificáveis, tendo em vista que obscurecem a informação subjacente (Michener & Bersch, 2011; Zuccolotto, 2014).

2.2.2 *Perspectivas da Transparência*

Observa-se que existem diferentes conceitos que definem a transparência, dada a complexidade que é a transparência. Dessa forma, a Tabela 4 demonstra a diversidade de conceitos que representa os conceitos de transparência a partir de diferentes aspectos da literatura e aplicações.

Tabela 4

Perspectivas da Transparência

Literatura	Transparência	Autores
Conflito entre países	Um país é considerado transparente se outro conseguir obter informações sobre as preferências da sua sociedade e seu respectivo apoio às ações do governo	Schultz (1999)
Regimes Internacionais	Transparência refere-se às informações que os países oferecem aos organismos internacionais.	Grigorescu (2003)
Corrupção	Transparência se refere à existência de ferramentas e instituições que contribuem para a redução das práticas de corrupção em um país.	Grigorescu (2003)
Ciência Política	O conceito de transparência está associado à divulgação de informações por parte dos governos para atores internos e externos e sua consequente utilização como instrumento de responsabilização (<i>accountability</i>) dos agentes públicos quando esses adotam algum procedimento inadequado ao bom uso dos recursos públicos	Grigorescu (2003); Loureiro, Teixeira e Prado (2008)
Administração Pública	A transparência pode ser entendida como a gestão dos assuntos públicos para o público. É o oposto de políticas opacas, em que não se tem acesso às decisões, ao que elas representam, como são tomadas e o que se ganha ou se perde com elas.	Black (1997); Birkinshaw (2006)
Normativo	A transparência faz-se a partir de três elementos: um observador, algo disponível a ser observado e os meios ou métodos para se realizar a observação. A abertura dos procedimentos de funcionamento imediatamente visíveis para aqueles que não estão diretamente envolvidos (o público) para demonstrar o bom funcionamento de uma instituição.	Meijer (2009); Moser (2001)

Nota: Fonte: Adaptado de Zuccolotto (2014).

A transparência não deve ser visualizada apenas como uma ideia desenvolvida por filósofos, legisladores e funcionários públicos. Mais do que isso, retrata um objeto que suscita grandes debates entre políticos, governos, *stakeholders*, jornalistas, cientistas, cidadãos etc. A complexidade dessas interações entre os vários grupos precisa ser estudada para entender as formas específicas de transparência, o que justifica o desenvolvimento deste estudo (Meijer, 2015).

2.2.3 Implicações

A transparência tem se mostrado como uma ferramenta necessária para monitorar e avaliar o desempenho dos representantes políticos e servidores públicos. Além disso, é um componente importante da boa governança e da qualidade institucional, os quais são fatores fundamentais ao crescimento econômico e do bem-estar (Sol, 2013). Assim, se mostra um desafio para a reforma atual e futura da administração pública e uma governança moderna e melhor (Piotrowsky & Van Ryzin, 2007).

A transparência como mecanismo de redução da corrupção tem sido um dos focos de discussão dos estudos (Sol, 2013). Alesina e Perotti (1996) identificaram duas teorias, a ilusão fiscal e as teorias dos agentes principais, para explicar por que os políticos não são encorajados a adotar as práticas mais transparentes. Constataram que uma maior transparência atua para minimizar o problema de risco moral, facilitando o controle público, que está vinculado a menos corrupção. Essa constatação está alinhada com o trabalho seminal sobre a teoria econômica do crime (Becker, 1968), em que a probabilidade de um indivíduo comete um crime depende do risco assumido, do possível ganho e da punição provável. Assim, a transparência funciona aumentando o risco de ser pego (Sol, 2013).

A transparência está associada à consolidação democrática das instituições. A transparência e a disseminação da informação são fundamentais para que os diferentes grupos sociais participem do processo de tomada de decisão (Bellver & Kaufmann, 2005). Assim, a transparência surge como um mecanismo que reforça as instituições e regras formais de competição política, fortalecendo o sistema político adequado e não enviesado (Besley & Burgess, 2002; Sol, 2013).

Além disso, a transparência também se mostra desejável no que se refere ao aspecto econômico, já que aumenta a eficiência na alocação de recursos, reduzindo problemas de agência (Holmström, 1979) e desencoraja atividades de *rent-seeking* (Calderón & Chong, 2006). Por fim, tornando menos provável a corrupção, a transparência proporciona um melhor contexto para o crescimento econômico, eficiência e desenvolvimento como um meio de melhorar a governança (Mauro, 1995, Olson, Sarna & Swamy *et al*, 2000, Méon & Weill, 2005).

A transparência também está associada à acumulação da dívida pública (Alt & Lassen, 2006). Apesar disso, outros estudos têm ressaltado o lado não benéfico da transparência. O trabalho de Gavazza e Lizzeri (2009) levantou dúvidas sobre os esperados benefícios da transparência fiscal, mostrando que ela pode promover incentivos aos gastos desnecessários no caso de total transparência de receitas. Entretanto, Bac (2001) argumenta que a transparência reforça os incentivos para estabelecer conexões para a corrupção, melhorando as informações sobre as identidades dos “principais” decisores políticos.

Apesar da relevância social e econômica da transparência nas instituições públicas, ainda existem poucos estudos empíricos sobre os determinantes da transparência (Piotrowski & Bertelli, 2010; Sol, 2013), principalmente no governo local brasileiro. Ressalta-se o fato de que, até o momento, não se publicaram estudos investigando a influência de aspectos políticos na transparência pública do governo municipal brasileiro, o que justifica mais uma vez o desenvolvimento deste estudo. Dessa forma, de modo a levantar uma extensão adequada das

pesquisas que investigaram os determinantes da transparência, tem-se a próxima seção que apresenta os principais estudos anteriores com abordagem e temática semelhante dessa pesquisa.

2.2.4 Estudos Anteriores

A importância atribuída ao governo eletrônico e à transparência pública está relacionada e motivada pelas mudanças na Nova Gestão Pública (NGP), o que motivou diversos estudos que buscam identificar os fatores que determinam um maior nível de divulgação de informações públicas (Alcaide-Muñoz *et al.*, 2016).

Apesar de se observar muitos estudos, ainda existe uma heterogeneidade considerável nos resultados, de modo que não permitiu obter evidências conclusivas sobre o tema, uma vez que ainda existe uma grande inconsistência nesses estudos (Pomeroy & Thornton, 2008; Alcaide-Muñoz *et al.*, 2016).

Os determinantes da transparência da administração pública brasileira correspondem a um caso que ainda não foi investigado, com exceção de quatro estudos: (1) Santana Junior (2008), que empregou uma análise de correlação por meio de variáveis não normalmente utilizadas na literatura internacional; (2) Cruz (2010), cujo trabalho avançou sobre o tema, utilizando-se de regressão para estimar os efeitos de variáveis socioeconômicas na transparência, mas também não se alinha à literatura internacional; (3) Bairral *et al.*, (2015) é o que mais se aproxima da literatura internacional, mas aborda a transparência dos relatórios anuais de entidades federais; (4) Fiirst *et al.*, (2017) que evidencia novos achados sobre os municípios brasileiros, entretanto, somente utiliza variáveis socioeconômicas e financeiras, além de não ter uma discussão adequada, considerando os aspectos teóricos do tema.

Assim, se observa que não se encontrou um estudo no caso brasileiro que aborde a transparência pública dos municípios brasileiros aliado a uma discussão teórica e empírica adequada aos estudos nacionais e internacionais mais recentes. Deste modo, dada a necessidade de construir essa evidência empírica para o caso brasileiro, se faz necessário levantar toda a literatura anterior sobre o tema, para que seja possível identificar os principais resultados e encaminhar a construção das hipóteses de pesquisa e delinear a metodologia adequada.

Para obter esses estudos anteriores, foi necessário realizar uma vasta pesquisa nas bases científicas *SPELL*, *SCOPUS* e *Web of Science*. Para tanto, foram utilizadas as seguintes palavras-chave: "*governmental transparency*", "*government transparency*", "*fiscal transparency*", "*public transparency*", "*political transparency*" e "*policy transparency*". Essa

pesquisa auxiliou para encontrar a maior parte da literatura sobre o tema, mas ainda assim não foi suficiente.

A leitura de outros artigos alinhados com o tema dessa pesquisa auxiliou a encaminhar o pesquisador para outros estudos cuja abordagem e contexto se assemelham a essa. Essa análise guiou-se pelas citações, permitindo obter a literatura restante para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Deste modo, os próximos parágrafos descrevem os principais objetivos e resultados de cada pesquisa. Além disso, para estabelecer um panorama geral dos principais resultados já obtidos, elaborou-se a Tabela 5 em que são evidenciadas, de forma sintetizada, as principais variáveis que foram significativas nestes estudos cujo impacto determina a transparência.

Ingram (1984) analisou a influência dos fatores políticos, governamentais, sociais e financeiro sobre o índice de evidenciação dos relatórios anuais publicados pelos 50 estados norte-americanos. Maiores ou menores níveis de endividamento não impactam as práticas de divulgação. Ao contrário das literaturas anteriores, a mídia apontou uma relação negativa, sugerindo uma métrica inadequada ou que a divulgação da informação pode acontecer mediante outras formas. Das variáveis políticas, observou que todas têm uma relação positiva com melhores práticas de divulgação no setor público. Por fim, no que se refere ao incentivo governamental, a seleção do sistema contábil e administrativo melhora os níveis de evidenciação, enquanto as demais variáveis não demonstraram relação significativa.

Giroux (1989) analisou 167 municípios dos Estados Unidos (EUA). Sua análise teve como objetivo verificar a influência de fatores políticos, institucionais e governamentais no índice de evidenciação contábil das demonstrações financeiras municipais. O autor observa que a burocracia teve relação negativa em função das práticas de evidenciação, e a correlação negativa da auditoria com melhores práticas de divulgação seria a limitação que a burocracia oferece ao monitoramento das ações governamentais. A competição política não se mostrou significativa, demonstrando a falta de interesse dos políticos em relação aos seus eleitores.

Cheng (1992) realiza uma atualização do modelo de Ingram (1984), observando novamente as demonstrações financeiras dos 50 estados norte-americanos. Os resultados da pesquisa demonstraram que a competição política, governança, mídia, dívida e dependência federal influenciam negativamente o índice de evidenciação. A burocracia e a força dos grupos de interesse apresentaram relação positiva, enquanto o poder legislativo não explica a divulgação contábil.

Smith (2004) analisou 107 cidades americanas com o intuito de verificar o impacto de fatores políticos e econômicos no índice ponderado de evidenciação voluntária de desempenho:

orçamentário e financeiro. Os resultados não foram consistentes, ainda que as variáveis independentes tenham se mostrado com significância estatística, sugerindo uma fraca explicação ou inadequadas utilizações métricas.

Laswad *et al.* (2005) analisaram a evidenciação voluntária dos portais eletrônicos de 61 órgãos estatutários da Nova Zelândia para verificar a influência de variáveis como a competição política, porte, endividamento, receita, mídia e tipo de governo. Os resultados evidenciaram uma inconsistência nos dois modelos utilizados, a mídia demonstrou estar positivamente relacionada aos índices de evidenciação, corroborando com a literatura de que a mídia contribuiria para minimizar os conflitos de agência na relação eleitor *versus* governante. Outra constatação foi de que a variável porte não está relacionada aos índices, contrariando a literatura anterior majoritária.

Alt e Lassen (2006) desenvolveram um trabalho seminal em que investigaram se um maior grau de transparência fiscal está associado a menor dívida pública e a outras variáveis relacionadas. Os resultados demonstraram que o aumento da transparência fiscal é um elemento importante para melhorar o desempenho fiscal e que as instituições fiscais realmente afetam os resultados fiscais.

Caba-Pérez *et al.* (2008) verificaram a influência dívida, acessibilidade, competição política, receita e dependência federal no índice de transparência eletrônica de 65 municípios da Espanha. Os resultados sugeriram que as variáveis dívida e acessibilidade tenham relação positiva com o índice de transparência municipal, já as demais variáveis não explicam o índice.

Gandia e Archidona (2008) analisaram os sites de grandes municípios espanhóis com o objetivo de avaliar a extensão da informação disseminada na internet e determinar quais fatores estão afetando os níveis observados de divulgação de informações. A evidência empírica obtida revela baixos níveis de divulgação entre os sites da Câmara Municipal espanhola. Entretanto, quase 50% dos conselhos municipais atingiram o nível "aprovado" e, destes, cerca de um quarto obteve boas notas. Os resultados demonstram que os níveis de divulgação dependem da concorrência política, da visibilidade da mídia pública e do acesso à tecnologia e aos níveis educacionais dos cidadãos.

Santana Junior (2008) realizou um estudo com 207 órgãos estaduais brasileiros para analisar o nível de transparência fiscal dos *sites* eletrônicos em função de diversos indicadores, tais como: indicadores econômicos e sociais: receita total, despesa total, resultado nominal, resultado primário, receita corrente líquida, ativo real, passivo real, dívida consolidada, população, taxa de alfabetização urbana, renda per capita e acessibilidade. Inicialmente,

observou que estes órgãos apresentavam baixa aderência à transparência fiscal. Além disso, observou também a correlação dos indicadores econômicos e sociais com a transparência fiscal.

Serrano-Cinca *et al.* (2009) estudaram os determinantes dos relatórios financeiros voluntários da *internet* (divulgação eletrônica) pelas administrações públicas locais espanholas. Os autores testaram as hipóteses sobre a relação entre divulgação eletrônica e tamanho da cidade, emissão de títulos municipais, características financeiras, visibilidade da internet, nível de governo eletrônico e diversos aspectos políticos. Além de verificarem a influência de fatores externos, como o nível de renda dos cidadãos, seu nível educacional e seu compromisso sociopolítico. Utilizando uma amostra de 92 administrações públicas locais espanholas, os dados suportam as hipóteses, com diferentes níveis de robustez e mostram que tamanho, vontade política e nível de renda dos cidadãos afetam a divulgação eletrônica.

Cárcaba-García e García (2010) examinaram as características dos governos locais espanhóis que influenciam o grau de divulgação voluntária de informações financeiras na *internet*. Por meio de uma abordagem baseada na teoria de agência, apresentou cinco hipóteses sobre a relação entre a divulgação financeira voluntária e o tamanho, alavancagem, investimento de capital, competição política e visibilidade da imprensa de uma autoridade local. Os resultados confirmaram que o tamanho, o investimento de capital e a competição política estão positivamente associados ao grau de divulgação voluntária *online*. Também evidenciou uma relação negativa e significativa entre a visibilidade da imprensa e a divulgação financeira voluntária.

Cruz (2010) realizou um estudo no Brasil com 100 municípios brasileiros para analisar a influência dos indicadores econômicos e sociais na transparência municipal eletrônica. Os indicadores utilizados foram: região, localização, partido, acessibilidade, PIB per capita, receita orçamentária, IDH-M, taxa de alfabetização, índice Firjan-M, IPC, índice de responsabilidade fiscal, dinamismo municipal. Os resultados demonstraram correlação positiva e significativa para as variáveis: receita orçamentária e dinamismo municipal.

Pina *et al.* (2010) analisaram o quanto os governos locais da União Europeia usam seus *sites* para disseminarem informações financeiras para avaliar se o governo eletrônico está promovendo a convergência para governos locais mais responsáveis. Também testaram várias hipóteses sobre a influência de fatores internos e contextuais nas práticas de relatórios financeiros da *internet* (IFR). Os resultados mostraram que o estilo de administração pública, o tamanho da cidade e a auditoria de informações financeiras por empresas privadas são fatores explicativos significativos das práticas IFR. Outras descobertas também sugerem que as organizações multilaterais são excessivamente otimistas quanto à possível convergência de

transparência e responsabilidade financeira por meio do uso de modos comuns de IFR. Ou seja, a introdução de tecnologias de informação e comunicação sem a reforma institucional correspondente está levando a um sucesso limitado do IFR.

Gallego-Álvarez *et al.* (2010) buscaram analisar se os fatores por trás do nível de desenvolvimento do governo eletrônico entre os municípios de um país específico são comuns à melhoria da administração digital nos maiores municípios de 81 países em todo o mundo. Os resultados obtidos indicam que, internacionalmente, nos municípios mais importantes de todo o mundo, todos os partidos políticos tentam promover o desenvolvimento de um governo eletrônico dinâmico e participativo.

Guillamón *et al.* (2011) analisaram o impacto de fatores políticos e socioeconômicos sobre a transparência financeira municipal. A amostra abrangeu os 100 maiores municípios espanhóis em 2008. Os resultados mostram que os municípios espanhóis estão fornecendo informações financeiras para além dos requisitos legais, excedendo, assim, as divulgações obrigatórias exigidas pelas leis. Quanto mais impostos e mais transferências per capita, mais informações financeiras são divulgadas e, portanto, maior é a transparência. Além disso, observou-se que os municípios não estão utilizando da prática de ilusão fiscal ou os efeitos do agente-principal, uma vez que não estão escondendo níveis mais altos de impostos e transferências dos cidadãos. Constatou-se que os partidos de esquerda são mais transparentes do que os de direita. Por fim, a população também tem um efeito positivo na conquista da transparência financeira.

Esteller-Moré e Otero (2012) verificaram os determinantes da transparência fiscal com base em uma amostra de 691 municípios catalães, no período de 2001 a 2007. Observou-se que, entre os fatores que determinam os níveis de transparência fiscal, está a concorrência política e a descentralização. Em contrapartida, as variáveis orçamentais não parecem desempenhar nenhum papel, não demonstrando influência sobre a transparência fiscal desses municípios.

Martani e Lestiani (2012) examinaram o impacto da qualidade da auditoria, incentivos de gestão e características do governo local na divulgação da demonstração financeira do governo local. O estudo foi realizado com os municípios da Indonésia e tomou como base no Índice de Contabilidade Governamental da Indonésia (IGAS) como medida de divulgação. Os resultados da pesquisa sugerem que existe uma relação positiva entre a complexidade do governo e a qualidade da auditoria e o nível de divulgação do governo local.

Caamaño-Alegre *et al.* (2013) desenvolveram um estudo com o objetivo de avançar nas discussões sobre os determinantes da transparência orçamentária nos governos locais. O trabalho baseia-se em um questionário de pesquisa de tipo *Likert* especificamente projetado

para medir a transparência orçamentária em pequenos municípios. O questionário é baseado no Código de Boas Práticas da Transparência Fiscal (2007) do FMI. Os resultados de 33 municípios galegos foram utilizados para avaliar sua consistência interna e testar várias hipóteses sobre os determinantes da transparência orçamentária. Os principais resultados evidenciam a significância estatística do desemprego, a relação negativa entre coalizões e a transparência e o impacto positivo da dívida no primeiro índice parcial de transparência.

García-Sánchez *et al.* (2013) avaliaram os determinantes das práticas de divulgação de sustentabilidade de 102 municípios espanhóis. Comparando-se com a quantidade de informação que é revelada sobre questões financeiras, as práticas de divulgação de informações sociais e ambientais são bastante escassas. Observaram também que vários fatores políticos, mais especificamente a presença de governos conservadores e a rivalidade política, podem se tornar barreiras genuínas à transparência municipal. Dessas descobertas, realizaram duas recomendações políticas: (1) é necessário estabelecer políticas, leis ou recomendações nacionais que gerem níveis semelhantes de transparência entre os governos locais, a fim de evitar dilemas sociais; (2) os processos de responsabilização devem se concentrar na adição de informações sobre ações sociais e ambientais e na divulgação dos efeitos dos municípios sobre eles, além da dimensão estritamente econômica podem se tornar barreiras genuínas à transparência municipal.

Rios *et al.* (2013) realizaram um estudo com o objetivo de identificar os determinantes socioeconômicos, políticos e institucionais da divulgação do orçamento do governo central, tanto pela *internet* como por outras mídias. Os autores realizaram a pesquisa com 93 países. As descobertas do estudo mostraram que o acesso à *internet*, o nível de educação, o tamanho relativo do governo central, o superávit orçamentário, a cultura administrativa, a competição política e a ideologia dos titulares determinam a divulgação do orçamento dos governos centrais.

Rodríguez-Bolívar *et al.* (2013) realizaram uma meta-análise, aplicada a uma amostra de estudos, para verificar os determinantes da transparência financeira. O estudo mostra que as variáveis condição financeira, transferências intergovernamentais, competição política, tamanho e riqueza municipal estão positivamente associadas à divulgação de informações financeiras públicas, mas também que isso depende do contexto em que a pesquisa é realizada. As variáveis mais influentes foram as variáveis moderadoras da cultura administrativa e da unidade de medida para as variáveis.

Sol (2013) examinou os determinantes econômicos, sociais e institucionais da transparência do governo local da Espanha. Os resultados indicam que grandes municípios e

aqueles liderados por partido de esquerda informam melhores índices de transparência; enquanto os piores resultados são apresentados por capitais provinciais, cidades turísticas e prefeitos com maioria absoluta.

Wehner e De Renzio (2013) utilizaram um novo conjunto de dados de 85 países, concentrando-se em duas fontes importantes de demanda interna de orçamentos abertos: cidadãos e legisladores. Os resultados sugerem que as eleições livres e justas têm um efeito direto significativo na divulgação orçamentária e que prejudicam o efeito adverso na transparência fiscal da dependência das receitas dos recursos naturais. Também encontramos que a concorrência partidária em legislaturas democraticamente eleitas está associada a maiores níveis de divulgação orçamentária.

Caba-Pérez *et al.* (2014) realizaram uma pesquisa para verificar o papel desempenhado pelas novas tecnologias na promoção da transparência dos documentos de informação financeira e nos principais determinantes para disponibilizar documentos financeiros na *World Wide Web*. O estudo foi desenvolvido considerando os sites nacionais dos países da OCDE que estão usando a Internet para fornecer aos cidadãos transparência orçamentária governamental, de modo que fosse possível verificar se essa divulgação é influenciada por fatores socioeconômicos. Os resultados do estudo confirmam que o nível educacional, a população, o acesso à internet ou a pressão fiscal parecem não ter influência nas informações financeiras públicas divulgadas na *internet*. Apenas a dívida parece ser um fator relevante no grau de transparência da informação obtida por meio da *internet* para documentos de responsabilidade.

Alcaraz-Quiles *et al.* (2015) estudaram a publicação de informações sobre questões de sustentabilidade pelos governos locais, analisando a relação entre diversos níveis de divulgação de informações de sustentabilidade e algumas variáveis socioeconômicas, financeiras e populacionais. Com base no aumento do uso da *internet* pelos governos, os autores analisaram os sites das 55 principais cidades da Espanha, buscando 61 itens recomendados nas diretrizes da *Global Reporting Initiative*. Ao aplicar análise de regressão linear múltipla, verificaram a influência de 13 fatores no relatório de sustentabilidade fornecido por essas autoridades municipais. Os resultados mostram que a informação social é mais difundida e que a população dependente tem um impacto positivo nas divulgações de sustentabilidade. As principais oportunidades para melhorar as práticas de sustentabilidade residem na melhoria da divulgação de informações econômicas e ambientais, por meio da publicação de relatórios formais de sustentabilidade e da coordenação aprimorada de informações publicadas individualmente por diferentes departamentos.

Bairral *et al.* (2015) analisaram o nível de transparência pública nos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais e os incentivos (político, institucional, governamental, social e financeiro) que podem afetar a divulgação da informação pública. Adotaram a perspectiva da teoria de agência e da prestação de contas (*public accountability*) na divulgação da informação como argumento teórico para justificar os resultados obtidos, já que os gestores governamentais podem disponibilizar ao cidadão uma informação incompleta (conflito de agência). Além disso, uma maior transparência da informação pública pode servir como uma forma de aproximação entre o principal (cidadão) e o agente (gestor público). Assim, analisaram os relatórios de 115 entidades públicas federais. Os resultados apontam um baixo nível de transparência pública nos relatórios de gestão (48%), deficiências na divulgação obrigatória (80%) e baixa aderência às práticas de evidenciação voluntária (19%). Sobre os incentivos para a divulgação, se observou uma relação positiva entre o tipo de entidade, acessibilidade e demografia de pessoal com o índice de transparência pública, enquanto a burocracia pública mostrou uma relação negativa. Já o porte, tamanho do núcleo de gestão, receita orçamentária e dependência federal não influenciam a divulgação da informação pública nos relatórios de gestão.

Garcia-Tabuyo *et al.* (2015) analisaram a América Central, uma região que recebeu pouca atenção à pesquisa anterior sobre essas questões. Para tanto, analisaram a divulgação de informações *online* feita pelas autoridades locais, tanto em relação ao grau de conformidade com os requisitos legais quanto ao volume de informações fornecidas voluntariamente. Concluíram, com relação aos dois tipos de provisão de informações, que existe influência de fatores ambientais na divulgação de informações *online*. Os resultados obtidos mostram que a transparência é mais uma questão de atitude do que de leis.

Keerasuntonpong *et al.* (2015) buscaram fornecer uma compreensão dos fatores influentes que podem afetar as divulgações nas declarações de desempenho do serviço (SSPs) nos serviços de águas residuais pelas autoridades locais da Nova Zelândia. Utilizaram-se como base a teoria da sociologia neoinstitucional como premissa. Os resultados indicam que apenas a pressão coerciva, sem o suporte das pressões miméticas e normativas, teve pouca influência na prática de divulgação, e a maioria das autoridades locais não aderiu aos requisitos de autoridade. A competição política, o tamanho do círculo eleitoral, a sofisticação do círculo eleitoral, a visibilidade política, a disponibilidade de pessoal, os atributos pessoais do pessoal de contabilidade e a disponibilidade de recursos financeiros são identificados como fatores influentes prováveis para os SSPs. O tamanho, por meio da *proxy* dos recursos totais, se revela significativamente associado à correspondência de relatórios do SSP.

Lowatcharin e Menifield (2015) examinaram a premissa de que o aumento do acesso à *internet* leva a níveis mais altos de transparência governamental. Avaliaram, também, o impacto de fatores geográficos, demográficos, socioeconômicos e institucionais na transparência governamental em 816 de 1055 municípios nos doze estados do centro-oeste dos Estados Unidos. Os achados do modelo logístico mostram que a área total da terra, a densidade populacional, a porcentagem da população minoritária, o nível educacional e a forma de governo do conselho-gerente estão associadas estatisticamente com níveis mais altos de transparência governamental no nível do condado por meio da Internet.

Guillamón *et al.* (2016) buscaram entender o uso das ferramentas de mídia social pelos governos locais para fins de transparência. Para tanto, delinearão como objetivo construir um indicador sintético para medir o uso do *Facebook* pelos governos locais para divulgar informações e analisar os determinantes de diferentes níveis de uso do *Facebook*. A amostra foi composta por 217 governos locais italianos e espanhóis que usaram o *Facebook* em 2014. Os resultados mostram que o nível de participação eletrônica, tamanho da população, nível de renda do cidadão e nível de endividamento têm impacto no uso do *Facebook* pelos governos locais. Um alto nível de uso do *Facebook* sugeriria que os governos locais tendem a permitir que os cidadãos supervisionem o governo fazendo informações, dados e processos mais transparentes.

Alcaide Muñoz *et al.* (2016) fazendo uso das técnicas de meta-análise, realizaram uma integração dos resultados empíricos relatados pelos estudos anteriores para determinar os fatores que favorecem a divulgação de informações financeiras públicas por meio de dois modos de divulgação de informações – formato online *versus* cópia impressa. Vários efeitos moderadores – cultura administrativa, regime contábil, impacto da medida usada na determinação de variáveis e nível de governo – foram considerados e analisados quanto à sua influência no grau de correlação entre os determinantes e a divulgação de informações financeiras públicas em ambos os modos de divulgação de informações. O estudo não mostra apenas que as variáveis analisadas (condição financeira, transferências intergovernamentais, competição política, tamanho e riqueza municipal) estão positivamente associadas à divulgação de informações financeiras públicas, mas também que isso depende do contexto em que a pesquisa é conduzida. O estilo administrativo e o nível de governo são os principais efeitos moderadores que influenciam os resultados dos estudos analisados.

Fiirst *et al.* (2017) desenvolveram um estudo com o objetivo de analisar se as condições socioeconômicas e contábeis dos 100 maiores municípios brasileiros, influenciam no nível de transparência das informações acerca da gestão pública, divulgadas nos portais eletrônicos após

a promulgação da Lei de Acesso à Informação. Os resultados apontam que o número de habitantes de um município influencia positivamente o nível de transparência municipal, e as variáveis contábeis, sendo Execução Orçamentária Corrente, Realização da Receita Tributária e Grau de Dependência influenciam negativamente o referido índice.

Puron-Cid e Bolívar (2017) analisaram os efeitos de fatores contextuais em diferentes características da transparência financeira a nível municipal no México. Utilizaram, diferente dos demais estudos, a modelagem de equações estruturais. Constataram que os fatores institucionais e econômicos são influentes em algumas características da transparência financeira.

Tendo descrito de forma detalhada os resultados destes estudos anteriores, tem-se a Tabela 5, que evidencia os principais determinantes da transparência pública de forma sintetizada.

Tabela 5

Principais Características dos Estudos Anteriores

Autor/Estudos	País	Tipo de Transparência	Nível de Governo	Variáveis Socioeconômicas	Variáveis Financeiras-Orçamentárias	Variáveis Políticas	Variáveis Governamentais
Ingram (1984)	EUA	Relatórios Anuais	Estadual	Urbanização (+) Mídia (-)	-	Competição Política (+) Seleção do administrador (+)	-
Giroux (1989)	EUA	Demonstrações Financeiras	Municipal	-	-	-	Preço dos Impostos (-) Tipo de Governo (+) Qualidade da Auditoria (-)
Cheng (1992)	EUA	Demonstrações Financeiras	Estadual	Mídia (-)	Dívida (-) Dependência Federal (-)	Competição Política (-) Grupos de Interesse (+)	Governança (-) Burocracia (+)
Smith (2004)	EUA	Demonstrações Financeiras	Municipal	-	Dívida (-)	-	-
Laswad <i>et al.</i> (2005)	Nova Zelandia	Transparência Eletrônica	Municipal	Mídia (+)	-	-	-
Alt e Lassen (2006)	OECD	Transparência Fiscal	Federal	-	Dívida (-)	-	-
Caba Pérez <i>et al.</i> (2008)	Espanha	Transparência Eletrônica	Municipal	Acessibilidade (+)	Custo da Dívida (+)	-	-
Gandia e Archidona (2008)	Espanha	Transparência Eletrônica	Municipal	Mídia (+) Acesso à tecnologia (+) Educação (+)	-	Competição Política (+)	-
Santana Junior (2008)	Brasil	Transparência Fiscal	Estadual	População (+) Educação (+) Riqueza Municipal (+) Acesso à <i>internet</i> (+)	Receita (+) Despesa (+) Receita Corrente Líquida (+) Ativo (+) Passivo (+) Dívida (+)	-	-
Serrano-Cinca <i>et al.</i> (2009)	Espanha	Transparência Fiscal Voluntária	Municipal	População (+) Riqueza Municipal (+)	-	Participação Política (+)	-

Autor/Estudos	País	Tipo de Transparência	Nível de Governo	Variáveis Socioeconômicas	Variáveis Financeiras-Orçamentárias	Variáveis Políticas	Variáveis Governamentais
Cárcaba-García e García-García (2010)	Espanha	Transparência Fiscal Voluntária	Municipal	População (+) Mídia (-)	Investimento de Capital (+)	Competição Política (+)	-
Cruz (2010)	Brasil	Transparência Eletrônica	Municipal	Dinamismo Municipal (+)	Receita (+)	-	-
Pina <i>et al.</i> (2010)	União Europeia	Transparência Fiscal	Municipal	População (+)	-	-	Qualidade da Auditoria (+) Estilo de Administração Pública (+)
Gallego-Álvarez, <i>et al.</i> (2010)	Internacional	Transparência Eletrônica	Municipal	População (+)	Despesa (+)	-	-
Guillamón <i>et al.</i> (2011)	Espanha	Transparência Fiscal	Municipal	População (+)	Receita Fiscal (+) Transferências Intergovernamentais (+)	Ideologia Política - direta (-)	-
Esteller-Moré e Otero (2012)	Espanha	Transparência Fiscal	Municipal	População (-)	-	Competição Política (-)	Descentralização (+)
Martani e Lestiani (2012)	Indonésia	Transparência Fiscal	Municipal	Renda per capita (+) População (+)	-	-	Qualidade da Auditoria (+)
Caamaño-Alegre <i>et al.</i> (2013)	Espanha	Transparência Fiscal	Municipal	Desemprego (-)	Saldo Público (+) Despesa (-)	Coligação Partidária (-) Ideologia Política - esquerda (+)	-
García-Sánchez <i>et al.</i> (2013)	Espanha	Transparência Social	Municipal	População (+)	-	Ideologia Política - Direita (-)	-
Rios <i>et al.</i> (2013)	Internacional	Transparência Orçamentária	Federal	Educação (+) População (+) Acesso à <i>internet</i> (+)	Dívida (+) Saldo Público (+)	Competição Política (-) Ideologia Política - Direita (-)	Estilo de Administração Pública (+)
Rodríguez Bolívar <i>et al.</i> (2013)	Meta-Análise	Transparência Fiscal	-	População (+) Riqueza Municipal (+)	Condição Financeira (+) Transferências Intergovernamentais (+)	Competição Política (+)	-
Sol (2013)	Espanha	Transparência Eletrônica	Municipal	População (+)	-	Ideologia Política - Esquerda (+) Maioria Política (-)	-

Autor/Estudos	País	Tipo de Transparência	Nível de Governo	Variáveis Socioeconômicas	Variáveis Financeiras-Orçamentárias	Variáveis Políticas	Variáveis Governamentais
Wehner e Renzio (2013)	Internacional	Transparência Fiscal	Federal	Idade (+) PIB (+)	-	Democracia (+)	-
Caba Pérez <i>et al.</i> (2014)	Países da OECD	Transparência Fiscal	Federal	-	Dívida (-)	Competição Política (+)	Tipo de Governo (-)
Alcaraz-Quiles <i>et al.</i> (2015)	Espanha	Transparência Social	Municipal	-	Autonomia Financeiro (+)	-	Preço dos Impostos (-)
Bairral <i>et al.</i> (2015)	Brasil, Órgãos Federais	Relatórios Anuais	Estadual	Acessibilidade (+)	Gasto com Pessoal (+)	-	Tipo de Governo (+) Burocracia (-)
Garcia-Tabuyo <i>et al.</i> (2015)	América Central	Transparência Eletrônica	Municipal	Acesso à internet (+)	-	-	LAI (-) Corrupção (-)
Keerasuntonpon <i>et al.</i> (2015)	Nova Zelandia	Declarações de Desempenho	Municipal	População (+) Renda <i>per capita</i> (+) Acesso à internet (+)	Ativos (+) Receita (+)	-	-
Lowatcharin e Menifield (2015)	EUA	Transparência Eletrônica	Municipal	População (+) Educação (+) Renda <i>per capita</i> (+) Região (+)	-	-	-
Guillamón <i>et al.</i> (2016)	Itália e Espanha	Transparência Eletrônica	Municipal	População (+) Renda <i>per capita</i> (-)	Alavancagem (-)	-	-
Alcaide Muñoz <i>et al.</i> (2016)	Meta-Análise	Transparência Fiscal	-	População (+) Riqueza Municipal (+)	Condição Financeira (+) Transferências Intergovernamentais (+)	Competição Política (+)	-
Fiiirst <i>et al.</i> (2017)	Brasil	Transparência Eletrônica	Municipal	População (+)	Condição Financeira (-) Receita (-) Transferências Intergovernamentais (-)	-	-
Puron-Cid e Bolívar (2017)	México	Transparência Fiscal	Municipal	PIB (-) Desenvolvimento (-)	-	-	LAI (+) Preço dos Impostos (+)

Nota: Fonte: o autor (2018).

Deste modo, observa-se, a partir da literatura anterior, a lacuna nas pesquisas sobre a transparência pública que aborde o caso dos municípios brasileiros. Dessa forma, este estudo busca contribuir com a literatura sobre o tema, identificando as principais variáveis que determinam a transparência pública e, além disso, avança sobre o tema ao incluir variáveis políticas e outras mais alinhadas com a literatura internacional sobre o tema. A teoria da escolha pública auxiliará na construção dessas hipóteses e na discussão dos principais resultados, o que até então também não foi identificado para o caso brasileiro.

A Tabela 5 é importante e auxilia a visualização dos resultados de cada estudo, mas não permite visualizar os resultados obtidos para cada dimensão e variável respectiva. Assim, construiu-se a Tabela 6 para evidenciar todos os resultados obtidos em toda a literatura anterior mencionada. Esta tabela não só demonstra os principais resultados significativos positivos e negativos, mas também apresenta aquelas variáveis que não obtiveram significância estatística.

Tabela 6

Determinantes nos Estudos Anteriores

Variáveis	Relação	Autores
SOCIOECONÔMICAS		
População	+	Santana Junior (2008); Serrano-Cinca <i>et al.</i> (2009); Cárcaba-García e García-García (2010); Pina <i>et al.</i> (2010); Gallego-Álvarez, <i>et al.</i> (2010); Guillamón <i>et al.</i> (2011); Martani e Lestiani (2012); García-Sánchez <i>et al.</i> (2013); Rios <i>et al.</i> (2013); Rodríguez Bolívar <i>et al.</i> (2013); Sol (2013); Keerasuntonpon <i>et al.</i> (2015); Lowatcharin e Menifield (2015); Guillamón <i>et al.</i> (2016); Alcaide Muñoz <i>et al.</i> (2016); Fiirst <i>et al.</i> (2017)
	-	Esteller-Moré e Otero (2012);
	NS	Smith (2004); Caba Pérez <i>et al.</i> (2008); Gandia e Archidona (2008); Caamaño-Alegre <i>et al.</i> (2013); Caba Pérez <i>et al.</i> (2014); Alcaraz-Quiles <i>et al.</i> (2015); García-Tabuyo <i>et al.</i> (2015);
Desemprego	-	Caamaño-Alegre <i>et al.</i> (2013);
	NS	García-Sánchez <i>et al.</i> (2013); Sol (2013); Alcaraz-Quiles <i>et al.</i> (2015);
Urbanização	+	Ingram (1984);
Mídia	+	Laswad <i>et al.</i> (2005); Gandia e Archidona (2008);
	-	Ingram (1984); Cheng (1992); Cárcaba-García e García-García (2010);
	NS	Serrano-Cinca <i>et al.</i> (2009);
	NS	Laswad <i>et al.</i> (2005);
Educação	+	Gandia e Archidona (2008); Santana Junior (2008); Rios <i>et al.</i> (2013); Lowatcharin e Menifield (2015);
	NS	Caba Pérez <i>et al.</i> (2008); Serrano-Cinca <i>et al.</i> (2009); Cruz (2010); Caba Pérez <i>et al.</i> (2014); Alcaraz-Quiles <i>et al.</i> (2015); Guillamón <i>et al.</i> (2016);
Acessibilidade	+	Caba Pérez <i>et al.</i> (2008); Bairral <i>et al.</i> (2015);
	NS	Cruz (2010); Pina <i>et al.</i> (2010); Caba Pérez <i>et al.</i> (2014);
Acesso à internet	+	Gandia e Archidona (2008); Rios <i>et al.</i> (2013); Lowatcharin e Menifield (2015);
	NS	Pina <i>et al.</i> (2010); Alcaraz-Quiles <i>et al.</i> (2015); Guillamón <i>et al.</i> (2016);
Região	+	Lowatcharin e Menifield (2015);
	-	Gallego-Álvarez, <i>et al.</i> (2010);
	NS	Cruz (2010);

Variáveis	Relação	Autores
Desenvolvimento	-	Puron-Cid e Bolívar (2017)
	NS	Cruz (2010); Fiirst <i>et al.</i> (2017)
Dinamismo Municipal	+	Cruz (2010);
Sustentabilidade	NS	García-Sánchez <i>et al.</i> (2013);
Idade	+	Wehner e Renzio (2013);
	NS	Lowatcharin e Menifield (2015);
Condição Econômica	NS	Smith (2004);
Atividade Econômica	NS	Sol (2013);
PIB	+	Wehner e Renzio (2013);
	-	Puron-Cid e Bolívar (2017)
	NS	Cruz (2010); Rios <i>et al.</i> (2013); Caba Pérez <i>et al.</i> (2014); Fiirst <i>et al.</i> (2017)
Renda per capita	+	Santana Junior (2008); Serrano-Cinca <i>et al.</i> (2009); Martani e Lestiani (2012); Rodríguez Bolívar <i>et al.</i> (2013); Keerasuntonpon <i>et al.</i> (2015); Lowatcharin e Menifield (2015); Alcaide Muñoz <i>et al.</i> (2016)
	-	Guillamón <i>et al.</i> (2016);
	NS	Giroux (1989); Laswad <i>et al.</i> (2005); Pina <i>et al.</i> (2010); Guillamón <i>et al.</i> (2011); Caba Pérez <i>et al.</i> (2014); Alcaraz-Quiles <i>et al.</i> (2015); Fiirst <i>et al.</i> (2017)
FINANCEIRAS-ORÇAMENTÁRIAS		
Condição Financeira	+	Rodríguez Bolívar <i>et al.</i> (2013); Alcaraz-Quiles <i>et al.</i> (2015); Alcaide Muñoz <i>et al.</i> (2016)
	-	Fiirst <i>et al.</i> (2017)
	NS	Giroux (1989); Serrano-Cinca <i>et al.</i> (2009); Guillamón <i>et al.</i> (2016);
Saldo Público	+	Caamaño-Alegre <i>et al.</i> (2013); Rios <i>et al.</i> (2013);
	NS	Sol (2013); Alcaraz-Quiles <i>et al.</i> (2015);
Dívida	+	Santana Junior (2008); Rios <i>et al.</i> (2013);
	-	Cheng (1992); Smith (2004); Alt e Lassen (2006); Caba Pérez <i>et al.</i> (2014);
	NS	Serrano-Cinca <i>et al.</i> (2009); Guillamón <i>et al.</i> (2011); Caamaño-Alegre <i>et al.</i> (2013); Sol (2013); Alcaraz-Quiles <i>et al.</i> (2015); Fiirst <i>et al.</i> (2017)
Receitas	+	Santana Junior (2008); Cruz (2010); Guillamón <i>et al.</i> (2011); Keerasuntonpon <i>et al.</i> (2015);
	-	Fiirst <i>et al.</i> (2017)
	NS	Laswad <i>et al.</i> (2005); Caba Pérez <i>et al.</i> (2008); Bairral <i>et al.</i> (2015);
Transferências Intergovernamentais	+	Guillamón <i>et al.</i> (2011); Rodríguez Bolívar <i>et al.</i> (2013); Alcaide Muñoz <i>et al.</i> (2016)
	-	Cheng (1992); Fiirst <i>et al.</i> (2017)
	NS	Caba Pérez <i>et al.</i> (2008); Esteller-Moré e Otero (2012); Martani e Lestiani (2012); Bairral <i>et al.</i> (2015);
Viabilidade Financeira	NS	Fiirst <i>et al.</i> (2017)
Alavancagem Financeira	-	Guillamón <i>et al.</i> (2016);
	NS	Laswad <i>et al.</i> (2005); Gandia e Archidona (2008);
Regimes Contábil	NS	Giroux (1989);
Ativos	+	Santana Junior (2008); Keerasuntonpon <i>et al.</i> (2015);
Passivo	+	Santana Junior (2008);
Despesa	+	Santana Junior (2008); Gallego-Álvarez, <i>et al.</i> (2010);
	-	Caamaño-Alegre <i>et al.</i> (2013);
	NS	García-Sánchez <i>et al.</i> (2013);
Receita Corrente Líquida	+	Santana Junior (2008);
Investimento de Capital	+	Cárcaba-García e García-García (2010);
	NS	Fiirst <i>et al.</i> (2017)
Déficit	NS	Guillamón <i>et al.</i> (2011); Esteller-Moré e Otero (2012);
Gasto com Pessoal	+	Bairral <i>et al.</i> (2015);
	NS	Fiirst <i>et al.</i> (2017)

Variáveis	Relação	Autores
POLÍTICAS		
Competição Política	+	Ingram (1984); Gandia e Archidona (2008); Cárcaba-García e García-García (2010); Gallego-Álvarez, <i>et al.</i> (2010); Rodríguez Bolívar <i>et al.</i> (2013); Caba Pérez <i>et al.</i> (2014); Alcaide Muñoz <i>et al.</i> (2016)
	-	Cheng (1992); Esteller-Moré e Otero (2012); Rios <i>et al.</i> (2013);
	NS	Smith (2004); Laswad <i>et al.</i> (2005); Caba Pérez <i>et al.</i> (2008); Serrano-Cinca <i>et al.</i> (2009); García-Sánchez <i>et al.</i> (2013);
Participação Política	+	Serrano-Cinca <i>et al.</i> (2009);
	NS	Gandia e Archidona (2008); Caamaño-Alegre <i>et al.</i> (2013);
Democracia	+	Wehner e Renzio (2013);
Ideologia Política - Direita	-	Guillamón <i>et al.</i> (2011); García-Sánchez <i>et al.</i> (2013); Rios <i>et al.</i> (2013);
	NS	Serrano-Cinca <i>et al.</i> (2009); Gallego-Álvarez, <i>et al.</i> (2010); Esteller-Moré e Otero (2012); Guillamón <i>et al.</i> (2016);
Ideologia Política - Esquerda	+	Caamaño-Alegre <i>et al.</i> (2013); Sol (2013);
Forção Política (índice Herfindahl)	NS	Guillamón <i>et al.</i> (2011); García-Sánchez <i>et al.</i> (2013);
Taxa de Participação	NS	Serrano-Cinca <i>et al.</i> (2009); Guillamón <i>et al.</i> (2011); Rios <i>et al.</i> (2013); Sol (2013);
Poder de Nomeação	NS	Ingram (1984); Cheng (1992);
Seleção do Administrador	+	Ingram (1984);
Grupos de Interesse	-	Cheng (1992);
	-	Sol (2013);
Maioria Política	NS	Gandia e Archidona (2008); Alcaraz-Quiles <i>et al.</i> (2015); Puron-Cid e Bolívar (2017)
	-	Caamaño-Alegre <i>et al.</i> (2013);
Coligação Partidária	NS	Serrano-Cinca <i>et al.</i> (2009); Gallego-Álvarez, <i>et al.</i> (2010); Puron-Cid e Bolívar (2017)
Gênero	NS	Guillamón <i>et al.</i> (2011); Rios <i>et al.</i> (2013); Sol (2013); Guillamón <i>et al.</i> (2016);
GOVERNAMENTAL		
Preço dos Impostos	+	Puron-Cid e Bolívar (2017)
	-	Giroux (1989); Alcaraz-Quiles <i>et al.</i> (2015);
	NS	Caamaño-Alegre <i>et al.</i> (2013);
Burocracia	+	Cheng (1992);
	-	Bairral <i>et al.</i> (2015);
	NS	Giroux (1989);
Tipo de Governo	+	Giroux (1989); Bairral <i>et al.</i> (2015);
	NS	Guillamón <i>et al.</i> (2016); Puron-Cid e Bolívar (2017)
Qualidade da Auditoria	+	Pina <i>et al.</i> (2010); Martani e Lestiani (2012);
	-	Giroux (1989);
	NS	Smith (2004);
Estilo de Administração Pública	+	Pina <i>et al.</i> (2010); Rios <i>et al.</i> (2013);
Governança	-	Cheng (1992);
Forma de Governo	NS	Smith (2004); Caba Pérez <i>et al.</i> (2014);
Tipo de Conselho	NS	Laswad <i>et al.</i> (2005);
Corrupção	NS	Pina <i>et al.</i> (2010);
LAI	+	Puron-Cid e Bolívar (2017)
	-	Garcia-Tabuyo <i>et al.</i> (2015)

Nota: Fonte: O Autor (2018).

Com a Tabela 6 é possível observar a heterogeneidade nos resultados obtidos da literatura anterior. Além disso, também permite indicar os resultados empíricos que tem se destacado na literatura anterior.

Diferentes características, técnicas, países e variáveis utilizadas justificam a diversidade dos resultados encontrados. Entretanto, observa-se que a literatura internacional mais recente tem se encaminhado para observar os fatores socioeconômicos, financeiros-orçamentários (denominados institucionais) e políticos.

Deste modo, se faz necessário construir um suporte teórico e empírico para a construção das hipóteses de pesquisa. A próxima seção desenvolve esse suporte a partir dos estudos anteriores e de obras mencionadas nas seções anteriores, o que permite criar a argumentação teórica e empírica para a construção das hipóteses de pesquisa e do modelo teórico desse estudo.

2.3 Hipóteses de Pesquisa

Desde meados da década de 1980, muitos estudos buscaram analisar os fatores que proporcionam maior e melhor divulgação da informação pública. Esses estudos basearam-se, principalmente, na teoria da agência, na teoria neoinstitucional, na teoria da legitimidade e, agora, na teoria da escolha pública (Carpenter & Feroz, 2001; Feroz, Carpenter & Cheng, 2007; Rodríguez-Bolívar *et al.*, 2013; Alcaide-Muñoz *et al.*, 2016).

Por meio da teoria da escolha pública, é possível identificar que existem diferenças entre o interesse dos decisores políticos e dos burocratas, por um lado, e os interesses dos cidadãos, por outro (Alcaide Muñoz *et al.*, 2016). Essas diferenças obrigam os representantes públicos a serem responsabilizados por suas ações e a demonstrar que agiram de acordo com suas responsabilidades (Thompson, 1998). A transparência tem sido parte do movimento rumo à NGP, o que tem permitido que os cidadãos se informem das escolhas públicas dos *policymakers* e gestores públicos (Mack & Ryan, 2006).

Em relação aos fatores determinantes da transparência pública, existem diferentes incentivos para a divulgação de informações, como fatores internos e externos, socioeconômicos, políticos e gerenciais (Alcaide Muñoz *et al.*, 2016). Nesse estudo, agrupou-se em três categorias principais: (1) condições socioeconômicas; (2) condições financeiras-orçamentárias; (3) condições políticas.

Os fatores socioeconômicos representam os fatores sociais e econômicos que caracterizam a situação do município, estão relacionados à capacidade dos cidadãos em realizar pressões e exigir informações dos órgãos públicos. Os estudos têm utilizado diversas variáveis

para representar as características socioeconômicas da entidade pública, entre estas tem se consagrado o uso das variáveis população, riqueza municipal, educação e região.

As condições financeiras-orçamentárias representam os fatores internos e externos ligados ao ente público. Está relacionado à necessidade dos governos em realizar estruturas e práticas com o objetivo de demonstrar que estão cumprindo seu dever de transparência e responsabilidade sobre o uso dos recursos financeiros e orçamentários públicos (Alcaide Muñoz *et al.*, 2016). Assim, justifica o uso de variáveis que buscam captar a condição financeira, a dívida, as transferências intergovernamentais e os investimentos de capital dos municípios para verificar o impacto na transparência pública.

O ambiente político também tem se mostrado presente e justificado as variações percebidas nos níveis de transparência. Entre as principais justificativas para o uso dessas variáveis para verificar o impacto na transparência, é a existência de ciclos políticos e o comportamento oportunista para se manter no poder ou ser reeleito. A divulgação das informações pode ser uma técnica utilizada para mitigar problemas entre partidos políticos de oposição, assim como a capacidade de influenciar na manutenção no poder ou na reeleição. Por essa razão é que o uso das variáveis competição política, ideologia política e coligação partidária tem se consagrado nos estudos. O mandato eleitoral ainda não foi uma variável abordada em outros estudos como determinante da transparência.

A literatura anterior e os argumentos teóricos servem como norte para a construção das hipóteses e do desenvolvimento dessa pesquisa. Assim, nos próximos tópicos será descrita toda a argumentação necessária para a construção das hipóteses utilizadas nesse estudo. Ao final, estabelece-se um modelo teórico de pesquisa considerando toda a literatura até então já elaborada.

2.3.1 Transparência e Fatores Socioeconômicos

A transparência pública oferece a possibilidade de aumentar a interação entre os cidadãos e os governos, o que a distingue da administração pública tradicional (Guillamón *et al.*, 2016). A participação dos cidadãos pode influenciar os níveis de transparência estabelecidos pelos governos locais, por isso, diferentes características socioeconômicas podem ser determinantes para a transparência dos municípios brasileiros.

Uma das características que tem sido observada nos estudos é o tamanho do município, normalmente mensurado pela população. Os conflitos de interesse entre cidadãos e governos

são mais prováveis em municípios maiores, conseqüentemente, a vantagem de divulgar informações é correspondentemente maior (Serrano-Cinca *et al.*, 2009).

A diferença entre municípios maiores e menores se justifica pelo fato de que, em municípios maiores, a presença de assimetria de informação entre políticos e cidadãos é ainda maior, o que aumenta os custos de agência e o conflito de interesses com os cidadãos (Zimmerman, 1977). A divulgação de informações ajuda a reduzir os custos de agência e a assimetria de informação ao permitir que se avalie o desempenho dos gestores públicos (Zimmerman, 1977; Serrano-Cinca *et al.*, 2009).

As grandes populações exigem mais serviços, a administração pública deve lidar com uma ampla variedade de *stakeholders*, os quais exigem a implementação de práticas de responsabilidade social e mais informações (García-Sánchez *et al.*, 2013). Assim, o tamanho populacional dos municípios capta a complexidade da administração pública e do governo, sendo considerado como um dos fatores internos relacionados à gestão pública (Gallego-Álvarez *et al.*, 2010).

Dessa forma, percebe-se que os governos das grandes cidades são mais propensos a adotarem atividades do governo eletrônico, como a transparência, em comparação a cidades pequenas, porque as grandes cidades recebem mais pressão para encontrar formas de fornecer serviços públicos e divulgar informações (Gallego-Álvarez *et al.*, 2010).

Entretanto, há certa heterogeneidade nas evidências dos estudos anteriores. Algumas pesquisas constataram uma relação positiva da população com a transparência, como foi o caso dos estudos de Santana Junior (2008); Serrano-Cinca *et al.* (2009); Cárcaba-García e García (2010); Pina *et al.* (2010); Gallego-Álvarez *et al.* (2010); Guillamón *et al.* (2011); Martani e Lestiani (2012); García-Sánchez *et al.* (2013); Ríos *et al.* (2013); Rodríguez-Bolívar *et al.* (2013); Sol (2013); Keerasuntonpon *et al.* (2015); Lowatcharin e Menifield (2015); Guillamón *et al.* (2016); Alcaide Muñoz *et al.* (2016); Fiirst *et al.* (2017). Outros estudos já encontraram relação negativa ou não significativa, tai como os de Smith (2004); Caba-Pérez *et al.* (2008); Gandia e Archidona (2008); Esteller-Moré e Otero (2012); Caamaño-Alegre *et al.* (2013); Caba Pérez *et al.* (2014); Alcaraz-Quiles *et al.* (2015); Garcia-Tabuyo *et al.* (2015).

Apesar dessa divergência, a maioria dos estudos confirma a relação positiva, e, além disso, a argumentação teórica também remete a esse tipo de relação. Dessa forma, é possível construir a Hipótese 1.

H1: O número de habitantes exerce influência positiva sobre a transparência pública dos municípios brasileiros.

Outra relação que tem sido abordada nos estudos anteriores é o caso da renda municipal (*municipal wealth*) (Alcaide-Muñoz *et al.*, 2016). Com o aumento da renda local, a população espera um melhor serviço e mais informações para confirmar que seus impostos estão sendo gastos de forma efetiva (Ingram, 1984; Giroux, 1989; Cheng, 1992; Alcaide-Muñoz *et al.*, 2016).

Os gestores públicos e os *policymakers* têm o interesse de divulgar as demonstrações financeiras e outras informações públicas com o objetivo de confirmar aos cidadãos a gestão das finanças públicas e influenciar as opiniões dos cidadãos sobre os impactos das políticas públicas (Alcaide-Muñoz *et al.*, 2016). Assim, a riqueza municipal deve ser associada positivamente ao aumento da transparência porque fornece um sinal de qualidade de gestão, que pode beneficiar os políticos locais, aumentando suas chances de reeleição e reduzindo os custos de agência (Gandia & Archidona, 2008).

A evidência empírica relatada em estudos de divulgação de informações remete ao entendimento de que, nas cidades onde a renda *per capita* é alta, os residentes são motivados a exigirem informações (Santana Junior, 2008; Serrano-Cinca *et al.*, 2009; Martani & Lestiani, 2012; Rodríguez-Bolívar *et al.*, 2013; Keerasuntonpon *et al.*, 2015; Lowatcharin & Menifield, 2015; Alcaide-Muñoz *et al.*, 2016). As cidades de baixa renda adotam um modelo de transparência pública progressivo, devido à baixa demanda por serviços (Alcaide-Muñoz *et al.*, 2016).

Assim, ainda que tenha observado estudos que não constataram essa relação (Giroux, 1989; Laswad *et al.*, 2005; Pina *et al.*, 2010; Guillamón *et al.*, 2011; Caba-Pérez *et al.*, 2014; Alcaraz-Quiles *et al.*, 2015; Guillamón *et al.*, 2016; Fiirst *et al.*, 2017), a maior parte da literatura se encaminha no posicionamento de que existe uma relação positiva. Dessa forma, propõe-se a Hipótese 2.

H2: A renda municipal exerce influência positiva sobre a transparência pública dos municípios brasileiros.

A terceira variável de interesse deste estudo é o nível de desenvolvimento educacional dos municípios. A premissa básica que justifica o uso dessa variável é o fato de que uma população bem-educada deve exigir mais informações das administrações públicas (Tolbert & Zucker, 1998). Os cidadãos devem ter um nível de educação suficiente para adquirir os

conhecimentos e habilidades necessários para fazer uso dos mecanismos da transparência pública e, portanto, saber examinar a informação disponível (Ríos *et al.*, 2013).

Uma população com nível de educação elevada exercerá pressão sobre as administrações públicas para divulgar informações, o que elevará o nível de transparência (Guillamón *et al.*, 2016). Assim, a capacidade do cidadão de ter consciência e aptidão para participar do processo político e democrático da gestão pública, parece ter uma associação positiva com a transparência pública.

Alguns estudos constataram evidência de associação positiva entre o nível de desenvolvimento educacional e a transparência (Gandia & Archidona, 2008; Santana Junior, 2008; Ríos *et al.*, 2013; Lowatcharin & Menifield, 2015), ainda que essa mesma relação não tenha sido significativa em outros estudos (Caba-Pérez *et al.*, 2008; Serrano-Cinca *et al.*, 2009; Cruz, 2010; Caba-Pérez *et al.*, 2014; Alcaraz-Quiles *et al.*, 2015; Guillamón *et al.*, 2016). Deste modo, tem-se a Hipótese 3.

H3: O nível de desenvolvimento educacional exerce influência positiva sobre a transparência pública dos municípios brasileiros.

Não diferente dos outros casos, a região que está localizada o município também pode ser um determinante a transparência, principalmente no caso brasileiro em que se percebe uma vasta extensão territorial, com situações socioeconômicas muitas distintas em uma região frente às demais.

Assim, da mesma forma que se espera que exista uma associação positiva entre municípios com maior população, renda e nível educacional, também se espera que essa mesma relação seja distinta, considerando as regiões geográficas brasileiras (Norte, Nordeste, Centroeste, Sudeste e Sul). No estudo de Gallego-Álvarez, *et al.* (2010), com municípios de diferentes países, também utilizaram uma variável de controle para distinguir as diferentes regiões considerando os aspectos econômicos de cada uma. Deste modo, propõe-se a Hipótese 4.

H4: A região exerce influência positiva sobre a transparência pública dos municípios brasileiros.

2.3.2 *Transparência e Fatores Financeiros-orçamentários*

As condições financeiras e orçamentárias também têm sido utilizadas como determinante da transparência pública. Essas variáveis buscam representar fatores internos e externos à entidade, representam características tanto financeiras quanto orçamentárias que caracterizam a instituição.

Uma das variáveis normalmente analisadas neste contexto de pesquisa é a condição financeira do governo, que está positivamente relacionada à motivação dos gestores públicos para fornecer a transparência das informações públicas (Ingram, 1984; Alcaide-Muñoz *et al.*, 2016). Essa variável representa a credibilidade financeira das agências governamentais em relação a agentes externos (Ingram, 1984), assim como a capacidade do governo de atender a seus compromissos de pagamento (Giroux & Deis, 1993).

As pesquisas internacionais têm definido essa variável como a capacidade dos governos para financiarem a provisão de serviços e programas públicos e é medida em relação ao nível de empréstimos públicos (Caba-Pérez *et al.*, 2008; Guillamón, Bastida & Benito, 2013; Alcaide-Muñoz *et al.*, 2016). No presente estudo, utilizar-se do Indicador de Execução Orçamentaria Corrente (IEOC) como *proxy* para a condição financeira municipal, o qual evidencia a capacidade do órgão público em manter suas despesas correntes por meio das respectivas receitas correntes para o mesmo período.

Considerando a existência de assimetria de informação, na qual o principal não consegue determinar completamente as características do risco padrão dos agentes, os gestores públicos poderiam usar o aumento da divulgação para reduzir o custo do capital (Gore, 2004; Alcaide-Muñoz *et al.*, 2016), conseqüentemente, em uma situação financeira melhor, a divulgação de informações também acompanharia este aumento. Deste modo, os gestores públicos são encorajados a divulgar informações financeiras públicas como um mecanismo para permitir que suas ações sejam monitoradas (Cárcaba-García & García, 2008).

A falta de confiança no governo é justificada pelo fato de que os cidadãos geralmente não recebem informações suficientes sobre os processos e o desempenho do governo, já que quando essas informações são totalmente transparentes, os cidadãos normalmente consideram esse desempenho inadequado por parte do Estado (Alcaide-Muñoz *et al.*, 2016).

Os cidadãos buscam informações que os ajudem a desenvolver suas próprias avaliações da posição financeiras do governo, o que permitiria melhorar a credibilidade e a integridade das finanças públicas e contribuir para a gestão efetiva dos recursos públicos (Alcaide-Muñoz *et al.*, 2016). Se todas as informações fossem divulgadas, permitindo os cidadãos conhecerem a

real situação financeira do governo, esses poderiam realizar o seu controle no momento das eleições (Brusca & Montesinos, 2006), o que sugere a relação inversa entre a condição financeira e a transparência pública.

Existem trabalhos que encontraram uma relação negativa com a situação financeira (Fiirst *et al.*, 2017), ou até mesmo não conseguiram comprovar a variação dessa situação financeira do ente público com a transparência pública (Giroux, 1989; Serrano-Cinca *et al.*, 2009; Guillamón *et al.*, 2016). Entretanto, outras literaturas demonstram evidências empíricas que sugerem que as condições financeiras dos governos podem influenciar sua atitude em divulgações de informações e estabelecer uma transparência adequada (Rodríguez-Bolívar *et al.*, 2013; Alcaraz-Quiles *et al.*, 2015; Alcaide-Muñoz *et al.*, 2016). Tendo isso em vista, espera-se que exista uma associação positiva entre a condição financeira dos municípios brasileiros e a transparência, tem-se, então, a Hipótese 5.

H5: A condição financeira municipal exerce influência positiva sobre a transparência pública dos municípios brasileiros.

Outra variável que trata de uma abordagem semelhante à condição financeira é a dívida municipal. Os níveis mais altos de dívida podem representar uma carga de custos de juros futuros e reembolsos do capital investido que reduz a capacidade de um órgão governamental para atender a demanda por serviços (Rodríguez Bolívar *et al.*, 2016).

Os gestores públicos têm incentivos para diminuir a dívida porque isso diminui impostos sobre propriedade, os quais são refletidos em mais votos para o político (Caba-Pérez *et al.*, 2014) e, também, para reduzir os custos de empréstimos, o que pode aumentar o bem-estar do político (Zimmerman, 1977; Caba-Pérez *et al.*, 2014). Assim, os gestores seriam motivados a diminuir a dívida e a fornecer informações para facilitar o monitoramento de suas ações (Laswad *et al.*, 2005), o que sugeriria uma relação positiva entre a dívida e a transparência (Santana Junior, 2008; Ríos *et al.*, 2013).

Entretanto, outros estudos já obtiveram uma relação negativa da dívida com a transparência (Cheng, 1992; Smith, 2004; Alt & Lassen, 2006; Caba-Pérez *et al.*, 2014). Caba-Pérez *et al.* (2014) justifica esse resultado pelo fato de que esse tipo de divulgação de informação é um meio de avaliar a responsabilidade e a eficácia dos órgãos governamentais, especialmente quando os níveis da dívida são baixos, favorecendo um maior envolvimento do público em geral na gestão dos recursos públicos.

A relação negativa também pode ser justificada devido à situação semelhante que acontece com as empresas, já que estas tendem a publicar mais informações quando estão em uma situação de desempenho melhor, acontecendo o contrário quando se constata uma situação de dívida elevada (Caamaño-Alegre *et al.*, 2013). Estes autores sugerem, também, que administrações públicas que sofrem algum tipo de dificuldade financeira ao se mostrarem transparentes, seria o mesmo que uma manifestação de falta de maturidade democrática.

Deste modo, já que se considera o uso da transparência pública como prática oportunista dos gestores públicos, e não como uma estratégia de legitimidade, propõe-se a Hipótese 6.

H6: A dívida municipal exerce influência negativa sobre a transparência pública dos municípios brasileiros.

Outra variável que pode justificar a variação da transparência nos governos locais são as transferências intergovernamentais. O recebimento de recursos por governos centrais ou supranacionais exige que o destinatário divulgue informações para explicar o uso das transferências recebidas, buscando demonstrar que os gestores públicos agiram de acordo com suas responsabilidades (Rodríguez-Bolívar *et al.*, 2013; Alcaide-Muñoz *et al.*, 2016). O caso brasileiro não é diferente, exige a observância dos aspectos legais da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Guillamón *et al.* (2011) sintetiza a partir de três justificativas esse tipo de associação: (1) os contribuintes exigem alta transparência em troca de permitir que os governos coletem e gerenciem grandes quantidades de recursos financeiros; (2) os gestores públicos não estão aproveitando a ilusão fiscal ou os problemas de agência, já que os municípios não estão escondendo níveis mais elevados de transferências dos cidadãos; (3) mais informações reduzem o problema principal-agente.

Apesar disso, outros resultados não foram conclusivos, como é o caso dos estudos de Caba-Pérez *et al.* (2008), Esteller-Moré e Otero (2012), Martani e Lestiani (2012) e Bairral *et al.* (2015), os quais não consideram que as receitas intergovernamentais sejam uma variável significativa em relação à divulgação de informações financeiras, mas a este respeito, Guillamón *et al.* (2011); Rodríguez-Bolívar *et al.* (2013) e Alcaide Muñoz *et al.* (2016) encontraram um relacionamento positivo e estatisticamente significativo. Deste modo, propõe-se a Hipótese 7.

H7: As transferências intergovernamentais exercem influência positiva sobre a transparência pública dos municípios brasileiros.

Os investimentos de capital também podem estar associados à variação no nível de transparência dos municípios brasileiros. Cárcaba-García e García (2010) argumenta que os cidadãos têm uma atitude positiva em relação aos projetos públicos que exigem um importante esforço de investimento, pois entendem que irão melhorar suas condições de vida. Exemplo disso é a constatação de projetos de investimento em ano eleitoral, de modo que capturem o interesse dos eleitores para que os políticos possam se manter no poder.

Assim, parece razoável que os *policymakers* se envolvam em projetos com investimentos significativos e utilizem da transparência para divulgar esse tipo de informação (Cárcaba-García & García, 2010), o que sugere uma associação positiva com a divulgação de informação. Assim, propõe-se a Hipótese 8.

H8: O investimento de capital exerce influência positiva sobre a transparência pública dos municípios brasileiros.

2.3.3 Transparência e Fatores políticos

Existem poucos estudos que relacionam a literatura de ciência política e governança com os aspectos da transparência (Herzog, 2017), principalmente no que se refere à discussão dos resultados sob a ótica da teoria da escolha pública. Tem-se como premissa que os políticos têm o desejo de ganhar ou se manter no poder, por isso suas escolhas públicas são direcionadas nesse sentido (Herzog, 2017). Considerando que a função social é um subproduto das escolhas privadas dos gestores públicos (Downs, 1957), espera-se que algumas variáveis possam explicar a variação nos níveis de transparência.

A competição política é uma das variáveis que tem sido amplamente utilizada para analisar sua relação com a divulgação de informações. Os políticos, muitas vezes, ignoram suas promessas feitas antes das eleições após assumirem o cargo, dando prioridade aos seus próprios interesses e desconsiderando o bem público, já que eles têm consciência da dificuldade dos cidadãos exercerem o controle efetivo da gestão pública (Cárcaba-García & García, 2008; Alcaide-Muñoz *et al.*, 2016).

Entretanto, a existência de rivais políticos que representem forte oposição ao partido no poder pode aumentar os custos em longo prazo desse comportamento oportunista, o que obriga

os gestores públicos a justificarem suas ações (Baber, 1983; Alcaide-Muñoz *et al.*, 2016). Deste modo, os partidos de oposição exigem do partido político no poder exercer uma gestão responsável, caso contrário avisará o público de quaisquer divergências do seu programa eleitoral (Giroux, 1989; Serrano-Cinca *et al.*, 2009; Alcaide-Muñoz *et al.*, 2016).

Assim, o partido governante buscará implementar suas promessas de pré-eleição para permanecer no cargo, e quanto maior a competição política, mais incentivo terá que fazê-lo (Baber, 1983; Caba *et al.*, 2008; Gandía & Archidona, 2008; Alcaide-Muñoz *et al.*, 2016). Consequentemente, essa argumentação sugere que exista associação positiva entre a competição política e a transparência pública.

Ainda que se observem estudos que não tenham comprovado a relação significativa, (Smith, 2004; Laswad *et al.*, 2005; Caba-Pérez *et al.*, 2008; Serrano-Cinca *et al.*, 2009; García-Sánchez *et al.*, 2013), ou até mesmo contrária à transparência (Cheng, 1992; Esteller-Moré & Otero, 2012; Ríos *et al.*, 2013), a maior parte da literatura se direciona para a associação positiva (Ingram, 1984; Gandia & Archidona, 2008; Cárcaba-García & García, 2010; Gallego-Álvarez, *et al.*, 2010; Rodríguez Bolívar *et al.*, 2013; Caba-Pérez *et al.*, 2014; Alcaide-Muñoz *et al.*, 2016). Deste modo, propõe-se a hipótese 9.

H9: A competição política exerce influência positiva sobre a transparência pública dos municípios brasileiros.

Outra variável que se mostra presente nas discussões é a ideologia política. O estudo realizado por Alt *et al.* (2006) argumenta que o comportamento dos políticos pode mudar o nível de transparência como forma de alcançar seus objetivos políticos. Nessas discussões, os estudos normalmente assumem que os partidos de esquerda favorecem o aumento da despesa pública, enquanto os partidos de direita visam a reduções orçamentárias (Ríos *et al.*, 2013).

Deste modo, espera-se que os governos progressistas mantenham maiores níveis de transparência do que os seus homólogos conservadores (Rios *et al.*, 2013). A ideologia afeta a transparência, embora a direção de sua influência possa depender da natureza da informação do governo local em jogo e do partido no poder nesse momento (Piotrowski & Van Ryzin, 2007).

Essas argumentações estão condizentes com a evidência anterior, isto é, partidos de esquerda apresentam um nível de transparência maior (Caamaño-Alegre *et al.*, 2013; Sol, 2013), e partidos de direita, consequentemente, têm um nível de transparência menor (Guillamón *et al.*, 2011; García-Sánchez *et al.*, 2013; Ríos *et al.*, 2013). Deste modo, propõe-se a Hipótese 10.

H10a: A ideologia política de direita exerce influência negativa sobre a transparência pública dos municípios brasileiros.

H10b: A ideologia política de esquerda exerce influência positiva sobre a transparência pública dos municípios brasileiros.

A coligação partidária pode explicar a variação nos níveis de transparência municipal. O estudo de Caamaño-Alegre *et al.* (2013) obteve essa relação negativa, os autores justificaram o resultado pelo fato de que os gestores públicos que pertencem à mesma coligação do presidente, buscam fugir dos seus aliados de coligação partidária, já que a transparência poderia estar amarrando as ações desses agentes.

Entretanto, as argumentações teóricas não se encaminham para esse tipo de associação (negativa) entre a coligação partidária e a transparência, visto que a coligação partidária está relacionada à estabilidade política. A estabilidade política pode levar ao avanço das atividades relacionadas com o governo, e este avanço somente ocorre se o governo se mostra transparente, caso contrário, não consegue recursos para avançar em suas políticas (Gallego-Álvarez *et al.*, 2010).

Assim, é interessante saber se o nível de responsabilidade nos governos poderia depender da dimensão política que capta a estabilidade política e a coincidência ideológica entre diferentes níveis de governo e, dessa forma, se o nível da divulgação de informações depende dessa dimensão política que represente esses incentivos (Puron-Cid & Bolívar, 2017). Apesar das evidências empíricas serem inconclusivas (Serrano-Cinca *et al.*, 2009; Gallego-Álvarez *et al.*, 2010; Puron-Cid & Bolívar, 2017), o estudo de Caamaño-Alegre *et al.* (2013) demonstrou uma associação negativa, o que permite construir a Hipótese 11.

H11: A coligação partidária exerce influência negativa e significativa sobre a transparência pública dos municípios brasileiros.

A última variável representa o mandato eleitoral, essa ainda não foi utilizada em outras pesquisas que buscam analisar os determinantes da transparência pública. Rogoff (1990) estabelece que os gestores se comportam de forma oportunista, o que sugere que os gestores públicos em seu primeiro mandato tenham mais incentivos para se comportarem dessa forma em comparação àqueles que estão em um segundo mandato.

Entre as evidências que justificam esse tipo de associação, está o estudo de Besley e Case (1995), em que perceberam que os gestores que proporcionam maiores retornos no primeiro mandato aos eleitores têm mais chances de serem reeleitos. Alt *et al.* (2011), nos EUA, observaram que nos estados em que os governantes são candidatos à reeleição, a atividade econômica é maior e os impostos e gastos menores.

Deste modo, observando sobre o contexto da transparência pública, o comportamento oportunista existiria devido ao fato de que os políticos teriam o interesse de divulgar suas boas-práticas de gestão no primeiro mandato, de modo que eles pudessem se reeleger para o próximo mandato. Tendo isso em vista, propõe-se a Hipótese 12.

H12: O mandato eleitoral exerce influência positiva e significativa sobre a transparência pública dos municípios brasileiros.

Estabelecidas essas considerações, corroboradas com toda argumentação teórica e empírica, se faz necessário construir um modelo teórico de pesquisa, o qual evidencia graficamente as relações esperadas construídas nas hipóteses desse estudo.

2.3.4 Modelo Teórico de Pesquisa

Com o objetivo de revelar os objetivos e as questões de pesquisa, as hipóteses foram construídas para apresentar as relações esperadas com os testes estatísticos que serão realizados. Essas foram desenvolvidas conforme o arcabouço teórico e empírico da literatura anterior levantada.

Neste estudo, formularam-se doze hipóteses, as quais buscaram evidenciar os resultados esperados em cada uma das variáveis utilizadas nessa pesquisa. Cada uma dessas variáveis representa uma dimensão avaliada, isto é, fatores socioeconômicos, financeiros-orçamentários e políticos. Assim, estabeleceram-se quatro variáveis para cada grupo.

Dada a necessidade de construir um desenho que represente a relação entre a variável dependente (Transparência Pública) e as variáveis independentes, tem-se a Figura 6 que representa os principais determinantes da transparência e qual a relação esperada para cada uma das variáveis, considerando as hipóteses anteriormente construídas.

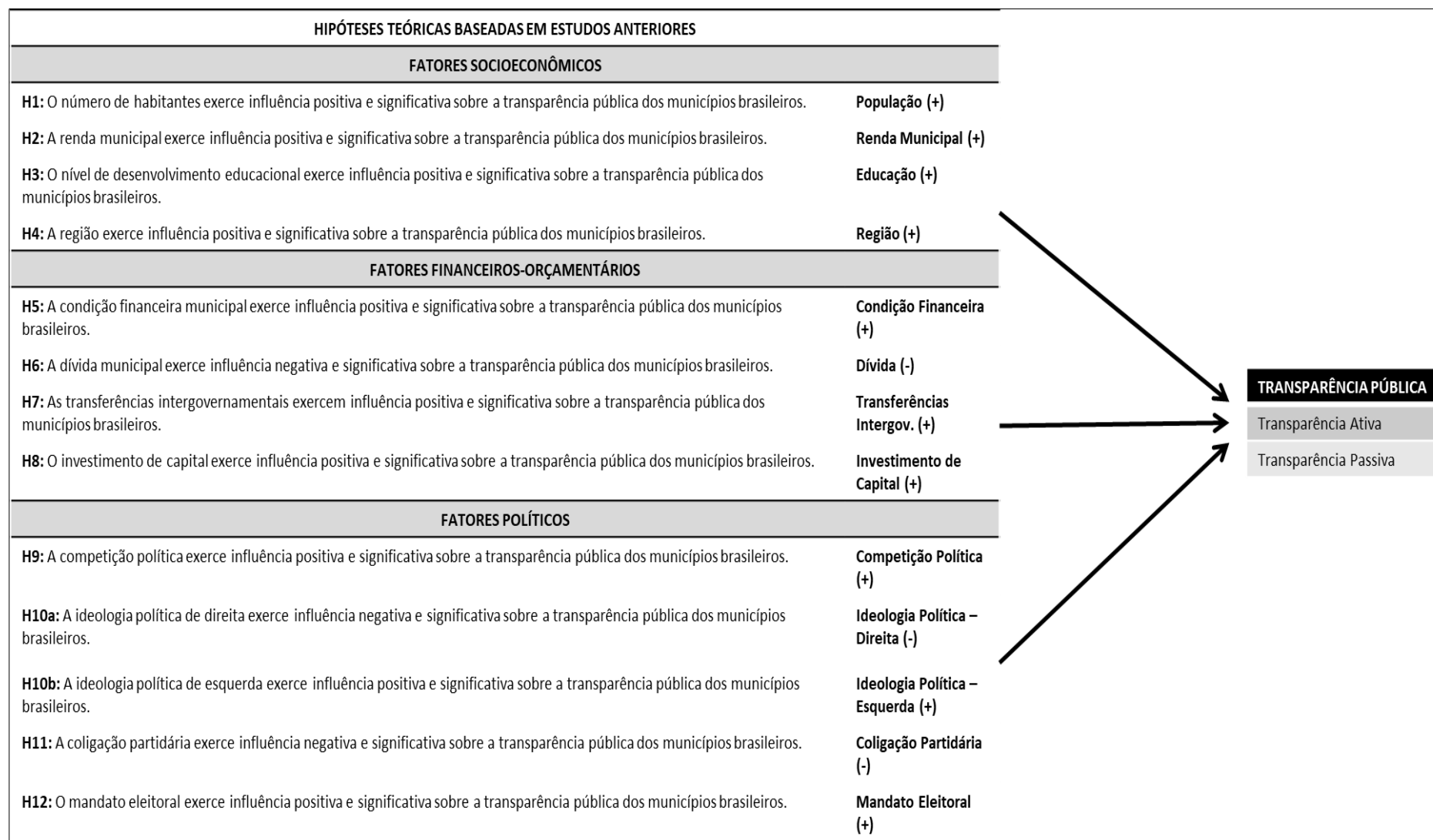


Figura 6. Hipóteses Teóricas baseadas em estudos anteriores. Fonte: o autor (2018).

Dessa forma, tendo estabelecido toda a base teórica e empírica que suporta a construção dessa pesquisa, se faz necessário delinear a metodologia utilizada para o desenvolvimento do estudo, a qual está evidenciada na próxima seção.

3 METODOLOGIA

Essa seção apresenta o delineamento metodológico adotado no desenvolvimento dessa pesquisa, abrangendo a tipologia de pesquisa, os procedimentos de coleta e análise de dados e as limitações desse estudo.

3.1 Definição do Tipo de Pesquisa

A definição da tipologia de pesquisa é apresentada de modo a evidenciar como essa se caracterizou quanto aos objetivos, quanto aos procedimentos e quanto à abordagem do problema.

3.1.1 Quanto aos Objetivos

Esta pesquisa classifica-se quanto aos objetivos como descritiva, pois busca analisar e descrever as principais características da influência das variáveis independentes socioeconômicas, financeiras e políticas no índice de transparência.

De acordo com Gil (2008), esse modelo de pesquisa tem como atributo descrever as características de determinadas populações ou fenômenos, utilizando-se de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como questionário e observação sistemática. Percebe-se, portanto, que essa característica está relacionada ao modelo de pesquisa escolhido, pois buscará obter os dados eletrônicos e formatá-los para análise em um *software* específico.

3.1.2 Quanto aos Procedimentos

No que se refere às características dos procedimentos adotados, optou-se pela utilização da pesquisa documental, pois irá trabalhar com dados obtidos por meio dos relatórios contábeis do Siconfi, planilha de dados do IBGE, do próprio Ranking Nacional de Transparência do MPF.

Para Gil (2008), esse tipo de pesquisa se assemelha à bibliográfica, uma das diferenças está na natureza das fontes, pois esta forma vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou, ainda, formatados de acordo com os objetivos da pesquisa.

3.1.3 Quanto à Abordagem do Problema

Na abordagem do problema, a análise dos dados será feita principalmente de forma quantitativa, onde será utilizado de *software* específicos para análise de dados, como o *SPSS Statistics*® e o *STATA*®, visto que trabalha-se com indicadores numéricos e busca, por meio da análise de regressão, demonstrar a influência entre as variáveis dependente e explicativas selecionadas para esse estudo.

Segundo Richardson (1989), este método caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto para a coleta como para o tratamento das informações, utilizando-se de técnicas estatísticas, simples e complexas. Ainda, segundo este mesmo autor, ele considera que esse método é frequentemente aplicado para estudos descritivos, por isso essa técnica está sendo utilizada de modo colaborar na análise e descrição dos resultados.

3.2 Procedimentos de Coleta e Análise dos Dados

Os procedimentos de coleta e análise dos dados evidenciam os instrumentos e procedimentos de coleta utilizados neste estudo, a definição das variáveis da pesquisa, a definição da hipótese da pesquisa, os respectivos modelos econométricos utilizados e, por fim, os procedimentos de análise adotados.

3.2.1 Instrumentos de pesquisa

Como instrumentos de pesquisa, utilizar-se-á dos documentos obtidos por meio do acesso à internet de alguns *sites*, que variaram de acordo com a natureza dos indicadores.

3.2.2 Procedimentos de coleta

O Brasil é composto por 5.570 municípios, como esse estudo busca levantar uma amostra representativa deste universo, obtendo-se 3.550 municípios ao final como amostra de pesquisa. Considerando o cálculo de uma amostra estatisticamente significativa, com um grau de confiança de 99% e uma margem de erro de 3%, o tamanho da amostra necessário seria de 1.389. Portanto, a amostra obtida se mostra superior ao desejado.

Para chegar à amostra final de municípios (3.550) foram alguns municípios, pois apresentavam dados faltantes em uma ou mais variáveis utilizadas, e, em outros casos, pois foi

observado que os dados foram gerados com inconsistências pelo ente municipal. Ressalta-se que não se realizou nenhum outro tipo de cálculo para se obter valores para os dados faltantes, assim como também optou-se por não excluir os municípios com dados *outlier*, uma vez que se espera visualizar todo esses diferentes grupos neste estudo.

O índice de transparência foi obtido a partir do Ranking Nacional de Transparência realizado pelo MPF. Este *ranking* calcula o índice de transparência dos municípios de acordo com os dispositivos da Lei de Acesso à Informação, Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de Transparência, além de considerar as boas práticas de transparência. Visto a abrangência dessa iniciativa, optou-se pela utilização desses indicadores, pois esses representam estatisticamente a realidade dos municípios brasileiros.

Quanto às variáveis independentes, essas foram obtidas de diferentes formas, sendo que, em alguns casos, foi necessário realizar o cálculo, e também da aplicação do instrumento apropriado.

As variáveis socioeconômicas que referem ao número de habitantes, renda *per capita* e região serão coletadas do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as quais são mensuradas pelo próprio órgão e já se encontram disponíveis no seu *site* (www.censo2010.ibge.gov.br). Também foram utilizados os dados da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) para a avaliação do nível de desenvolvimento educacional, também disponível no seu portal (www.firjan.com.br/ifdm). Posteriormente, foi feita a consolidação dessas variáveis em planilha do *Microsoft Excel*, para posterior uso nos softwares estatísticos apropriados.

As variáveis financeiras-orçamentárias foram obtidas do site da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público (Siconfi), disponível no seu site (www.siconfi.tesouro.gov.br). Estes dados também foram organizados em planilha do *Microsoft Excel*, onde exigirá a realização de cálculos para proceder à formação dos respectivos índices, conforme as fórmulas respectivas evidenciadas na Tabela 7.

As variáveis políticas foram obtidas a partir do sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (www.tse.jus.br), as quais retratam os fatores políticos relacionados ao poder executivo municipal. Os dados também serão organizados em planilha do *Microsoft Excel*.

3.3.3 Definição das Variáveis da Pesquisa

Esta pesquisa abrange três grupos de variáveis além da variável dependente: (1) variáveis socioeconômicas; (2) variáveis financeiras-orçamentárias; (3) variáveis políticas. Estas variáveis são evidenciadas na Tabela 8.

Tabela 7

Definição das Variáveis

Variável	Código	Mensuração	Descrição	Ano
VARIÁVEL DEPENDENTE				
TRANSPARÊNCIA				
Ranking Nacional de Transparência	TRANSP	<i>Checklist</i> , que envolve regulamentação LAI, LRF e LT	É uma metodologia para medir a transparência pública em estados e municípios brasileiros. Indicador que tem o objetivo de avaliar o grau de cumprimento de dispositivos da LAI, LRF e LT.	2016
VARIÁVEIS INDEPENDENTES				
FATORES SOCIOECONÔMICOS				
População	POP	Logaritmo natural do número de habitantes do município.	Número de habitantes de determinado município.	2016
Renda <i>per capita</i>	RENDA	Soma dos rendimentos por domicílio dividido pelo número dos seus moradores.	Representa a soma dos rendimentos mensais dos moradores do domicílio, em reais, dividida pelo número de seus moradores.	2010
Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – Educação	EDUC	Matrículas na educação infantil; Abandono no ensino fundamental; Distorção idade-série no ensino fundamental; Docentes com ensino superior no ensino fundamental; Média de horas aula diárias no ensino fundamental; Resultado do IDEB no ensino fundamental.	Índice que calcula o desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros, tendo como base a educação.	2013
Região (REG)	N	<i>Dummy</i> categórica: (1) Se o município pertence à região Norte; (0) Se o município não pertence à região Norte.	Regiões geográficas brasileiras: norte (N), nordeste (NE), centro-oeste (CO), sudeste (SE), sul (S). O Sudeste é a região de referência.	2016
	NO	<i>Dummy</i> categórica: (1) Se o município pertence à região Nordeste; (0) Se o município não pertence à região Nordeste.		
	CO	<i>Dummy</i> categórica: (1) Se o município pertence à região Centro-Oeste; (0) Se o município não pertence à região Centro-Oeste.		
	S	<i>Dummy</i> categórica: (1) Se o município pertence à região Sul; (0) Se o município não pertence à região Sul.		

Variável	Código	Mensuração	Descrição	Ano
FATORES FINANCEIROS-ORÇAMENTÁRIOS				
Indicador de execução orçamentária corrente	IEOC	$IEOC = \frac{RCR}{DCR}$ <p>Onde: <i>IEOC</i> = Indicador da execução orçamentária corrente; <i>RCR</i> = Receita corrente realizada; <i>DCR</i> = Despesa corrente realizada.</p>	Evidencia a capacidade do órgão público em manter suas despesas correntes por meio das respectivas receitas correntes para o mesmo período	2016
Endividamento	END	$END = \frac{PP + (PF - AF)}{RCL}$ <p>Onde: <i>PP</i>: Passivo Permanente; <i>PF</i>= Passivo Financeiro; <i>AF</i>= Ativo Financeiro; <i>RCL</i>= Receita Corrente Líquida</p>	Avalia o grau de comprometimento das dívidas de determinado ente com terceiros	2016
Indicador do Grau de dependência	IGD	$IGD = \frac{RTrans}{RT}$ <p>Onde: <i>RTrans</i>= Receita de Transferência; <i>RT</i>= Receita Total.</p>	Indica o grau de dependência da administração municipal em relação às transferências recebidas	2016
Indicador de Despesas com Investimento	IDI	$IDI = \frac{GI}{RCL}$ <p>Onde: <i>GI</i>= Gastos de Investimento; <i>RCL</i>= Receita Corrente Líquida.</p>	Indica a relação entre as Despesas de Investimento e a Receita Corrente Líquida	2016
FATORES POLÍTICOS				
Competição Política	CP	$CP = \frac{1}{\sum_{i=1}^n p_i^2}$ <p>Onde: <i>p</i> = proporções de votos obtidos por cada prefeito nas eleições.</p>	Define o grau de fragmentação do sistema partidário ponderando a força relativa das legendas que o compõem.	2016
Ideologia Política (IDEO)	ESQ	<i>Dummy</i> : (1) Se o partido político do governador é de esquerda. (0) Se o partido político do governador não é de esquerda.	Viés ideológico dos partidos políticos dos respectivos prefeitos municipais. Esquerda: PT, PSB, PPS, PDT e PMN. Centro: PMDB, PSDB e PTB. Direita: PFL, PP e DEM.	2016
	DIR	<i>Dummy</i> : (1) Se o partido político do governador é de direita. (0) Se o partido político do governador não é de direita.		
Coligação Partidária (CPart)	CPP	<i>Dummy</i> : (1) Se o partido do prefeito pertence à coligação partidária do Presidente. (0) Se o partido do prefeito não pertence à coligação do Presidente.	Verifica se o partido do prefeito pertence à coligação partidária do governador ou presidente.	2016
	CPG	<i>Dummy</i> : (1) Se o partido do prefeito pertence à coligação partidária do Governador. (0) Se o partido do prefeito não pertence à coligação do Governador.		
Mandato Eleitoral	ME	<i>Dummy</i> : (1) Prefeito do município exerce o primeiro mandato eleitoral. (0) Prefeito do município não exerce o primeiro mandato eleitoral.	Verifica se o prefeito do município exerce o primeiro mandato eleitoral.	2016

Nota: Fonte: O Autor (2018).

3.2.3.1 Variável dependente

A variável dependente dessa pesquisa reflete o nível de transparência pública dos municípios brasileiros. O índice de transparência dos municípios brasileiros trata-se de um questionário, o qual foi aplicado pelo Ministério Público Federal (MPF) no Brasil inteiro, tendo sido elaborado pelos representantes do MPF, Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Controladoria Geral da União (CGU), Tribunal de Contas da União (TCU), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (ATRICON), Banco Central, entre outras instituições de controle e fiscalização (MPF, 2016).

O questionário formulado é essencialmente baseado nas exigências legais (Lei Complementar nº 101/2000; Lei Complementar nº 131/2009; Decreto nº 7.185/2010; Lei nº 12.527/2011), além do que se tem estabelecido como “boas práticas de transparência” (MPF, 2016).

Este índice é calculado abrangendo três tipos de transparência: transparência ativa, transparência passiva e boas práticas de transparência. Para este estudo, utilizaram-se os dados somente dos dois primeiros tipos de transparência, uma vez que são só estes os exigidos legalmente no Brasil. Além disso, utilizou-se o índice de transparência geral, o qual representa o índice de transparência total, independentemente do tipo de transparência.

A transparência ativa representa os casos em que a divulgação de informação à sociedade é de iniciativa do próprio ente público, independentemente de requerimento. Entretanto, como nem todas as informações são disponibilizadas de forma imediata e, por isso, exigem algum mecanismo de pedido de acesso à informação, tem-se a transparência passiva, caracterizada quando a divulgação de informações é realizada em função das solicitações feitas pela sociedade (Baldissera *et al.*, 2017).

3.2.3.2 Variáveis independentes

As variáveis independentes retratam os fatores socioeconômicos, financeiros-orçamentários e políticos. Os estudos anteriores demonstraram que tais variáveis são normalmente utilizadas como determinantes da transparência em outros países, tanto para governos locais como estaduais e federais. Entretanto, até o momento não existe estudo que buscou abordar o contexto dos municípios brasileiros sob a ótica da teoria da escolha pública e considerando a literatura anterior adequada que inclui essas variáveis.

As variáveis socioeconômicas são específicas de cada município, abrangem diversas características que podem estar relacionadas com a transparência pública dos municípios. A variável POP representa a quantidade de habitantes de um município. A variável RENDA busca captar o padrão de riqueza de cada município (*municipal wealth*). A variável EDUC evidencia o nível de desenvolvimento do município no que se refere às qualidades de educação. A região demográfica no caso brasileiro corresponde às seguintes: Norte (N), Nordeste (NE), Centro-oeste (CO), Sudeste (SE) e Sul (S), a região sudeste será utilizada como referência, por isso não é apresentada entre as variáveis *dummy*.

As variáveis financeiras-orçamentárias são amplas e retiradas da literatura sobre o tema (Lourençon, 2001; Ruckert, Borsatto, & Rabelo, 2002; Campello, 2003; Macedo & Corbari, 2009). A variável IEOC demonstra a capacidade de o ente público realizar as despesas correntes a partir da sua própria receita corrente, utilizará essa variável para captar a condição financeira do município. A variável END evidencia o quanto da receita corrente é necessária para quitar o montante das dívidas de curto e longo prazo, deduzidas as disponibilidades de caixa. O END está sendo utilizado para captar o nível da dívida do município. A variável IGD consiste na relação entre as receitas de transferência do Estado e da União e a receita total do município, utilizada como *proxy* para as transferências intergovernamentais. Por fim, a variável IDI indica o quanto é gasto com investimento em relação às receitas correntes, representa os investimentos de capital.

As variáveis políticas tratam de características políticas nível do poder executivo que podem influenciar o nível de transparência municipal. A competição política representa a fragmentação eleitoral do sistema partidário, isto é a quantidade de partidos que contam efetivamente para a competição em eleições. Este índice foi obtido a partir do conceito criado por Laakso e Taagepera (1979), o qual se mostra consistente nas pesquisas que buscam avaliar a competição política em eleições. A ideologia política é verificada a partir das variáveis ESQ e DIR, que representam o viés ideológico que podem influenciar o nível de transparência pública municipal. Utilizaram-se as pesquisas de Sakurai, Menezes e Filho (2011) e Klein e Sakurai (2015) para definir o viés ideológico dos partidos. Tem-se que os partidos de centro são o PMDB, PSDB, PROS, PSD e PTB, os partidos de esquerda são PT, PC do B, PSB, PPS, PDT e PMN, já os partidos de direita são PFL, PP e DEM. Para esta pesquisa, considerou-se os partidos de centro como referência, considerando os outros dois vieses ideológicos como variáveis *dummy*. A coligação partidária, tanto a relacionada com o partido do Presidente (CPP) como a relacionada com o partido do Governador (CPG), busca captar a influência dessa

relação no nível de transparência municipal. Por fim, a variável ME objetiva verificar o efeito de prefeitos que estão no primeiro mandato no nível de transparência.

3.2.4 Definição da Hipótese da Pesquisa

Para melhor estruturar a pesquisa e permitir um melhor delineamento do desenvolvimento da pesquisa, optou-se pela elaboração de algumas hipóteses de pesquisa. De acordo com Rudio (1980), hipótese é uma suposição que se faz na tentativa de explicar o que se desconhece. Esta suposição tem por característica o fato de ser provisória, devendo, portanto, ser testada para a verificação de sua validade. Trata-se de antecipar um conhecimento na expectativa de que possa ser comprovado.

As hipóteses foram elaboradas tendo em vista os resultados dos estudos anteriores sobre o tema. Dessa forma, para realização desse estudo formularam-se doze hipóteses, que estão de acordo com o problema da pesquisa e os objetivos apresentados, bem como a fundamentação apresentada. A Tabela 8 representa as variáveis e respectivas *proxy* utilizadas para mensurar o efeito na transparência, bem como a hipótese respectiva e os autores que servem de suporte teórico e empírico para a expectativa do resultado esperado.

Tabela 8

Hipóteses da Pesquisa

Variáveis Independentes		Hipótese		Evidências Anteriores
FATORES SOCIOECONÔMICOS				
População	POP	H1	+	Santana Junior (2008); Serrano-Cinca <i>et al.</i> (2009); Cárcaba-García e García (2010); Pina <i>et al.</i> (2010); Gallego-Álvarez, <i>et al.</i> (2010); Guillamón <i>et al.</i> (2011); Martani e Lestiani (2012); García-Sánchez <i>et al.</i> (2013); Rios <i>et al.</i> (2013); Rodríguez-Bolívar <i>et al.</i> (2013); Sol (2013); Keerasuntonpon <i>et al.</i> (2015); Lowatcharin e Menifield (2015); Guillamón <i>et al.</i> (2016); Alcaide Muñoz <i>et al.</i> (2016); Fiirst <i>et al.</i> (2017)
Renda Municipal	RENDA	H2	+	Santana Junior (2008); Serrano-Cinca <i>et al.</i> (2009); Martani e Lestiani (2012); Rodríguez Bolívar <i>et al.</i> (2013); Keerasuntonpon <i>et al.</i> (2015); Lowatcharin e Menifield (2015); Alcaide Muñoz <i>et al.</i> (2016)
Educação	EDUC	H3	+	Gandia e Archidona (2008); Santana Junior (2008); Rios <i>et al.</i> (2013); Lowatcharin e Menifield (2015)
Região	N/NO/CO/S	H4	+	Gallego-Álvarez, <i>et al.</i> (2010); Lowatcharin e Menifield (2015)

Variáveis Independentes		Hipótese		Evidências Anteriores
FATORES FINANCEIROS-ORÇAMENTÁRIOS				
Condição Financeira	IEOC	H5	+	Rodríguez Bolívar <i>et al.</i> (2013); Alcaraz-Quiles <i>et al.</i> (2015); Alcaide Muñoz <i>et al.</i> (2016)
Dívida	END	H6	-	Cheng (1992); Smith (2004); Alt e Lassen (2006); Caba Pérez <i>et al.</i> (2014)
Transferências Intergov.	IGD	H7	+	Guillamón <i>et al.</i> (2011); Rodríguez Bolívar <i>et al.</i> (2013); Alcaide Muñoz <i>et al.</i> (2016)
Investimentos de Capital	IDI	H8	+	Cárcaba-García e García (2010)
FATORES POLÍTICOS				
Competição Política	CP	H9	+	Ingram (1984); Gandia e Archidona (2008); Cárcaba-García e García (2010); Gallego-Álvarez, <i>et al.</i> (2010); Rodríguez Bolívar <i>et al.</i> (2013); Caba Pérez <i>et al.</i> (2014); Alcaide Muñoz <i>et al.</i> (2016)
Ideologia Política	ESQ/DIR	H10	-/+	Esquerda: Caamaño-Alegre <i>et al.</i> (2013); Sol (2013). Direita: Guillamón <i>et al.</i> (2011); García-Sánchez <i>et al.</i> (2013); Rios <i>et al.</i> (2013)
Coligação Partidária	CPP/CPG	H11	-	Caamaño-Alegre <i>et al.</i> (2013)
Mandato Eleitoral	ME	H12	+	Nenhum estudo abordou tal relação.

Nota: Fonte: O Autor (2018).

Deste modo, ao fim da pesquisa buscou-se observar se essas hipóteses puderam ser comprovadas. Foram elencadas diversas hipóteses para que seja possível verificar a influência de todas elas com a transparência dos municípios de modo que possibilite representar a influência desta com características socioeconômicas, financeiras-orçamentárias e políticas.

3.2.5 Modelo econométrico

Utilizou-se da técnica de análise multivariada, a qual permite explorar a performance conjunta das variáveis e determinar a influência ou importância de cada uma, estando as demais presentes (Rodrigues & Paulo, 2009). Dentre os métodos que a análise multivariada permite, fez-se o uso do método de regressão linear múltipla como técnica estatística para esta pesquisa, por meio do método dos mínimos quadrados ordinários (MQO).

A análise de regressão linear permite estudar a relação entre duas ou mais variáveis explicativas, que se apresentam de forma linear, e uma variável dependente métrica (Fávero, Belfiore, Silva & Chan, 2009). Para estabelecer a linearidade dos dados, tem-se o método dos mínimos quadrados, o qual representa um método matemático que garante que a linha reta que passa pelos pontos no diagrama de dispersão seja posicionada da melhor maneira possível (Hair Júnior, Black, Babin, Anderson & Tathan, 2005).

Como as variáveis testadas se referem a diferentes municípios em um período só, utilizou-se a técnica de dados de seção transversal (*cross-section*), conforme proposto por Wooldridge (2003). O estudo envolveu quatro equações principais, em que as três primeiras representam os modelos matemáticos relacionados aos grupos de variáveis socioeconômicas, financeiras-orçamentárias e políticas, respectivamente, e a quarta equação que evidencia todas essas variáveis em conjunto. As quatro equações são, também, subdivididas de acordo com a variável dependente (transparência geral, transparência ativa e transparência passiva). Deste modo, são expostas, a seguir, as Equações 1, 2, 3 e 4.

Equação (1)

$$Y_i = \beta_{1i} + \beta_2 POP_i + \beta_3 RENDA_i + \beta_4 EDUC_i + \beta_5 N_i + \beta_6 NE_i + \beta_7 CO_i + \beta_8 S_i + \varepsilon_{it}...$$

Equação (2)

$$Y_i = \beta_{1i} + \beta_2 IEOC_i + \beta_3 END_i + \beta_4 IGD_i + \beta_5 IDI_i + \varepsilon_{it}...$$

Equação (3)

$$Y_i = \beta_{1i} + \beta_2 CP_i + \beta_3 ESQ_i + \beta_4 DIR_i + \beta_5 CPP_i + \beta_6 CPG_i + \beta_7 ME_i + \varepsilon_{it}...$$

Equação (4)

$$Y_i = \beta_{1i} + \beta_2 POP_i + \beta_3 RENDA_i + \beta_4 EDUC_i + \beta_5 N_i + \beta_6 NE_i + \beta_7 CO_i + \beta_8 S_i + \beta_9 IEOC_i + \beta_{10} END_i + \beta_{11} IGD_i + \beta_{12} IDI_i + \beta_{13} CP_i + \beta_{14} ESQ_i + \beta_{15} DIR_i + \beta_{16} CPP_i + \beta_{17} CPG_i + \beta_{18} ME_i + \varepsilon_{it}...$$

Por meio dessa fórmula estatística é possível observar e analisar a determinação da variável transparência em função das variáveis independentes, momento em que é possível iniciar a análise dos resultados.

3.2.6 Procedimentos de análise

Para a análise dos dados, esses foram organizados em uma planilha do *excel* para, então, serem submetidos a *softwares* específicos de análise quantitativa, como o *SPSS Statistics* e o *STATA*.

O tratamento estatístico dos dados utiliza técnicas de análise bivariada e multivariada. Os testes paramétricos e não paramétricos são os de correlação e diferença de médias, enquanto a análise multivariada é a regressão linear múltipla.

Feito essa análise, por meio dos resultados obtidos foi possível verificar os achados de acordo com a Teoria da Escolha Pública, fazendo as devidas conclusões de acordo com os pressupostos dessas teorias.

3.3 Limitações da Pesquisa

Admite-se que algumas limitações de pesquisas foram observadas no decorrer dessa pesquisa, sejam elas operacionais ou metodológicas.

A extensão dessa pesquisa requereu muito trabalho, tendo em vista que foi necessário obter e organizar as variáveis socioeconômicas e políticas dos municípios brasileiros e realizar o cálculo das variáveis financeiras-orçamentárias, como existem muitos municípios e o tempo da realização da pesquisa foi de dois anos, a organização e a disciplina são fundamentais para mitigar essa limitação.

Outra possível limitação foi quanto à metodologia, pois as diversas variáveis se referem a anos diferentes, como 2010, 2013, 2015 e 2016, no entanto, essas são as mais atualizadas que podem ser obtidas. Além disso, é importante observar que ainda que se tenha 5.570 municípios no Brasil, a amostra é limitada a disponibilidade de dados envolvidos para o cálculo e/ou organização das variáveis independentes, o que reduziu a amostra a 3.550 municípios.

No entanto, ainda que se observem algumas limitações, buscou-se desenvolver essa pesquisa com base em estudos anteriores, de modo a contribuir para a validade desse estudo, nas respectivas áreas correlacionadas à da pesquisa (Ingram, 1984; Giroux, 1989; Cheng, 1992; Smith, 2004; Laswad *et al.*, 2005; Alt & Lassen, 2006; Caba-Pérez *et al.*, 2008; Gandia & Archidona, 2008; Santana Junior, 2008; Serrano-Cinca *et al.*, 2009; Cárcaba-García & García, 2010; Cruz, 2010; Pina *et al.*, 2010; Gallego-Álvarez, *et al.*, 2010; Guillamón *et al.*, 2011; Esteller-Moré & Otero, 2012; Martani & Lestiani, 2012; Caamaño-Alegre *et al.*, 2013; García-Sánchez *et al.*, 2013; Rios *et al.*, 2013; Rodríguez-Bolívar *et al.*, 2013; Sol, 2013; Wehner & Renzio, 2013; Caba Pérez *et al.*, 2014; Alcaraz-Quiles *et al.*, 2015; Bairral *et al.*, 2015; Garcia-Tabuyo *et al.*, 2015; Keerasuntonpon *et al.*, 2015; Lowatcharin & Menifield, 2015; Guillamón *et al.*, 2016; Alcaide-Muñoz *et al.*, 2016; Fiirst *et al.*, 2017; Puron-Cid & Bolívar, 2017).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este estudo teve por objetivo analisar a influência dos fatores socioeconômicos, financeiros-orçamentários e políticos no índice de transparência dos municípios brasileiros e, a partir dessas constatações, identificar quais determinantes podem explicar a redução da assimetria da informação, o conflito de agência e os ciclos políticos na perspectiva da Teoria da Escolha Pública.

Para tanto, selecionou-se a amostra de 3.550 municípios do Brasil, o que representa 63,73% da população total, isto é, a totalidade de municípios brasileiros (5.570). Considerando o cálculo de uma amostra estatisticamente significativa, com um grau de confiança de 99% e uma margem de erro de 3%, o tamanho da amostra necessário seria de 1.389. Portanto, a amostra obtida se mostra superior ao desejado.

Para realizar as inferências dessa pesquisa e atingir aos objetivos específicos pretendidos no início da pesquisa, realizou-se a estatística descritiva das variáveis deste estudo, o que possibilitou identificar o índice de transparência da gestão pública dos municípios brasileiros e as variáveis socioeconômicas, financeiras-orçamentárias e políticas, assim como também permitiu verificar se existe diferença entre essas variáveis. Na sequência, demonstram-se os resultados dos cálculos econométricos realizados, o que permitiu verificar a influência das variáveis socioeconômicas, financeiras-orçamentárias e políticas sobre o índice de transparência dos municípios brasileiros. Por fim, no último tópico, por meio dos resultados obtidos aliados aos estudos empíricos e teóricos da literatura sobre o tema, analisou-se a redução da assimetria de informação, o conflito de agência e os ciclos políticos da informação por meio da influência das variáveis socioeconômicas, financeiras-orçamentárias e políticas, sob ótica da Teoria da Escolha Pública.

4.1 Análise Descritiva

A análise descritiva compõe os resultados relacionados ao número de observações, média, desvio padrão, valores mínimo e máximo. A Tabela 9 demonstra estes resultados relacionados às variáveis dependentes.

Tabela 9

Estatística Descritiva das Variáveis Dependentes

Variáveis	N	Média	Desv. Padrão	Mínimo	Máximo
Transparência Geral	3.550	5,41	2,74	0,00	10,00
Transparência Ativa	3.550	5,85	3,18	0,00	10,00
Transparência Passiva	3.550	5,84	3,50	0,00	10,00

Nota: Fonte: O Autor (2018).

Como se observa na Tabela 9, os índices de transparência geral, transparência ativa e transparência passiva variam entre valor mínimo de 0 a 10, em que o valor máximo representa o grau máximo de atendimento dos requisitos de transparência para o município; ao passo que o valor mínimo representa o total de desatendimento das exigências das normas legais de transparência para o caso brasileiro.

Das 3.550 observações obtidas, percebe-se que a média da transparência geral para estes municípios é de 5,41, o que representa um cumprimento superior a 50% das exigências de transparência ativa e passiva, além das boas práticas de transparência. Estes valores não podem ser considerados altos e/ou desejados pela sociedade, demonstrando que, apesar dos esforços de transparência, ainda está distante do desejado para os municípios brasileiros.

O desvio padrão é 2,74, o que mostra uma variação alta em torno da média, demonstrando que existe uma realidade diferente entre cada município, em que é possível observar municípios que cumprem todas as exigências, e outros com total descumprimento.

Os resultados relacionados à transparência ativa, que representa os casos em que o município faz a divulgação de informações à sociedade por iniciativa própria, se antecipando e tornando públicas as informações, independentemente de requerimento (Baldissera *et al.*, 2017), demonstram um valor médio de 5,85, o que significa que os municípios cumprem aproximadamente 58% das exigências legais no que se refere à transparência imediata, independentemente de requerimento.

A variação em torno da média para a transparência ativa é de 3,18, o que significa que, em média, os índices de transparência variam, para mais e para menos, em torno de 32% em relação à média, demonstrando novamente uma disparidade entre os entes municipais.

Por último, os resultados da transparência passiva não são muito diferentes, que são as situações em que a divulgação de informações é feita em atendimento às solicitações da sociedade (Baldissera *et al.*, 2017), demonstrando um índice médio de 5,84, aproximadamente 58% de aderência as exigências de transparência passiva. Enquanto que o desvio padrão é 3,50, ainda superior ao caso da transparência, o que sugere uma realidade ainda mais díspare quando

se refere aos casos em que o município deve atender às solicitações de transparência da sociedade.

A transparência geral também é composta pelo índice de boas práticas de transparência, mas como este estudo utiliza-se da separação da transparência quanto à iniciativa, isto é, transparência ativa e passiva, optou-se por omitir esses resultados.

Tendo analisado as variáveis dependentes, faz-se a mesma análise dos resultados das variáveis independentes, o que é demonstrando na Tabela 10.

Tabela 10

Estatística Descritiva das Variáveis Independentes

Variáveis	N	Média	Desv. Padrão	Mínimo	Máximo
População	3.550	9,52	1,21	6,99	16,29
Renda Municipal	3.550	522,42	240,74	117,47	2008,98
Educação	3.550	0,76	0,11	0,40	1,00
Norte	3.550	0,06	0,23	0,00	1,00
Nordeste	3.550	0,25	0,43	0,00	1,00
Centro-oeste	3.550	0,08	0,27	0,00	1,00
Sul	3.550	0,25	0,43	0,00	1,00
Condição Financeira	3.550	1,22	0,11	0,62	2,79
Dívida	3.550	0,16	0,70	-5,70	11,48
Transferências Intergov.	3.550	0,89	0,14	0,27	1,25
Investimentos de Capital	3.550	0,07	0,05	0,00	1,10
Competição Política	3.550	2,14	0,53	1,00	5,70
Ideologia Política – Esquerda	3.550	0,28	0,45	0,00	1,00
Ideologia Política – Direita	3.550	0,14	0,35	0,00	1,00
Coligação Partidária – Presidente	3.550	0,12	0,32	0,00	1,00
Coligação Partidária – Governador	3.550	0,19	0,39	0,00	1,00
Mandato Eleitoral	3.550	0,80	0,40	0,00	1,00

Nota: Fonte: O Autor (2018).

Observa-se que o valor médio, em logaritmo natural, da população dos municípios observados é de 9,52, o que representa, aproximadamente, 13.630 de habitantes por municípios, em que o município com menor nível populacional é de 6,99 (1.086 habitantes), e o maior de 16,29 (11.875.642 habitantes). O desvio padrão foi de 1,22.

Entre as características socioeconômicas, também se observa que a renda *per capita* média foi de 522,42, tendo valores mínimos de 117,47 e máximo de 2.008,98, o que demonstra uma amostra bem distribuída entre os municípios selecionados. Os níveis educacionais, mensurado pelo Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – Educação, teve como índice médio o valor de 0,76, podendo ser considerado um desenvolvimento médio moderado (0,6 a

0,8). Além disso, também apresenta municípios com índice de 0,40 e de 1,00, valores mínimos e máximos observados.

Dos 3.550 municípios observados, aproximadamente, 6% deles estão localizados na região norte, 25% na região nordeste, 8% na região centro-oeste, 25% na região sul e os demais (36%) na região sudeste. Portanto, essa amostra representa a divisão municipal do Brasil, em que as regiões nordeste, sul e sudeste são aquelas com maior número de municípios.

Quanto às condições financeiras-orçamentárias, os municípios observados apresentam desempenho médio 1,22, o que significa dizer que para cada R\$ 1,00 de despesa corrente, o município detêm R\$ 1,22 de receita corrente para suprir esse tipo de gasto, e, com isso, demonstrando a capacidade do órgão público em manter suas despesas correntes por meio das respectivas receitas correntes para o mesmo período. Essa realidade também é bem distribuída, uma vez que existiram situações que este índice foi de 0,62, e situações que foi de 2,79, o que demonstra capacidade baixa ou capacidade alta, respectivamente, para cumprir com as despesas correntes a partir das receitas correntes daquele período.

A dívida municipal, avaliada pelo grau de comprometimento das dívidas de determinado ente com terceiros, apresentou valor médio de 0,16, o que significa que, para cada R\$ 1,00 do passivo permanente e passivo financeiro, excluído o ativo financeiro, tem-se, em média, R\$ 6,25 de receita corrente líquida para fazer frente a esse tipo de gasto. Em média, para os municípios brasileiros, essa situação se mostra confortável, já que existe uma folga orçamentária. A amostra se mostra bem distribuída, uma vez que apresenta valores mínimos de -5,70, o que significa que o próprio ativo financeiro já é superior ao passivo permanente e passivo financeiro, e valores máximos de 11,48, situação em que o município se apresenta bastante comprometido.

O indicador que representa o grau de dependência do ente municipal em relação às transferências recebidas da União, dos Estados e de outras entidades, apresentou o valor médio de 0,89, o que indica que, para cada R\$ 0,89 realizado em transferências intergovernamentais, tem-se R\$ 1,00 de receita total.

Já no que se refere aos investimentos de capital, avaliado a partir da relação entre as Despesas de Investimento e a Receita Corrente Líquida, demonstrou o valor médio de 0,07, o que indica, em média, que as despesas com investimentos representam 7% das receitas dos respectivos municípios. Também houve situações que essa proporção foi de 0% e 110%, isto é, situações em que as despesas com investimentos não comprometem as receitas correntes líquidas, e situações em que superam estas receitas e, ainda, são superiores em 10%.

A competição política, avaliada pelo indicador de Laakso e Taagepere (1979), o qual representa o grau de fragmentação do sistema partidário ponderando a força relativa das legendas que o compõem. Este índice mostrou-se com valor médio 2,14, demonstrando que, em média, as competições políticas eleitorais municipais são fragmentadas em dois principais partidos políticos. O mesmo índice também apresenta valores mínimos de 1,00, e valores máximos de 5,70, em que sugere pouca ou muita fragmentação política, respectivamente.

Observa-se que 28% das prefeituras municipais são lideradas por prefeitos cujos partidos estão associados à ideologia política de esquerda, enquanto 14% são os casos dos municípios em que são liderados por prefeitos de direita. Nos demais casos (58%), representam os municípios liderados por prefeituras com vínculo a partidos de centro.

Das observações obtidas, houve 12% de casos em que o prefeito era da mesma coligação partidária que o do presidente. Já no que refere à aliança entre prefeito e governador estadual, observa-se que este número foi maior, isto é, em 19% dos casos os prefeitos pertenciam à mesma coligação partidária que a do governador. Por fim, no que se refere ao mandato eleitoral, 80% das observações representam casos em que os prefeitos estavam no seu primeiro mandato.

Não se restringindo à análise descritiva de valores absolutos, é importante destacar as características regionais, de ideologia política, de coligação partidária e do mandato eleitoral em função dos níveis de transparência.

A Tabela 11 apresenta a estatística descritiva e o Teste de Diferença de Médias da transparência geral, transparência ativa e transparência passiva quando observadas por região.

Tabela 11

Estatística Descritiva e Teste de Diferença de Médias da Transparência versus as características regionais

Variáveis Independentes	Dummy	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Mann-Whitney p-valor	Kruskal-Wallis p-valor	
TRANSPARÊNCIA GERAL									
N	0	3.349	0,00	10,00	5,46	2,75	0,00***	0,00***	
	1	201	0,00	9,80	4,68	2,56			
NE	0	2.655	0,00	10,00	5,67	2,72	0,00***		
	1	895	0,00	10,00	4,66	2,67			
CO	0	3.273	0,00	10,00	5,41	2,76	0,79		
	1	277	0,00	10,00	5,38	2,60			
S	0	2.675	0,00	10,00	4,83	2,63	0,00***		
	1	875	0,00	10,00	7,18	2,30			
SE	0	2.248	0,00	10,00	5,73	2,78	0,00***		
	1	1.302	0,00	10,00	4,86	2,60			
TRANSPARÊNCIA ATIVA									
N	0	3.349	0,00	10,00	5,95	3,15	0,00***		
	1	201	0,00	10,00	4,20	3,15			
NE	0	2.655	0,00	10,00	6,15	3,12	0,00***		
	1	895	0,00	10,00	4,95	3,16			
CO	0	3.273	0,00	10,00	5,86	3,19	0,45		
	1	277	0,00	10,00	5,76	3,03			
S	0	2.675	0,00	10,00	5,23	3,13	0,00***		
	1	875	0,00	10,00	7,75	2,50			
SE	0	2.248	0,00	10,00	6,07	3,22	0,00***		
	1	1.302	0,00	10,00	5,47	3,07			
TRANSPARÊNCIA PASSIVA									
N	0	3.349	0,00	10,00	5,81	3,52	0,55		
	1	201	0,00	10,00	6,20	3,11			
NE	0	2.655	0,00	10,00	5,96	3,42	0,00***		
	1	895	0,00	10,00	5,48	3,71			
CO	0	3.273	0,00	10,00	5,82	3,52	0,94		
	1	277	0,00	10,00	5,98	3,27			
S	0	2.675	0,00	10,00	5,40	3,53	0,00***		
	1	875	0,00	10,00	7,17	3,07			
SE	0	2.248	0,00	10,00	6,27	3,45	0,00***		
	1	1.302	0,00	10,00	5,09	3,48			

*** Significância ao nível de 0,01 - ** Significância ao nível de 0,05 - * Significância ao nível de 0,10

Nota: Fonte: O Autor (2018).

Observando-se os resultados relacionados à transparência geral, têm-se resultados bem distintos em função de cada uma das regiões brasileiras. A região Norte apresentou índice de transparência geral médio de 4,68, já a região Nordeste, não muito diferente, apresentou o índice de 4,66, enquanto a região Sudeste apresentou o índice de 4,86. A região Sul e Centro-Oeste foram as que apresentaram os maiores índices, de 7,18 e 5,38, respectivamente.

Portanto, tem-se uma realidade socioeconômica díspar, uma vez que as regiões Norte e Nordeste são aquelas que apresentam os menores índices, enquanto as regiões Centro-Oeste se mostram mais aderentes às exigências de transparência.

Esse resultado é confirmado pelos Testes de Diferença de Médias de *Mann-Whitney*, o qual avalia a diferença média de uma região em função das demais regiões de forma agrupada, e o teste de *Kruskal-Wallis*, o qual avalia a diferença média dos índices de transparência entre as cinco regiões brasileiras. Portanto, sugere-se que a realidade socioeconômica avaliada pelas diferentes regiões é suficiente para determinar a variação do índice de transparência geral, assim como também foi observado por Gallego-Álvarez *et al.* (2010) e Lowatcharin e Menifield (2015).

Essas distinções regionais também são observadas quando se analisa a transparência ativa, uma vez que a região Norte (4,20), Nordeste (4,95) e Sudeste (5,47) são as com menores índices de transparência ativa, enquanto a região Centro-Oeste (5,76) e Sul (7,75) detêm os maiores índices. Os testes de diferenças de média, novamente, indicam existir diferença do índice de transparência ativa quando se comparam as diferentes regiões.

Os índices de transparência passiva foram superiores ao da transparência ativa, o que demonstra que, apesar de os municípios não disponibilizarem de forma imediata as informações à sociedade, eles ainda têm se mostrado mais dispostos a cumprir a divulgação de informação em função das solicitações recebidas. Entretanto, diferentemente dos casos anteriores, agora são as regiões Sudeste (5,09), Nordeste (5,48) e Centro-Oeste (5,98) as que apresentaram os menores índices de transparência passiva, enquanto a região Norte (6,20) e Sul (7,17) lideram esse quadro. Os testes de diferença de médias indicam existir diferença estatisticamente significativa da transparência passiva nas regiões geográficas brasileiras.

A partir destes resultados, é possível observar que os diferentes aspectos econômicos que caracterizam cada uma das regiões brasileiras determinam tanto os índices de transparência ativa como o de transparência passiva dos municípios brasileiros. Entre os aspectos socioeconômicos que distinguem estas regiões umas das outras, está o número de habitantes dos municípios, níveis de renda municipal e o grau de desenvolvimento em educação. Portanto, essas situações são importantes de serem analisadas quando se discute uma explicação para os níveis de transparência.

Outra importante distinção que se faz é quanto à ideologia partidária do prefeito municipal. Deste modo, a Tabela 12 apresenta a estatística descritiva e o Teste de Diferença de Médias da transparência geral, transparência ativa e transparência passiva quando observadas por ideologia partidária (esquerda, direita e centro).

Tabela 12

Estatística Descritiva e Teste de Diferença de Médias da Transparência versus a Ideologia Política

Variáveis Independentes	Dummy	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Mann-Whitney p-valor	Kruskal-Wallis p-valor
TRANSPARÊNCIA GERAL								
ESQ	0	2.556	0,00	10,00	5,41	2,74	0,90	0,01***
	1	994	0,00	10,00	5,41	2,75		
DIR	0	3.048	0,00	10,00	5,35	2,76	0,00***	
	1	502	0,00	10,00	5,76	2,65		
CENTRO	0	1.496	0,00	10,00	5,53	2,72	0,04***	
	1	2.054	0,00	10,00	5,33	2,76		
TRANSPARÊNCIA ATIVA								
ESQ	0	2.556	0,00	10,00	5,88	3,18	0,32	0,00***
	1	994	0,00	10,00	5,77	3,17		
DIR	0	3.048	0,00	10,00	5,77	3,19	0,00***	
	1	502	0,00	10,00	6,33	3,02		
CENTRO	0	1.496	0,00	10,00	5,96	3,13	0,09*	
	1	2.054	0,00	10,00	5,77	3,20		
TRANSPARÊNCIA PASSIVA								
ESQ	0	2.556	0,00	10,00	5,81	3,49	0,24	0,11
	1	994	0,00	10,00	5,90	3,55		
DIR	0	3.048	0,00	10,00	5,80	3,52	0,16	
	1	502	0,00	10,00	6,06	3,40		
CENTRO	0	1.496	0,00	10,00	5,95	3,50	0,04**	
	1	2.054	0,00	10,00	5,75	3,50		

*** Significância ao nível de 0,01 - ** Significância ao nível de 0,05 - * Significância ao nível de 0,10

Nota: Fonte: O Autor (2018).

Os resultados relacionados à transparência geral demonstram que municípios em que o prefeito é de ideologia partidária de esquerda, comprovaram que esses cumprem com 54,1% das exigências da transparência geral, já os prefeitos de ideologia de direita cumprem 57,6% dessas mesmas exigências, enquanto os prefeitos de centro cumprem 53,3%. Portanto, observa-se que municípios liderados por governantes de ideologia de direita tendem a se mostrarem mais transparente que os demais.

Esses resultados são confirmados pelo Teste de *Mann-Whitney*, uma vez que, quando comparados os municípios cujo prefeito é de direita em função dos demais, o *p-valor* é 0,00, demonstrando que essa diferença é estatisticamente significativa ao nível de 1%. Além disso, o Teste de *Kruskal-Wallis* também demonstra que existe diferença significativa ao nível de 1% entre essas três tipos de ideologia.

Já no que se refere aos resultados relacionados à transparência ativa, observa-se que os municípios liderados por prefeitos cujo partido é de esquerda cumprem com 57,7% dessas

exigências, os prefeitos cujo vínculo é com partido de direita cumprem com 63,3% e os prefeitos de centro cumprem 57,7%.

Essas evidências, aliadas aos Testes de *Mann-Whitney* e *Kruskal-Wallis* que representa a diferença de médias, demonstram que essa diferença média é estatisticamente significativa. Esses resultados demonstram, novamente, que os prefeitos de direita tendem a se mostrarem mais transparentes.

Por fim, os resultados relacionados à transparência passiva demonstram que os prefeitos cuja ideologia partidária é de esquerda cumprem com 59% dessas exigências, enquanto os prefeitos de direita cumprem com 60,6%, e os prefeitos de centro cumprem com 57,5%.

Entretanto, o Teste de *Kruskal-Wallis* não demonstra existir diferença estatisticamente significativa quando comparado os valores médios entre os três tipos de ideologia partidária. Ainda assim, o Teste de *Mann-Whitney* demonstrou *p-valor* de 0,04, significativa ao nível de 5%, o que permite afirmar que a diferença dos níveis de transparência passiva dos prefeitos de centro, comparado aos demais, é estatisticamente menor.

Esses resultados são diferentes da literatura anterior, uma vez que Caamaño-alegre *et al.* (2013) e Sol (2013) encontraram evidências de que prefeitos de ideologia política de esquerda tendem a se mostrarem mais transparentes, e, segundo as evidências de Guillamón *et al.* (2011), García-Sánchez *et al.* (2013) e Ríos *et al.* (2013), prefeitos de ideologia política de direita se mostram menos transparentes.

As evidências deste estudo mostram uma realidade diferente do Brasil frente aos demais países. Este tipo de comportamento justifica-se pelo fato de que os gestores políticos mudam o seu nível de transparência como uma forma de alcançar seus objetivos (Alt *et al.*, 2006).

Além das discussões de ideologia política, outras também se inserem neste contexto, como é o caso do alinhamento político entre o presidente e prefeito, ou entre o governador e prefeito. Dessa forma, a Tabela 13 apresenta a estatística descritiva e o Teste de Diferença de Médias da transparência geral, transparência ativa e transparência passiva em função da coligação partidária entre prefeitos, governadores e presidente.

Tabela 13

Estatística Descritiva e Teste de Diferença de Médias da Transparência versus a Coligação Partidária

Variáveis Independentes	Dummy	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Mann-Whitney p-valor
TRANSPARÊNCIA GERAL							
CPP	0	3.139	0,00	10,00	5,40	2,75	0,61
	1	411	0,00	10,00	5,51	2,71	
CPG	0	2.882	0,00	10,00	5,34	2,76	0,00***
	1	668	0,00	10,00	5,70	2,64	
TRANSPARÊNCIA ATIVA							
CPP	0	3.139	0,00	10,00	5,83	3,19	0,45
	1	411	0,00	10,00	5,98	3,09	
CPG	0	2.882	0,00	10,00	5,75	3,20	0,00***
	1	668	0,00	10,00	6,27	3,03	
TRANSPARÊNCIA PASSIVA							
CPP	0	3.139	0,00	10,00	5,84	3,48	0,65
	1	411	0,00	10,00	5,80	3,67	
CPG	0	2.882	0,00	10,00	5,80	3,50	0,08*
	1	668	0,00	10,00	6,00	3,51	

*** Significância ao nível de 0,01 - ** Significância ao nível de 0,05 - * Significância ao nível de 0,10

Nota: Fonte: O Autor (2018).

Observa-se que, da amostra obtida neste estudo, 411 municípios são liderados por prefeitos que são da mesma coligação partidária do presidente, enquanto 668 municípios são liderados por prefeito de mesma coligação dos governadores.

Em relação aos resultados relacionados à transparência geral, observa-se que, nas situações em que existe a coligação partidária entre o prefeito e o presidente, os municípios apresentam nível de transparência de 5,51, e nas situações em que não existe essa coligação, o índice é de 5,40. Entretanto, pelo Teste de *Mann-Whitney*, o *p-valor* foi de 0,61, o que significa que essa diferença não é estatisticamente significativa.

Em contrapartida, nas situações em que há coligação entre o prefeito e o governador, o índice de transparência é de 5,70, e nas demais situações o índice é 5,34. Portanto, observa-se que esse valor é estatisticamente superior, conforme se observa pelo Teste de *Mann-Whitney* (*p-valor* = 0,00). A coligação partidária entre governador e prefeito se mostra como suficiente para caracterizar uma diferença significativa nos níveis de transparência. Esse tipo de relação demonstra que esses municípios tendem a se mostrarem mais transparentes que os demais.

No que se refere aos resultados relacionados à transparência ativa, observa-se situação semelhante, uma vez que, nos casos de coligação partidária entre prefeito e presidente, os municípios demonstram cumprirem 59,8% dessas exigências, nos casos em que não há essa

coligação, cumprem 58,3%. Através do Teste de *Mann-Whitney*, observa-se que essa diferença não é estatisticamente significativa ($p\text{-valor} = 0,45$).

Nas situações em que a coligação partidária do prefeito é a mesma que a do governador, o índice de transparência ativa é 6,27, já nos demais casos, este índice é de 5,75. Essa diferença é estatisticamente significativa ao nível de 1% ($p\text{-valor} = 0,00$), o que demonstra que esse tipo de alinhamento reforça a intenção de transparência na divulgação de informações de forma imediata dos prefeitos frente aos governadores.

Não diferente, os resultados relacionados à transparência passiva também apresentam a mesma evidência. Nas situações em que o prefeito e presidente pertencem ao mesmo partido político, o índice de transparência passiva é de 5,80, quando não há esta relação, o índice é de 5,84. Aliado a essas evidências, observa-se que o Teste de *Mann-Whitney* não demonstrou existir diferença significativa entre esses valores ($p\text{-valor} = 0,65$).

Já nos casos em que existe este alinhamento entre prefeito e o governador, o índice foi de 6,00, e quando não existia este alinhamento, o índice foi de 5,80. Essa diferença entre os dois casos é estatisticamente significativa ao nível de 10% ($p\text{-valor} = 0,08$). Portanto, demonstra que o alinhamento entre governador e prefeito reforça, também, a característica de transparência passiva nesses entes.

Por último, também se mostra importante analisar se os gestores que estão no primeiro mandato destoam dos demais gestores públicos. Para tanto, desenvolveu-se a Tabela 14, a qual demonstra a estatística descritiva e o teste de diferença de médias da transparência *versus* o mandato eleitoral.

Tabela 14

Estatística Descritiva e Teste de Diferença de Médias da Transparência versus o Mandato Eleitoral

Variáveis Independentes	Dummy	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Mann-Whitney p-valor
TRANSPARÊNCIA GERAL							
ME	0	694	0,00	10,00	5,57	2,79	0,10*
	1	2.856	0,00	10,00	5,37	2,73	
TRANSPARÊNCIA ATIVA							
ME	0	694	0,00	10,00	6,02	3,20	0,04**
	1	2.856	0,00	10,00	5,81	3,17	
TRANSPARÊNCIA PASSIVA							
ME	0	694	0,00	10,00	5,99	3,52	0,12
	1	2.856	0,00	10,00	5,80	3,50	

*** Significância ao nível de 0,01 - ** Significância ao nível de 0,05 - * Significância ao nível de 0,10
 Nota: Fonte: O Autor (2018).

Os resultados apresentados na Tabela 14 demonstram que 2.856 municípios eram liderados por prefeitos em que exerciam o primeiro mandato eleitoral, conseqüentemente, em 694 municípios os gestores exerciam seu segundo mandato.

Dessas evidências, observa-se que os gestores que estavam no primeiro mandato apresentaram índice de transparência geral (5,37), de transparência ativa (5,81) e de transparência passiva (5,80) inferiores aos gestores que exerciam o seu segundo mandato. Esses resultados foram estatisticamente diferentes quando comparados os gestores em primeiro mandato eleitoral *versus* os gestores em segundo mandato eleitoral, com exceção dos resultados relacionados à transparência passiva.

Portanto, esses resultados demonstram que os gestores que exercem seu segundo mandato tendem a se mostrarem mais transparentes que os demais nas situações de transparência geral e ativa.

Feita as análises da estatística descritiva e dos testes de diferença de médias, é importante observar a correlação entre a transparência e as variáveis socioeconômicas, financeiras-orçamentárias e políticas. Para tanto, realizou-se o Teste de Correlação de *Pearson* que mede o grau de correlação e a direção desta correlação – positiva ou negativa –, entre duas variáveis de escala métrica, o qual é apresentado os resultados na Tabela 15.

Tabela 15

Teste de Correlação

Correlação			Correlação			Correlação		
Variável Dependente			Variável Dependente			Variável Dependente		
Transparência Geral			Transparência Ativa			Transparência Passiva		
Variáveis	Coef.	Sig.	Variáveis	Coef.	Sig.	Variáveis	Coef.	Sig.
POP	0,13	0,00***	POP	0,10	0,00***	POP	0,10	0,00***
RENDA	0,38	0,00***	RENDA	0,38	0,00***	RENDA	0,21	0,00***
EDUC	0,18	0,00***	EDUC	0,23	0,00***	EDUC	0,05	0,00***
N	-0,07	0,00***	N	-0,13	0,00***	N	0,03	0,13
NE	-0,16	0,00***	NE	-0,16	0,00***	NE	-0,06	0,00***
CO	0,00	0,85	CO	-0,01	0,62	CO	0,01	0,47
S	0,37	0,00***	S	0,34	0,00***	S	0,22	0,00***
IEOC	0,03	0,11	IEOC	0,04	0,02**	IEOC	-0,01	0,61
END	-0,07	0,00***	END	-0,07	0,00***	END	-0,03	0,10*
IGD	-0,31	0,00***	IGD	-0,29	0,00***	IGD	-0,21	0,00***
IDI	0,12	0,00***	IDI	0,09	0,00***	IDI	0,09	0,00***
CP	0,05	0,00***	CP	0,02	0,20	CP	0,07	0,00***
ESQ	0,00	0,99	ESQ	-0,02	0,36	ESQ	0,01	0,51
DIR	0,05	0,00***	DIR	0,06	0,00***	DIR	0,03	0,13
CPP	0,01	0,46	CPP	0,02	0,37	CPP	0,00	0,82
CPG	0,05	0,00***	CPG	0,06	0,00***	CPG	0,02	0,17
ME	-0,03	0,10	ME	-0,03	0,12	ME	-0,02	0,20

*** Significância ao nível de 0,01 - ** Significância ao nível de 0,05 - * Significância ao nível de 0,10

Nota: Fonte: O Autor (2018).

Por meio dos resultados divulgados na Tabela 15, observa-se, quanto à transparência geral, os resultados cuja associação foi estatisticamente significativa foram para as seguintes variáveis: População, Renda *per capita*, Educação, Região Norte, Nordeste e Sul, Dívida, Transferências Intergovernamentais, Gastos com Investimento, Competição Política, Ideologia Política de Direita e Coligação Partidária do Governador.

Já no que se refere à correlação entre a transparência ativa e as demais variáveis, observou-se as seguintes associações estatisticamente significativas: População, Renda *per capita*, Educação, Região Norte, Nordeste e Sul, Condição Financeira, Dívida, Transferências Intergovernamentais, Gastos com Investimento, Ideologia Política de Direita e Coligação Partidária do Governador.

Por fim, a correlação entre a transparência passiva e as demais variáveis apresentou as seguintes associações: População, Renda *per capita*, Educação, Região Nordeste e Sul, Dívida, Transferências Intergovernamentais, Gastos com Investimento e Competição Política.

Essas evidências sugerem que existe uma associação positiva e significativa do número de habitantes, renda *per capita* e nível educacional, uma vez que em todos os casos o *p-valor* foi de 0,00, abaixo de 1%. Portanto, municípios com maior número de habitantes, ou cuja renda *per capita* seja alta, ou o nível educacional seja elevado, tendem a se mostrarem mais transparentes que os demais.

As regiões Norte e Nordeste apresentaram relação negativa e significativa com os índices de transparência, o que corrobora com a evidência anterior, uma vez que estas regiões são as mais prejudicadas socioeconomicamente, e, com isso, tendem a se mostrarem menos transparentes. Já a região Sul demonstrou relação positiva e significativa, reforçando o fato de que municípios em situação socioeconômica mais elevada tendem a se mostrarem mais transparentes.

A condição financeira somente se mostrou estatisticamente significativa quando associada à transparência ativa. A relação entre essas duas variáveis foi positiva. Esse resultado demonstra que municípios cujo desempenho é elevado, tendem a realizar mais a divulgação de informações de forma imediata, independentemente do requerimento, com o uso de portais eletrônicos, justificado pelo fato de terem mais recursos para bancar esse tipo de gasto.

A relação entre a dívida municipal e a transparência foi negativa e significativa em todos os três casos, o que demonstra que municípios mais endividados tendem a se mostrarem menos transparentes que os demais. Já no que se refere às transferências intergovernamentais recebidas, ao contrário do que se esperava, a associação foi negativa, o que sugere que

municípios com maior dependência de recursos da União e dos Estados se mostram menos transparentes.

Os gastos com investimentos apresentaram associação positiva e significativa com a transparência, o que demonstra que quando os entes municipais realizam mais gastos dessa natureza, esses se mostram mais transparentes.

Os resultados relacionados à competição eleitoral demonstraram associação positiva e significativa com o índice de transparência geral e o índice de transparência passiva. Deste modo, municípios em que as eleições municipais apresentam maior número de partidos competindo se mostram mais transparentes.

Quanto à ideologia partidária, somente observou-se uma relação significativa quando associou os municípios liderados por prefeitos de direita com a transparência. Além disso, ao contrário do que se esperava, essa associação foi positiva, o que sugere que esses governantes tendem a fazer mais o uso da informação para mostrarem a execução de sua gestão.

A coligação partidária entre o prefeito e o presidente não é suficiente para demonstrar uma associação significativa. Entretanto, essa relação já é percebida quando os prefeitos pertencem à mesma coligação do governador. Estes municípios se mostram mais transparentes quando existe esse tipo de alinhamento político. Por fim, o mandato eleitoral não demonstrou relação estatisticamente significativa nos testes de correlação, o que não permite afirmar que essa característica impacta a transparência.

Apesar de o Teste de Correlação de *Pearson* demonstrar a relação entre as variáveis deste estudo, esse não considera a relação de dependência da variável de transparência em função das variáveis socioeconômicas, financeiras-orçamentárias e políticas. Para tanto, é importante analisar a partir de outro teste, isto é, o Teste de Regressão, o qual permite avaliar a relação de uma variável dependente dada a partir de uma função matemática de uma ou mais variáveis independentes.

Para tanto, tem-se a próxima seção, em que são evidenciados esses resultados, o qual permitirá verificar a influência das variáveis socioeconômicas, financeiras-orçamentárias e políticas sobre o índice de transparência dos municípios brasileiros.

4.2 Determinantes da Transparência

Esta seção demonstra os resultados dos testes econométricos realizados. Optou-se por demonstrar os resultados de forma estratificada (Equação 1, 2 e 3), isto é, realizando uma regressão para cada um dos grupos de variáveis, e, também, de forma agrupada (Equação 4),

em que são colocadas todas as variáveis em conjunto, de modo a se verificar como a variação de todas elas impactam a variável dependente. Além disso, também se segregou os resultados para cada uma das variáveis dependentes deste estudo (transparência geral, transparência ativa e transparência passiva).

Portanto, de modo a testar a Equação 1, realizaram-se três testes de regressão para cada uma variável dependente (transparência geral, transparência ativa e transparência passiva), o qual é apresentado na Tabela 16.

Tabela 16

A influência das variáveis socioeconômicas no nível de transparência - estratificado

FATORES SOCIOECONÔMICOS								
EQUAÇÃO 1								
Variável Dependente: Transparência Geral			Variável Dependente: Transparência Ativa			Variável Dependente: Transparência Passiva		
Variáveis	Coef.	Sig.	Variáveis	Coef.	Sig.	Variáveis	Coef.	Sig.
POP	0,23	0,00***	POP	0,20	0,00***	POP	0,20	0,00***
REND	0,00	0,00***	REND	0,00	0,00***	REND	0,00	0,00***
EDUC	2,94	0,00***	EDUC	4,48	0,00***	EDUC	0,85	0,33
N	0,97	0,00***	N	0,21	0,42	N	1,90	0,00***
NE	1,10	0,00***	NE	1,16	0,00***	NE	1,32	0,00***
CO	0,76	0,00***	CO	0,63	0,00***	CO	0,98	0,00***
S	2,25	0,00***	S	2,26	0,00***	S	1,87	0,00***
Constante	-1,35	0,03**	Constante	-1,85	0,01***	Constante	0,83	0,34
R ²	0,22		R ²	0,20		R ²	0,09	
F significance	0,00		F significance	0,00		F significance	0,00	
Durbin-Watson	2,01		Durbin-Watson	2,01		Durbin-Watson	2,00	
Mean VIF	2,08		Mean VIF	2,08		Mean VIF	2,08	
Teste BP/CW	0,00		Teste BP/CW	0,00		Teste BP/CW	0,00	
Teste White	0,00		Teste White	0,00		Teste White	0,00	
N	3.550		N	3.550		N	3.550	

*** Significância ao nível de 0,01 - ** Significância ao nível de 0,05 - * Significância ao nível de 0,10

Nota: Fonte: O Autor (2018).

Observa-se que a modelagem da Equação 1, composta de 3.550 observações, foram significantes ao nível de 1% para a amostra dos municípios desta pesquisa. O R² que representa a proporção da variação amostral da variável dependente explicada pelas variáveis explicativas (Wooldridge, 2003), é de 22%, 20% e 9%, respectivamente, indicando um baixo poder explicativo. Observa-se que ao utilizar a transparência geral como dependente, foi o que possibilitou apresentar os resultados com maior poder explicativo, uma vez que esta engloba os índices de transparência ativa e passiva, além de boas práticas de transparência.

O modelo não apresenta problemas de autocorrelação, uma vez que o *Durbin-Watson* é 2,01; 2,01 e 2,00, dentro do limite aceitável (Hill, Judge, & Griffiths, 2010). Não há problemas

de multicolinearidade, conforme indica o teste *VIF* ($2,08 < 10$), medida de quanto a variância de cada coeficiente de regressão estimado aumenta devido à multicolinearidade (Fávero, Belfiores, Silva, & Chan, 2009).

O teste de *Breusch-Pagan/Cook-Weisberg* (0,00; 0,00 e 0,00) e o teste de *White* (0,00; 0,00 e 0,00) indicam ter problemas de heterocedasticidade nos resíduos, justificando-se possivelmente pela utilização de variáveis *dummies*, gerando alguma discrepância entre os dados (Gujarati, 2006), no entanto, para confiabilidade e robustez, aplicou-se a correção robusta de *White*.

As variáveis socioeconômicas se mostraram determinantes para os níveis de transparência geral, transparência ativa e transparência passiva. Com exceção das variáveis Norte e Educação, todas as demais variáveis (População, Renda Municipal, Educação, Nordeste, Centro-Oeste e Sul) foram significantes e demonstram que influenciam o nível de transparência geral dos municípios brasileiros.

Entre os aspectos socioeconômicos, verificou-se que a variável população dos municípios brasileiros influencia de forma positiva e significativa o nível de transparência geral destes entes, sugerindo que municípios mais populosos cumpram de forma mais efetiva as exigências de transparência. Outro aspecto socioeconômico analisado foi a renda *per capita*, observou-se que os municípios cuja renda municipal seja mais elevada tendem a se mostrarem mais transparentes, ou seja, a variação positiva da renda *per capita* de um determinado município tende a variar de forma positiva seu respectivo índice de transparência.

O nível educacional influencia positivamente a transparência dos municípios brasileiros. Em municípios cujo desenvolvimento em educação é elevado, apresentam maiores níveis de transparência. Deste modo, a variação positiva nos índices de educação de um município tende a aumentar o nível de transparência geral deste respectivo ente.

Da mesma forma, as características regionais demonstram ter impacto positivo no nível de transparência geral. As regiões geográficas brasileiras captam distintos aspectos socioeconômicos, o que corrobora com as análises anteriores, uma vez que os municípios situados nestas regiões tendem a se mostrarem com níveis de transparência distintos.

Estes resultados permitem aceitar as hipóteses H1, H2, H3, H4 já que se obteve significância estatística nos testes realizados, sugerindo haver relação entre as variáveis de interesse e o nível de transparência dos municípios.

Os fatores financeiros-orçamentários são, também, importantes na análise dos determinantes da transparência. Deste modo, para testar a Equação 2, realizou-se três testes de

regressão, de modo que fosse possível avaliar o impacto de cada fator financeiro-orçamentário sobre cada tipo de transparência. Estes resultados estão evidenciados na Tabela 17.

Tabela 17

A influência das variáveis financeiras-orçamentárias no nível de transparência - estratificado

FATORES FINANCEIROS-ORÇAMENTÁRIOS								
EQUAÇÃO 2								
Variável Dependente: Transparência Geral			Variável Dependente: Transparência Ativa			Variável Dependente: Transparência Passiva		
Variáveis	Coef.	Sig.	Variáveis	Coef.	Sig.	Variáveis	Coef.	Sig.
IEOC	1,28	0,00***	IEOC	1,88	0,00***	IEOC	0,17	0,76
END	-0,15	0,01***	END	-0,19	0,01***	END	-0,07	0,38
IGD	-6,01	0,00***	IGD	-6,56	0,00***	IGD	-4,85	0,00***
IDI	2,53	0,01***	IDI	1,30	0,29	IDI	3,44	0,00***
Constante	9,08	0,00***	Constante	9,36	0,00***	Constante	9,74	0,00***
R ²	0,11		R ²	0,09		R ²	0,05	
F significance	0,00		F significance	0,00		F significance	0,00	
Durbin-Watson	2,00		Durbin-Watson	2,00		Durbin-Watson	1,97	
Mean VIF	1,09		Mean VIF	1,09		Mean VIF	1,09	
Teste BP/CW	0,06		Teste BP/CW	0,00		Teste BP/CW	0,00	
Teste White	0,00		Teste White	0,00		Teste White	0,00	
N	3.550		N	3.550		N	3.550	

*** Significância ao nível de 0,01 - ** Significância ao nível de 0,05 - * Significância ao nível de 0,10

Nota: Fonte: O Autor (2018).

Observa-se, na Tabela 17, que a modelagem de Regressão Linear Múltipla, utilizada a fim de verificar a influência dos fatores financeiros-orçamentários no nível de transparência, mostra-se consistente, uma vez que o modelo composto por 3.550 observações se apresenta significativo ao nível de 1%. O R², sendo este o poder explicativo do modelo é de 11%, 9% e 5%, para as dependentes transparência geral, subdivididas em transparência ativa e transparência passiva, o que demonstra que as variáveis independentes (Condição Financeira, Dívida, Transferências Intergovernamentais e Investimentos de Capital), são capazes de explicar a dependente.

O modelo não apresenta problemas de autocorrelação, uma vez que o *Durbin-Watson* é de 2,00, 2,00, 1,97, além de não haver problemas de multicolinearidade, conforme aponta o teste *VIF* (1,09 < 10). O teste de *Breusch-Pagan/Cook-Weisberg* (0,06; 0,00 e 0,00) e o teste de *White* (0,00; 0,00 e 0,00), respectivamente, indicam problemas de heterocedasticidade, já que os testes se mostraram menores do que 5%, para tanto, realizou-se a correção robusta de *White* com o objetivo de corrigir este problema.

Diante dos pressupostos verificados na equação 2, procedeu-se com o teste das variáveis, percebeu-se, então, que a variável Condição Financeira, Dívida, Transferências Intergovernamentais e Investimentos de Capital foram significantes ao nível de 1%, o que

permitiu testá-las. Com exceção das variáveis Investimentos de Capital, na segunda regressão, e as variáveis Condição Financeira e Dívida, na terceira regressão, todas as demais apresentaram algum nível de significância.

No que se refere aos fatores financeiros-orçamentários, observa-se que a condição financeira exerce influência positiva e significativa nos índices de transparência geral e transparência ativa, mostrando que a variação positiva no desempenho de um município impacta de forma positiva seu respectivo nível de transparência. Essa relação é inversa quando observada a variável que representa a dívida do ente municipal, uma vez que a variação positiva nos níveis de endividamento tende a impactar de forma negativa o nível de transparência geral e de transparência ativa.

As transferências intergovernamentais também mostraram exercer influência negativa e significativa no nível de transparência, nos três casos. Por fim, as despesas com investimento de capital demonstraram exercer influência positiva e significativa, o que demonstra que a variação positiva nos investimentos de capital tende a causar um aumento nos níveis de transparência geral e de transparência passiva.

Por meio destes resultados, é possível aceitar as hipóteses H5, H6 e H8, uma vez que demonstraram relação estatisticamente significativa e com sinal esperado. Apesar disso, ao contrário do que se esperava, rejeitou-se a hipótese H7, já que apesar de apresentar resultado significativo, a relação encontrada foi, na verdade, negativa.

Por fim, analisa-se a influência dos fatores políticos no nível de transparência. Os resultados da Equação 3 são apresentados na Tabela 18.

Tabela 18

A influência das variáveis socioeconômicas, financeiras-orçamentárias e políticas sobre a transparência passiva - estratificado

FATORES POLÍTICOS								
EQUAÇÃO 3								
Variável Dependente: Transparência Geral			Variável Dependente: Transparência Ativa			Variável Dependente: Transparência Passiva		
Variáveis	Coef.	Sig.	Variáveis	Coef.	Sig.	Variáveis	Coef.	Sig.
CP	0,33	0,00***	CP	0,18	0,08*	CP	0,51	0,00***
ESQ	0,06	0,63	ESQ	-0,09	0,57	ESQ	0,25	0,12
DIR	0,53	0,00***	DIR	0,69	0,00***	DIR	0,39	0,03**
CPP	0,01	0,95	CPP	0,16	0,44	CPP	-0,29	0,22
CPG	0,45	0,00***	CPG	0,63	0,00***	CPG	0,32	0,04**
ME	-0,24	0,04**	ME	-0,22	0,10*	ME	-0,29	0,06*
Constante	4,73	0,00***	Constante	5,43	0,00***	Constante	4,81	0,00***
R ²	0,01		R ²	0,01		R ²	0,01	
F significance	0,00		F significance	0,00		F significance	0,00	
Durbin-Watson	1,96		Durbin-Watson	1,97		Durbin-Watson	1,96	
Mean VIF	1,23		Mean VIF	1,23		Mean VIF	1,23	
Teste BP/CW	0,37		Teste BP/CW	0,02		Teste BP/CW	0,12	
Teste White	0,25		Teste White	0,00		Teste White	0,01	
N	3.550		N	3.550		N	3.550	

*** Significância ao nível de 0,01 - ** Significância ao nível de 0,05 - * Significância ao nível de 0,10

Nota: Fonte: O Autor (2018).

A modelagem da equação 3, cuja soma das observações é de 3.550, foi significativa ao nível de 1% para a amostra dos municípios brasileiros deste estudo. O R² que indica a proporção da variação amostral da variável dependente explicada pelas variáveis explicativas (Wooldridge, 2003), é de 1% nos três casos.

Observa-se que as variáveis socioeconômicas foram as que apresentaram maior poder explicativo, seguida das variáveis financeiras-orçamentárias e, por último, das variáveis políticas. Esta evidência significa que os aspectos socioeconômicos têm um impacto maior do que as demais variáveis. Entretanto, o uso de variáveis binárias pode comprometer esse tipo de análise.

O modelo não apresenta problemas de autocorrelação, já que o *Durbin-Watson* é de 1,96, 1,97 e 1,96, respectivamente, dentro do limite aceitável (Hill, Judge, & Griffiths, 2010). Não indica problemas de multicolinearidade, conforme indica o teste VIF (1,23 < 10), medida de quanto a variância de cada coeficiente de regressão estimado aumenta devido à multicolinearidade (Fávero *et al.*, 2009).

O teste de *Breusch-Pagan/Cook-Weisberg* (0,37; 0,02 e 0,12) e o teste de *White* (0,25; 0,00 e 0,01) indicam ter problemas de heterocedasticidade nos resíduos, com exceção da primeira regressão. Para tanto, realizou-se a correção robusta de White com o objetivo de corrigir este problema.

Em análise aos resultados da regressão, observa-se que a Competição Política, a Ideologia Política de Direita, a Coligação Partidária com os Governadores e o Mandato Eleitoral foram estatisticamente significantes, portanto, estabelecem uma relação de determinação em relação à variável dependente, transparência geral, transparência ativa e transparência passiva. Esse resultado indica a existência de ciclos políticos oportunistas e ideológicos, uma vez que tanto a ideologia política como o mandato eleitoral foram significativos. As variáveis Ideologia Política de Esquerda e Coligação Partidária com o Presidente não demonstraram relação significativa ao nível de 1%, 5% ou 10%.

No que se refere às variáveis políticas, observou-se que os resultados demonstraram que existe influência positiva da competição política nos níveis de transparência geral. Aspectos ideológicos partidários também se destacam, uma vez que, em situações em que o município é liderado por um prefeito de ideologia de direita, este ente tende a ter um nível de transparência maior.

Outra variável de destaque é o alinhamento político, em situações em que o prefeito e o governador sejam da mesma coligação partidária, tendem a influenciar de forma positiva o nível de transparência geral dos municípios. Por fim, gestores que exercem o primeiro mandato eleitoral tendem a se mostrar menos transparentes que aqueles que estão em um segundo mandato.

Dessa forma, por meio dos resultados apresentados na Tabela 18, foi possível aceitar as hipóteses H9 e H11, já que esses foram significativos e conforme o sinal esperado. As hipóteses H10 e H12, apesar de também apresentarem resultados significativos, apresentaram sinal contrário ao esperado, e, por isso, permitiu rejeitar as hipóteses previamente definidas.

Os resultados anteriores demonstraram o impacto dos três grupos de variáveis de forma estratificada para cada variável dependente. Entretanto, de modo a reconhecer como todas essas variáveis, de forma agrupada, influenciam o nível de transparência, desenvolveu-se os testes da Equação 4, os resultados são apresentados na Tabela 19.

Tabela 19

A influência das variáveis socioeconômicas, financeiras-orçamentárias e políticas no nível de transparência - agrupado

EQUAÇÃO 4								
Variável Dependente Transparência Geral			Variável Dependente Transparência Ativa			Variável Dependente Transparência Passiva		
Variáveis	Coef.	Sig.	Variáveis	Coef.	Sig.	Variáveis	Coef.	Sig.
POP	0,13	0,01***	POP	0,14	0,03**	POP	0,05	0,47
REND	0,00	0,00***	REND	0,00	0,00***	REND	0,00	0,00***
EDUC	2,67	0,00***	EDUC	4,24	0,00***	EDUC	0,56	0,52
N	0,83	0,00***	N	0,13	0,63	N	1,69	0,00***
NE	1,13	0,00***	NE	1,20	0,00***	NE	1,35	0,00***
CO	0,69	0,00***	CO	0,57	0,01***	CO	0,90	0,00***
S	2,11	0,00***	S	2,13	0,00***	S	1,72	0,00***
IEOC	0,00	1,00	IEOC	0,26	0,61	IEOC	-0,50	0,39
END	-0,01	0,87	END	-0,02	0,80	END	-0,01	0,94
IGD	-1,51	0,00***	IGD	-1,39	0,01***	IGD	-1,71	0,01***
IDI	2,44	0,00***	IDI	1,55	0,12	IDI	3,17	0,00***
CP	0,16	0,06*	CP	0,06	0,56	CP	0,33	0,00***
ESQ	0,01	0,93	ESQ	-0,15	0,29	ESQ	0,20	0,21
DIR	0,21	0,08*	DIR	0,30	0,03**	DIR	0,19	0,25
CPP	-0,13	0,41	CPP	0,00	0,99	CPP	-0,35	0,11
CPG	0,28	0,01***	CPG	0,41	0,00***	CPG	0,21	0,16
ME	0,07	0,49	ME	0,11	0,38	ME	-0,03	0,85
Constante	0,71	0,57	Constante	-0,33	0,82	Constante	3,88	0,03**
R ²	0,23		R ²	0,21		R ²	0,10	
F significance	0,00		F significance	0,00		F significance	0,00	
Durbin-Watson	2,01		Durbin-Watson	2,01		Durbin-Watson	1,97	
Mean VIF	1,77		Mean VIF	1,77		Mean VIF	1,77	
Teste BP/CW	0,00		Teste BP/CW	0,00		Teste BP/CW	0,00	
Teste White	0,00		Teste White	0,00		Teste White	0,00	
N	3.550		N	3.550		N	3.550	

*** Significância ao nível de 0,01 - ** Significância ao nível de 0,05 - * Significância ao nível de 0,10

Nota: Fonte: O Autor (2018).

Observa-se que o modelo desenvolvido na Equação 4, composto de 3.550 observações, é consistente, uma vez que demonstrou significância ao nível de 1% na amostra de municípios selecionados. O R² que representa o poder explicativo do modelo, isto é, a proporção de variação amostral da variável dependente explicada pelas variáveis independentes (Wooldridge, 2003), é de 23%, 21% e 10%, respectivamente.

O modelo não apresenta problemas de autocorrelação, já que o *Durbin-Watson* é 2,01, 2,01 e 1,97, dentro do limite de não rejeição de H_0 , isto é, quando a variação das variáveis independentes não está correlacionada com o resíduo do modelo (Hill, Judge, & Griffiths, 2010). Não se identificou problemas de multicolinearidade, uma vez que o teste *VIF* ($1,77 < 10$) está dentro do limite aceitável.

Os testes de heterocedasticidade (Breusch-Pagan/Cook-Weisberg, p -valor = 0,00; 0,00 e 0,00 – White, p -valor = 0,00; 0,00 e 0,00) indicam ter problemas nos resíduos, o que pode ser justificado pelo número de variáveis e o uso de variáveis *dummies*, o que causa uma discrepância entre os dados (Gujarati, 2006). Entretanto, aplicou-se a correção robusta de *White* para confiabilidade e robustez.

Observa-se que as variáveis População, Renda Municipal, Educação, Região, Transferências Intergovernamentais, Investimentos de Capital, Competição Política, Ideologia Política de Direita e Coligação Partidária com o Governador demonstraram significância estatística, o que permitiu a análise e a discussão dessas variáveis. Entretanto, outras variáveis não demonstraram significância estatística aos níveis de 1%, 5% ou 10% em nenhum dos casos, são elas: Condição Financeira, Dívida, Ideologia Política de Esquerda, Coligação Partidária com o Presidente e Mandato Eleitoral.

Estes resultados indicam que a variação do desempenho ou do endividamento municipal, quando colocados no mesmo contexto das variáveis socioeconômicas e políticas, não é suficiente para proporcionar uma variação, positiva ou negativa, na variável dependente, o nível de transparência dos municípios.

Também não se observou significância estatística nos testes relacionados à variável Ideologia Política de Esquerda. Este resultado demonstra que o prefeito ter ideologia de direita ou de centro não impacta o nível de transparência, ao contrário do que se percebeu com a variável Ideologia Política de Direita, a qual demonstrou significância estatística, e, por isso, exerce influência positiva no nível de transparência geral e de transparência ativa.

O mandato eleitoral também não demonstrou significância estatística, o que significa que aspectos dos ciclos políticos não exercem impacto no nível de transparência, quando essa variável é colocada no mesmo contexto das demais. Deste modo, o prefeito estar no primeiro mandato eleitoral é indiferente para os níveis de transparência, uma vez que seu impacto é mitigado pelas demais variáveis.

Algumas distinções são interessantes de serem analisadas nos três testes realizados. O número de habitantes de um município impacta somente o nível de transparência geral e de transparência ativa. Assim, populações maiores não tendem a proporcionar um aumento no nível de transparência passiva. Constatação semelhante é observada no nível educacional dos municípios, isto é, municípios cujo desempenho em educação seja mais elevado não tende a causar uma variação também positiva no nível de transparência passiva.

Essas duas constatações podem ser justificadas pelo fato de que, apesar de que uma população maior e mais instruída seja mais atuante no controle social, este impacto é mais sobre

os níveis de transparência ativa, que representa as situações onde o gestor público deve dar informações à sociedade de forma imediata.

Observa-se que o Investimento de Capital não demonstrou significância estatística somente quando relacionado ao nível de transparência ativa. Isso demonstra que a variação nos gastos com esse tipo de investimento, não tende a proporcionar um aumento de divulgações de informações de forma imediata.

A Competição Política também não mostrou significância estatística quando associada à transparência ativa. Esse resultado sugere que maiores níveis de fragmentação política proporciona uma variação positiva no nível de transparência geral e de transparência passiva, mas não nos níveis de transparência ativa.

Outro aspecto político interessante é o fato de que a Ideologia Política de Direita não demonstrou significância estatística quando associada ao nível de transparência passiva. Esse resultado sugere que aspectos ideológicos, apesar de impactarem o nível de transparência geral e de transparência ativa, não impactam o nível de transparência passiva, que é quando o gestor público deve-se mostrar transparente face às solicitações de informação da sociedade.

A Coligação Partidária com o Governador também foi uma variável que não demonstrou significância estatística quando associada ao nível de transparência passiva. Esse resultado indica que o alinhamento partidário entre prefeito e governador causa impacto somente no nível de transparência ativa, uma vez que seria por meio deste recurso que o gestor público buscaria transparecer suas informações a sociedade e também ao próprio ente político estadual.

Feitas as transcrições dos resultados da estatística descritiva, teste de diferença de médias e também dos resultados dos testes de regressão, se faz necessário discutir os resultados obtidos a partir das evidências empíricas e teóricas da literatura sobre o tema, o qual será apresentado na próxima seção.

4.3 Discussão dos Resultados

Diversos resultados foram obtidos com a regressão linear múltipla em cada um dos casos, tendo sido corroborados a análise descritiva realizada, dando robustez e confiabilidade a esses resultados. De modo a sintetizar esses resultados, apresenta-se a Tabela 20, a qual confronta os resultados obtidos de forma estratificada e agrupado, com a expectativa definida previamente.

Tabela 20

Síntese dos Resultados Obtidos

Variáveis Independentes	Expectativa	Resultado Obtido Estratificado			Resultado Obtido Agrupado		
		TG	TA	TP	TG	TA	TP
População	+	+	+	+	+	+	NS
Renda Municipal	+	+	+	+	+	+	+
Educação	+	+	+	NS	+	+	NS
Norte	+	+	NS	+	+	NS	+
Nordeste	+	+	+	+	+	+	+
Centro-oeste	+	+	+	+	+	+	+
Sul	+	+	+	+	+	+	+
Condição Financeira	+	+	+	NS	NS	NS	NS
Dívida	-	-	-	NS	NS	NS	NS
Transferências Intergov.	+	-	-	-	-	-	-
Investimentos de Capital	+	+	NS	+	+	NS	+
Competição Política	+	+	+	+	+	NS	+
Ideologia Política - Esquerda	+	NS	NS	NS	NS	NS	NS
Ideologia Política – Direita	-	+	+	+	+	+	NS
Coligação Partidária – Presidente	-	NS	NS	NS	NS	NS	NS
Coligação Partidária – Governador	-	+	+	+	+	+	NS
Mandato Eleitoral	+	-	-	-	NS	NS	NS

(+): positivo e significativo; (-): negativo e significativo; (NS): não significativo

Nota: Fonte: O Autor (2018).

Os aspectos socioeconômicos, apesar de alguns casos não terem demonstrado resultados estatísticos significativos, na maioria dos casos demonstrou associações positivas e significativas, corroborando com as expectativas definidas previamente. Deste modo, é possível confirmar que os aspectos socioeconômicos exercem um impacto positivo nos níveis de transparência dos municípios brasileiros.

Já para as variáveis financeiras-orçamentárias, somente a variável transferências intergovernamentais não atendeu às expectativas, uma vez que esta se mostrou significativa, mas com sinal negativo. A Condição Financeira e os Investimentos de Capital exercem um impacto positivo sobre o nível de transparência dos municípios, ao contrário das variáveis Dívida e Transferências Intergovernamentais cujo impacto é negativo.

Por fim, observa-se que entre os fatores políticos, as variáveis Ideologia Política de Esquerda e Coligação Partidária com o Presidente não se mostraram estatisticamente significativas em nenhum dos casos. Além disso, as variáveis Ideologia Política de Direita, Coligação Partidária com o Governador e Mandato Eleitoral, apesar de mostrarem significância, o resultado obtido foi contrário ao esperado. Por fim, atendendo às expectativas,

a variável Competição Política demonstrou significância estatística, demonstrando que exerce influência positiva sobre o nível de transparência dos municípios brasileiros.

De modo a analisar e discutir cada uma das variáveis, a próxima seção foi elaborada para expor essas análises.

4.3.1 *Transparência e Fatores socioeconômicos*

De modo a evidenciar os resultados relacionados à Equação 1 e 4 no que se refere aos aspectos socioeconômicos, esta seção apresenta a discussão e as implicações dos resultados da relação entre as variáveis população, renda municipal, educação e região.

4.3.1.1 *População*

O número de habitantes exerce influência positiva sobre a transparência pública dos municípios brasileiros. Este resultado permitiu aceitar a hipótese H1. Da mesma forma, este resultado corrobora com as evidências anteriores (Santana Junior, 2008; Serrano-Cinca *et al.*, 2009; Cárcaba-García & García, 2010; Pina *et al.*, 2010; Gallego-Álvarez *et al.*, 2010; Guillamón *et al.*, 2011; Martani & Lestiani, 2012; García-Sánchez *et al.*, 2013; Rios *et al.*, 2013; Rodríguez-Bolívar *et al.*, 2013; Sol, 2013; Keerasuntonpon *et al.*, 2015; Lowatcharin & Menifield, 2015; Guillamón *et al.*, 2016; Alcaide-Muñoz *et al.*, 2016; Fiirst *et al.*, 2017), e, portanto, confirma esse resultado para o caso dos governos locais brasileiros, uma vez que se utilizou de uma amostra estatisticamente significativa.

Os conflitos de interesse entre os cidadãos e os governos locais são mais prováveis em municípios maiores, de modo que se mostra vantajoso fazer a divulgação de informações de forma imediata (Serrano-Cinca *et al.*, 2009). A assimetria de informação entre políticos e cidadãos é ainda maior em municípios maiores, o que aumenta os custos de agência e o conflito de interesses com os cidadãos, a transparência se mostra como uma ferramenta para diminuir os custos de agência e a assimetria de informação, uma vez que permite avaliar o desempenho dos gestores públicos (Zimmerman, 1977; Serrano-Cinca *et al.*, 2009).

Este resultado se mostra razoável, uma vez que municípios com populações maiores exigem mais serviços, o que faz com que o ente público tenha que lidar com vários interessados, os quais exigem a implementação de práticas de responsabilidade social e mais informações

(García-Sánchez *et al.*, 2013). O tamanho populacional, pois, capta essa complexidade da administração pública e do governo (Gallego-Álvarez, *et al.*, 2010), o que justifica o resultado.

Cidades maiores são mais propensas a adotarem atividades do governo eletrônico, como a transparência ativa, em comparação a cidades pequenas (Gallego-Álvarez, *et al.*, 2010), o que também explica o motivo de não se ter obtido o mesmo resultado significativo quando associado a população à transparência passiva. Devido à pressão que os grandes núcleos urbanos recebem, esses buscam encontrar formas de fornecer serviços públicos e divulgar informações (Gallego-Álvarez, *et al.*, 2010).

Portanto, a variação positiva do número de habitantes de um determinado município tende a variar positivamente o nível de transparência geral e de transparência ativa deste determinado município.

4.3.1.2 Renda Municipal

A renda municipal exerce influência positiva sobre a transparência pública dos municípios brasileiros. Este resultado permitiu aceitar a hipótese H2. O aumento da renda local proporciona uma variação positiva no nível de transparência geral, de transparência ativa e de transparência passiva. Esse resultado corrobora com as evidências empíricas e teóricas anteriores (Santana Junior, 2008; Serrano-Cinca *et al.*, 2009; Martani & Lestiani, 2012; Rodríguez-Bolívar *et al.*, 2013; Keerasuntonpon *et al.*, 2015; Lowatcharin & Menifield, 2015; Alcaide-Muñoz *et al.*, 2016).

Esse resultado se justifica pelo fato de que, com o aumento da renda municipal, a população exige um melhor serviço público e mais informações para confirmar que seus impostos estão sendo gastos de forma efetiva (Ingram, 1984; Giroux, 1989; Cheng, 1992; Alcaide-Muñoz *et al.*, 2016). Essa atitude influencia as opiniões dos cidadãos sobre os impactos das políticas públicas (Alcaide-Muñoz *et al.*, 2016), demonstrando, portanto, um sinal de qualidade de gestão, beneficiando os políticos locais ao aumentar suas chances de reeleição, assim como reduz os custos de agência (Gandia & Archidona, 2008).

Portanto, observa-se que existe uma postura mais ativa em municípios cuja renda *per capita* é alta, esses cidadãos buscam saber onde e como seus impostos são aplicados na execução das atividades da administração pública. Portanto, a variação positiva nos níveis de renda *per capita* municipal impactam positivamente a variação no nível de transparência geral, transparência ativa e transparência passiva.

4.3.1.3 Educação

O nível de desenvolvimento educacional exerce influência positiva sobre a transparência pública dos municípios brasileiros. Essa constatação leva à aceitação da hipótese *H3*, de modo que corrobora com a maior parte da literatura sobre o tema e as evidências de outros países (Gandia & Archidona, 2008; Santana Junior, 2008; Ríos *et al.*, 2013; Lowatcharin & Menifield, 2015).

Essa constatação confirma a premissa básica de que uma população bem-educada deve exigir mais informações das administrações públicas (Tolbert & Zucker, 2008). Os cidadãos devem fazer uso dos mecanismos de transparência, e, para tanto, devem possuir um nível de educação suficiente, de modo que saibam examinar a informação disponível (Ríos *et al.*, 2013).

Uma população cujo nível de educação seja elevado faz com que exerçam mais pressão sobre as administrações públicas para divulgar informações, o que eleva o nível de transparência (Guillamón *et al.*, 2016). Portanto, a capacidade de ter consciência e aptidão para participar do processo político e democrático justifica a associação positiva entre a educação dos cidadãos e o nível de transparência pública de um município.

Entretanto, os resultados dessa pesquisa demonstraram que essa associação não é percebida quando se compara com a transparência passiva, o que demonstra que os municípios respondem às demandas dos cidadãos a partir dos mecanismos de transparência eletrônica, de modo que a informação já esteja disponível de forma imediata, independentemente de requerimento.

Dessa forma, a variação positiva nos níveis de desempenho educacional de um município proporciona a variação também positiva no nível de transparência geral e de transparência ativa.

4.3.1.4 Região

A região exerce influência positiva sobre a transparência pública dos municípios brasileiros. Essa constatação confirma a hipótese *H4*. Essa evidência está em linha com os resultados anteriores e com estudos empíricos e pressupostos teóricos sobre o tema (Gallego-Álvarez *et al.*, 2010; Lowatcharin & Menifield, 2015).

As diferentes regiões geográficas, principalmente no caso brasileiro que possui uma vasta extensão territorial, são determinantes para os níveis de transparência estabelecidos por

um município. Os diferentes aspectos socioeconômicos, como número de habitantes, renda *per capita*, educação, saúde, agregando a essas regiões, o que justifica a associação positiva entre as regiões geográficas brasileiras e a transparência.

Na pesquisa realizada por Gallego-Álvarez *et al.* (2010), com municípios localizados em diferentes países, também se observou que os aspectos regionais influenciam o nível de transparência. Deste modo, a distinção entre as regiões proporciona uma variação positiva no nível de transparência pública dos municípios.

Feita essas considerações a respeito dos resultados obtidos, apresenta-se a Tabela 21, a qual demonstra a decisão tomada a respeito de cada uma das hipóteses definidas, assim como a explicação e o pressuposto teórico que justificou este resultado.

Tabela 21

Resultados das Hipóteses de Pesquisa

Variáveis	Hipótese	Decisão	Explicação	Pressuposto Teórico	
População	H1	+	Aceita	A transparência é uma ferramenta que diminui os custos de agência e a assimetria de informação, uma vez que são mais evidentes em municípios maiores.	Conflito de agência e assimetria de informação
Renda Municipal	H2	+	Aceita	A riqueza municipal deve ser associada positivamente ao aumento da transparência porque fornece um sinal de qualidade de gestão, que pode beneficiar os políticos locais aumentando suas chances de reeleição e reduzindo os custos de agência.	Conflito de agência e <i>Public Choice</i>
Educação	H3	+	Aceita	Uma população com nível de educação elevada exercerá pressão sobre as administrações públicas para divulgar informações, o que eleva o nível de transparência.	Conflito de agência
Região	H4	+	Aceita	Situações socioeconômicas distintas caracterizam as diferentes regiões geográficas brasileiras.	Conflito de Agência, Assimetria de Informação e <i>Public Choice</i>

Nota: Fonte: O Autor (2018).

Tendo estabelecido as principais conclusões e discussões a respeito dos resultados associados aos aspectos socioeconômicos, encaminha-se para a análise dos fatores financeiros-orçamentários.

4.3.2 Transparência e Fatores Financeiros-Orçamentários

Essa seção apresenta os resultados relacionados à Equação 2 e 4, a qual observa os resultados observados entre os aspectos financeiros-orçamentários e a transparência, apresentando a discussão e as implicações desses resultados na relação entre as variáveis condição financeira, dívida, transferências intergovernamentais e investimentos de capital.

4.3.2.1 Condição Financeira

A condição financeira municipal exerce influência positiva sobre a transparência pública dos municípios brasileiros. Esse resultado confirma a hipótese H5. Deste modo, ao contrário de outras pesquisas realizadas no caso brasileiro (Fiirst *et al.*, 2017), essa pesquisa corrobora com a maior parte da literatura (Rodríguez-Bolívar *et al.*, 2013; Alcaraz-Quiles *et al.*, 2015; Alcaide-Muñoz *et al.*, 2016).

A condição financeira está associada à credibilidade financeira das agências governamentais (Ingram, 1984), assim como a capacidade do governo de atender a seus compromissos de pagamento (Giroux & Deis, 1993), e, por isso, os entes municipais brasileiros buscam se mostrar mais transparentes quando estão em uma situação de desempenho elevado.

Quando a condição financeira é saudável, isto é, a dívida é reduzida e seus custos não prejudicam a organização pública, os gestores públicos estão interessados em informar os cidadãos sobre a boa gestão e fazem esse tipo de prestação de contas (Alcaide-Muñoz *et al.*, 2016), por isso os gestores públicos são encorajados a divulgarem informações financeiras públicas como um mecanismo para permitir que suas ações sejam monitoradas (Cárcaba & García, 2008).

Dessa forma, observa-se que a variação positiva na capacidade do órgão público em manter suas despesas correntes, por meio das respectivas receitas correntes para o mesmo período, proporciona um aumento positivo nos níveis de transparência. Entretanto, essa constatação somente se aplica nos casos relacionados à transparência ativa. Além disso, essa variável também não se mostrou significativa quando colocada em conjunto com as demais variáveis, o que sugere que, apesar de exercer influência positiva e significativa, essa é mitigada pelos efeitos das demais variáveis.

4.3.2.2 Dívida

A dívida municipal exerce influência negativa sobre a transparência pública dos municípios brasileiros. Esse resultado corrobora com a hipótese H6 definida previamente. Deste modo, este estudo caminha no mesmo sentido que outros estudos que já analisaram essa variável em outros contextos (Cheng, 1992; Smith, 2004; Alt & Lassen, 2006; Caba-Pérez *et al.*, 2014; Caba-Pérez *et al.*, 2014).

Entre os incentivos aos gestores públicos para diminuir a dívida, é o fato de que isso diminui os impostos sobre a propriedade, os quais refletem em mais votos para o político (Caba Pérez *et al.*, 2014) e, também, reduz os custos de empréstimos, o que pode aumentar o bem-estar do político (Zimmerman, 1977; Caba Pérez *et al.*, 2014). Dessa forma, os gestores são motivados a diminuir o nível de endividamento e a fornecerem informações que facilitem a visualização dessas ações (Laswad *et al.*, 2005).

Esse resultado se justifica pelo fato de que a divulgação de informações é um meio de avaliar a responsabilidade e a eficácia dos entes municipais brasileiros, especialmente quando os níveis de endividamento são baixos, por isso favorece a divulgação de informações e o envolvimento da sociedade na gestão dos recursos públicos (Caba-Pérez *et al.*, 2014).

Essa realidade dos entes municipais brasileiros pode ser comparada à realidade das empresas privadas, uma vez que estas tendem a publicarem mais informações quando estão em uma situação de desempenho melhor, acontecendo o contrário quando se constata uma situação de dívida elevada (Caamaño-Alegre *et al.*, 2013). Imaginando outro cenário, isto é, em que os entes públicos divulgassem informações quando estivessem passando por algum tipo de dificuldade financeira, seria o mesmo que realizar uma manifestação de falta de maturidade democrática.

Entretanto, observa-se que os resultados dessa pesquisa não foram significantes quando associados à transparência passiva, o que sugere que o gestor público somente se utiliza dessa prática oportunidade ao divulgar informações de forma eletrônica e/ou imediata. Além disso, observou-se que o efeito dessa variável é diminuído pelo impacto das demais variáveis.

Deste modo, o aumento no grau de comprometimento das dívidas de um determinado ente com terceiros impacta negativamente o nível de transparência geral e de transparência ativa.

4.3.2.3 Transferências Intergovernamentais

As transferências intergovernamentais exercem influência negativa sobre a transparência pública dos municípios brasileiros. Apesar de ter encontrado um resultado significativo, este se mostrou com sinal negativo, ao contrário do que se esperava, o que levou à rejeição da hipótese H7. Esse resultado é interessante, uma vez que contrasta com boa parte da literatura (Guillamón *et al.*, 2011; Rodríguez-Bolívar *et al.*, 2013; Alcaide-Muñoz *et al.*, 2016), mas corrobora com outros estudos (Cheng, 1992; First *et al.*, 2017).

Esse resultado pode ser justificado pelo fato de que, no caso brasileiro, existem muitos recursos que são recebidos sem uma condição ou gasto pré-definido. Deste modo, o aumento no recebimento das transferências intergovernamentais estimula um aumento mais que proporcional do gasto público no ente receptor, o que se tem denominado de *flypaper effect* (Mota *et al.*, 2017), o que desestimula a arrecadação tributária local, reduz a *accountability* e a responsabilidade fiscal (Wyckoff, 1988; Strumpf, 1998).

Portanto, no caso brasileiro, ainda que a LRF tenha reforçado a atitude fiscal dos entes municipais, parece que não tem sido suficiente para o *flypaper effect*, já que os resultados dessa pesquisa observaram uma relação negativa entre o nível de transparência dos municípios e as transferências intergovernamentais.

Desse modo, tendo como base as justificativas de Guillamón *et al.* (2011), é possível sintetizar três outras justificativas para esse resultado no caso brasileiro: (1) os entes federados superiores não exigem alta transparência em troca de permitir que os governos colem e gerenciem grandes quantidades de recursos financeiros; (2) os gestores públicos estão aproveitando a ilusão fiscal ou os problemas de agência, já que os municípios estão escondendo níveis mais elevados de transferências dos cidadãos; (3) mais informações aumentariam o problema principal-agente.

Portanto, a variação positiva no recebimento de transferências de recursos da União e dos Estados não proporciona um aumento no nível de transparência, e, sim, uma diminuição, uma vez que entes municipais com mais recursos de outros entes tendem a se mostrarem menos transparentes que os demais.

4.3.2.4 Investimentos de Capital

O investimento de capital exerce influência positiva sobre a transparência pública dos municípios brasileiros. Essa evidência confirma a hipótese H8. Assim, este estudo se mostra na mesma direção da literatura internacional (Cárcaba-García & García, 2010).

Os cidadãos se mostram proativos em relação aos projetos públicos que exigem um importante esforço de investimento, já que entendem que isso irá melhorar suas condições de vida. Como exemplo, têm-se diversas situações em que são realizados projetos de investimento em ano eleitoral, uma vez que esses projetos capturam o interesse dos eleitores para que os políticos possam se manter no poder (Cárcaba-García & García, 2010).

A associação positiva se justifica tendo em vista que os *policymakers* se envolvem em projetos de investimentos significativos e, por isso, se utilizam da transparência para divulgar esse tipo de informação (Cárcaba-García & García, 2010). Entretanto, percebe-se que essa associação só é evidente quando se compara esses gastos com o nível de transparência geral e de transparência passiva. Deste modo, a variação positiva nesses gastos de investimento de capital proporciona um aumento positivo nos níveis de transparência geral e de transparência passiva.

Estabelecidas as principais discussões a respeito dos fatores financeiros-orçamentários, apresenta-se a Tabela 22, a qual demonstra a decisão tomada a respeito de cada uma das hipóteses definidas, assim como a explicação e o pressuposto teórico que justificou este resultado.

Tabela 22

Resultados das Hipóteses de Pesquisa

Variáveis	Hipótese	Decisão	Explicação	Pressuposto Teórico
Condição Financeira	H5	+ Aceita	A condição financeira está associada à credibilidade financeira das agências governamentais, assim como à capacidade do governo de atender a seus compromissos de pagamento e, por isso, os gestores públicos buscam se legitimar ao se mostrarem mais transparentes quando estão em uma situação de desempenho elevado.	Comportamento Oportunista e Legitimidade
Dívida	H6	- Aceita	Os gestores públicos divulgam mais informações quando estão com um endividamento baixo, uma vez que isso demonstra a responsabilidade e a eficácia dos entes municipais na execução da gestão pública.	Comportamento Oportunista e Legitimidade
Transferências Intergov.	H7	+ Rejeita	A não vinculação e a obrigatoriedade de aplicação dos recursos recebidos por meio de transferências intergovernamentais desestimulam a arrecadação tributária local, reduzem a <i>accountability</i> e a responsabilidade fiscal	Teoria da Ilusão Fiscal e <i>Flypaper effect</i>
Investimentos de Capital	H8	+ Aceita	Os gestores públicos desenvolvem investimentos significativos, utilizando-se da transparência para divulgar esse tipo de informação, uma vez que isso capta o interesse do eleitor.	Comportamento Oportunista e <i>Public Choice</i>

Nota: Fonte: O Autor (2018).

Os fatores políticos fornecem importantes discussões a respeito dos resultados dessa pesquisa, essa análise, então, é apresentada na seção a seguir.

4.3.3 Transparência e Fatores políticos

Esta seção apresenta os resultados relacionados à Equação 3 e 4 relacionada aos aspectos políticos e à transparência, evidenciando a discussão e as implicações da relação entre as variáveis competição política, ideologia política, coligação partidária e mandato eleitoral.

4.3.3.1 Competição Política

A competição política exerce influência positiva sobre a transparência pública dos municípios brasileiros. Essa constatação permitiu aceitar a hipótese H9. Nesse sentido, ainda que existam estudos que não se tenham comprovado a relação significativa (Smith, 2004; Laswad *et al.*, 2005; Caba-Pérez *et al.*, 2008; Serrano-Cinca *et al.*, 2009; García-Sánchez *et al.*,

2013), ou até mesmo a relação negativa desta variável em relação à transparência (Cheng, 1992; Esteller-Moré & Otero, 2012; Ríos *et al.*, 2013), a maior parte da literatura se direciona para a associação positiva (Ingram, 1984; Gandía & Archidona, 2008; Cárcaba-García & García, 2010; Gallego-Álvarez, *et al.*, 2010; Rodríguez-Bolívar *et al.*, 2013; Caba-Pérez *et al.*, 2014; Alcaide-Muñoz *et al.*, 2016), de modo que este estudo corrobora com essa literatura.

Esse resultado se mostra razoável, uma vez que considera que os políticos, muitas vezes, ignoram suas promessas feitas antes das eleições após assumirem o cargo, e, com isso, dão prioridade aos seus próprios interesses particulares, desconsiderando o bem público, já que eles têm consciência da dificuldade dos cidadãos exercerem o controle efetivo da gestão pública (Cárcaba e García, 2008; Alcaide-Muñoz *et al.*, 2016). Esse fato, entretanto, é diferente em uma situação em que existe uma competição política elevada.

A existência de rivais políticos que apresentem forte oposição ao partido no poder aumenta os custos em longo prazo desse comportamento, o que obriga os gestores públicos a justificarem suas ações (Baber, 1983; Alcaide-Muñoz *et al.*, 2016). Isso significa que os partidos contrários exigem do partido político no poder uma gestão responsável, uma vez que a oposição partidária pode avisar a sociedade de quaisquer divergências do seu programa eleitoral (Giroux, 1989; Serrano *et al.*, 2009; Alcaide Muñoz *et al.*, 2016).

O partido governante busca, portanto, manter suas promessas do momento pré-eleitoral para permanecer no cargo, mostrando que, quanto maior for a competição política, mais incentivo os gestores têm para se mostrarem transparentes (Baber, 1983; Caba-Pérez *et al.*, 2008; Gandía & Archidona, 2008; Alcaide-Muñoz *et al.*, 2016). Portanto, esse resultado demonstra que quanto maior for a fragmentação política, maior será o nível de transparência pública dos municípios brasileiros.

4.3.3.2 Ideologia Política

A ideologia política de direita exerce influência positiva sobre a transparência pública dos municípios brasileiros. Isso leva a rejeitar a hipótese H10a. Ao contrário do que se esperava, não se observou uma associação negativa, e, sim, positiva. Esse resultado contrasta com as evidências de outros estudos internacionais (Guillamón *et al.*, 2011; García-Sánchez *et al.*, 2013; Ríos *et al.*, 2013).

Esse resultado, portanto, demonstra uma realidade interessante no caso dos governos locais brasileiros, e pode se justificar pelo fato de que os partidos de direita visam a reduções orçamentárias (Ríos *et al.*, 2013) e, por isso, buscam se mostrar mais transparentes, já que

tendem a mostrar seu desempenho para toda a sociedade. Essa constatação corrobora com o fato de que a ideologia afeta a transparência, entretanto, a sua influência (positiva ou negativa) depende da natureza da informação do governo local em jogo (Piotrowski & Van Ryzin, 2007).

Já no que se refere aos municípios cujos prefeitos são de esquerda, os resultados demonstraram que a ideologia política de esquerda não exerce influência significativa sobre a transparência pública dos municípios brasileiros, o que também levou a rejeitar a hipótese *H10b*. Entretanto, essa evidência é diferente, já que este resultado indicou que o governo pertencer a partidos de esquerda é indiferente para a variação no nível de transparência.

4.3.3.3 Coligação Partidária

A coligação partidária com o presidente não exerce influência significativa sobre a transparência pública dos municípios brasileiros. Portanto, o prefeito pertencer ao mesmo partido que o do presidente é indiferente para a variação do nível de transparência dos governos locais no Brasil. Esse resultado caminha no mesmo sentido de outros estudos sobre o tema (Serrano-Cinca *et al.*, 2009; Gallego-Álvarez *et al.*, 2010; Puron-Cid & Bolívar, 2017).

Já na associação da coligação partidária com o governador, observou-se que essa variável exerce influência positiva e significativa sobre a transparência dos municípios brasileiros. Essa evidência levou à rejeição da hipótese *H11*. Esse resultado traz implicações para os próximos estudos, uma vez que traz uma constatação ainda não observada em outros estudos nacionais e internacionais.

O prefeito e o governador pertencerem ao mesmo partido aumenta o nível de estabilidade política. Essa estabilidade leva ao avanço das atividades relacionadas com o governo, e este avanço somente ocorre se o governo se mostrar transparente, caso contrário não conseguiria recursos para avançar em suas políticas (Gallego-Álvarez *et al.*, 2010).

O nível de responsabilidade e de transparência, no caso dos municípios brasileiros, depende da dimensão política, isto é, a estabilidade política e a coincidência ideológica entre o governo local e o estadual (Puron-Cid & Bolívar, 2017). Portanto, a coincidência ideológica e partidária entre o prefeito e o governador proporciona maiores níveis de transparência para os municípios brasileiros.

4.3.3.4 Mandato Eleitoral

O mandato eleitoral exerce influência negativa e significativa sobre a transparência pública dos municípios brasileiros. Essa constatação levou à rejeição da hipótese H12. Essa evidência se mostra inédita, uma vez que não se tem conhecimento de outros estudos que utilizaram essa variável para verificar o impacto sobre a transparência, trazendo, portanto, importantes contribuições para a discussão dos ciclos políticos e do comportamento oportunista dos gestores.

Observou-se que esse resultado só foi percebido nos testes realizados de forma estratificada, o que demonstra que o efeito do mandato eleitoral é diminuído quando colocado junto com outras variáveis.

A associação esperada era positiva, uma vez que os pressupostos teóricos estabeleciam que os gestores, no primeiro mandato eleitoral, proporcionam maiores retornos, por isso esses se mostrariam mais transparentes (Besley & Case, 1995). Entretanto, esse fato não é consistente com os dados desse estudo, pois tanto a Condição Financeira como a Dívida de cada município não são estatisticamente diferentes quando se compara os gestores do primeiro mandato contra aqueles que estão no seu segundo mandato.

Utilizando como referência os pressupostos teóricos de Rogoff (1990), em que os gestores se comportam de forma oportunista, de modo que estes sujeitos, em seu primeiro mandato, tenham mais incentivo para se comportar dessa forma, pode se considerar que, pela inexperiência, esses gestores não transpareceriam todas as suas ações para a sociedade, uma vez que buscariam a sua reeleição.

Esse resultado instiga outras pesquisas de modo que seja possível se aprofundar e reconhecer a realidade financeira-orçamentária de gestores no primeiro e no segundo mandato eleitoral.

Por fim, feita as considerações a respeito dos fatores políticos, demonstra-se a Tabela 23, a qual apresenta a decisão tomada a respeito de cada uma das hipóteses definidas, assim como a explicação e o pressuposto teórico que justificou este resultado.

Tabela 23

Resultados das Hipóteses de Pesquisa

Variáveis	Hipótese	Decisão	Explicação	Pressuposto Teórico
Competição Política	H9 +	Aceita	A existência de rivais políticos que apresentem forte oposição ao partido no poder aumenta os custos em longo prazo do descumprimento das promessas pré-eleitorais, o que obriga os gestores públicos a justificarem suas ações e, com isso, a se mostrarem mais transparentes.	Conflito de Agência e Assimetria da Informação
Ideologia Política	H10 -/+	Rejeita	Os partidos de direita visam a reduções orçamentárias e a uma gestão mais responsável, por isso buscam se mostrarem mais transparentes, já que tendem mostrar seu desempenho para toda a sociedade.	Comportamento Ideológico e Legitimidade
Coligação Partidária	H11 -	Rejeita	O prefeito e o governador pertencerem ao mesmo partido aumenta o nível de estabilidade política, a qual leva ao avanço das atividades relacionadas com o governo, e este avanço somente ocorre se o governo se mostrar transparente, caso contrário, não conseguiria recursos para avançar em suas políticas.	Comportamento Ideológico
Mandato Eleitoral	H12 +	Rejeita	Gestores se comportam de forma oportunista, de modo que estes sujeitos, em seu primeiro mandato, tenham mais incentivo para se comportar dessa forma.	Comportamento Oportunista e Ciclos Políticos

Nota: Fonte: O Autor (2018).

Tendo realizado todas as análises e discussão dos resultados dessa pesquisa, finaliza-se esse estudo com as considerações finais, em que se apresenta os principais resultados, implicações práticas e sociais e o valor dessa pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transparência tem se mostrado como um desafio para a reforma atual e futura da administração pública e para uma governança moderna e melhor. A transparência é considerada como um valor democrático por excelência que sustenta a confiabilidade do governo em um desempenho alto e responsável. A compreensão do conceito, determinantes e consequências se mostram úteis nos estudos que envolvem este tema.

A transparência é desejável na perspectiva econômica, visto que aumenta a eficiência na alocação de recursos e reduz os problemas entre o principal e agente, desencorajando atividades de *rent-seeking*. Dessa forma, a Teoria da Escolha Pública fornece uma compreensão das interações institucionais complexas que ocorrem dentro do setor público, uma vez que tem a premissa de que o homem é um maximizador egoísta, racional e de utilidade, o que seria evidente nos políticos que estão à frente da gestão pública.

A transparência reduz a assimetria de informação e aumenta o grau de confiança nos atores políticos, minimizando os conflitos de interesses, de modo que contribui para a adequada alocação de recursos disponíveis. Torna-se, portanto, um instrumento disponível para avaliar o agente e tomar as medidas necessárias para controlar e evitar as atividades do agente que beneficiam seus próprios interesses, e não o principal.

Esse estudo abordou um tema relativamente novo, ainda não tão aprofundado, principalmente no que se refere à avaliação da transparência, considerando os pressupostos legais e reguladores e com indicadores socioeconômicos, financeiros-orçamentários e políticos sob a ótica da Teoria da Escolha Pública. A literatura nacional sobre o tema não se aprofundou nessas pesquisas, não tendo chegado a analisar e discutir o efeito dos aspectos financeiros-orçamentários e políticos sobre a transparência pública dos governos locais.

Dessa forma, essa pesquisa se propôs a analisar a influência dos fatores socioeconômicos, financeiros-orçamentários e políticos no índice de transparência dos municípios brasileiros e, a partir dessas constatações, identificar quais determinantes podem explicar a redução da assimetria da informação, o conflito de agência e os ciclos políticos na perspectiva da Teoria da Escolha Pública.

Para tanto, esse estudo adotou o delineamento metodológico de uma pesquisa descritiva, cujos procedimentos caracterizam uma pesquisa documental, utilizando-se da abordagem quantitativa para analisar e interpretar os resultados obtidos. Dos 5.570 municípios brasileiros, foram selecionados 3.550, uma vez que os demais não continham informações disponíveis, ou

estavam com os dados preenchidos de forma incorreta. Essa amostra se mostrou significativa ao nível de 99% de significância, considerando uma margem de erro de 3%.

As variáveis independentes representam três grupos: socioeconômicas, financeiras-orçamentárias e políticas. As variáveis socioeconômicas se referem ao número de habitantes, renda *per capita*, educação e região. Já as variáveis financeiras-orçamentárias são relacionadas à condição financeira, dívida, transferências intergovernamentais e investimentos de capital. Por fim, as variáveis políticas representam a competição política, ideologia política, coligação partidária e o mandato eleitoral.

Entre os procedimentos de análises, realizou-se a análise descritiva, teste de diferença de médias, teste de correlação e regressão. Utilizou-se da técnica de análise multivariada, mais especificamente o método de regressão linear múltipla por meio do método dos mínimos quadrados ordinários (MQO). Tendo em vista que as variáveis testadas se referem a diferentes municípios em um único período, utilizou-se a técnica de dados de seção transversal (*cross-section*). Para tanto, os softwares *Microsoft Excel*, *SPSS statistics* e o *STATA* foram fundamentais para o desenvolvimento desse trabalho.

Os resultados dessa pesquisa demonstraram que existe uma baixa aderência no atendimento das obrigações de transparência geral, de transparência ativa e de transparência passiva. Os diferentes municípios analisados permitiram observar distintos contextos socioeconômicos, financeiros-orçamentários e políticos, o que se mostrou significativo na análise dos resultados e permitiu obter diferentes conclusões.

As regiões Norte e Nordeste foram as que apresentaram os menores índices de transparência ativa, o que demonstra que descumprem com as exigências de disponibilização de informações de forma imediata a toda a sociedade. Já no que se refere à transparência passiva, as regiões Sudeste e Nordeste foram as que apresentaram os menores índices. A região Sul se destacou em todas as avaliações, tendo se mostrado a mais transparente, mostrando cumprir mais de 70% das exigências de transparência ativa e passiva. Esses resultados foram corroborados com os Testes de *Mann-Whitney* e de *Kruskal-Wallis*, observando-se, portanto, uma distinção significativa dos níveis de transparência entre as regiões geográficas brasileiras.

Os municípios liderados por prefeitos cujo partido é de esquerda e de centro demonstraram aderência menor ao cumprimento das exigências de transparência ativa e transparência passiva. No caso brasileiro, portanto, os partidos de direita se mostram mais transparentes que os demais, essa diferença é significativa, comprovada pelos Testes de *Mann-Whitney* e *Kruskal-Wallis*, com exceção dos resultados relacionados à transparência passiva.

Deste modo, essa evidência demonstra uma característica diferente dos governos locais brasileiros em comparação a outros estudos já realizados em outros países e governos. Esse comportamento pode ser justificado pelo fato de que os gestores políticos escolhem a informação que transparecem como uma forma de alcançar seus objetivos.

Quanto aos resultados relacionados à coligação partidária, observou-se que 411 municípios são liderados por prefeitos que são da mesma coligação partidária que do presidente, enquanto 668 municípios são liderados por prefeitos de mesma coligação dos governadores. Entretanto, somente quando o prefeito e o governador pertencem ao mesmo partido é que existe diferença estatisticamente significativa, isto é, impacta os níveis de transparência, sendo estatisticamente diferente dos municípios em que não existe essa coligação.

Da amostra deste estudo, 2.856 municípios eram liderados por prefeitos que exerciam o primeiro mandato eleitoral, conseqüentemente, em 694 municípios, o segundo mandato. Observou-se que os gestores que estão no primeiro mandato apresentam índice de transparência geral, de transparência ativa e de transparência passiva inferior aos gestores que exercem seu segundo mandato. Esse resultado é estatisticamente diferente quando comparado os gestores em primeiro mandato eleitoral *versus* os gestores em segundo mandato eleitoral, com exceção dos resultados relacionados à transparência passiva.

Diversos resultados foram obtidos com a regressão linear múltipla, esses tendo sido corroborados com a análise descritiva realizada, dando robustez e confiabilidade à pesquisa. Os aspectos socioeconômicos, financeiros-orçamentários e políticos forneceram importantes evidências, o que permitiu a análise e a discussão desses resultados.

Os resultados demonstraram que o número de habitantes exerce influência positiva sobre a transparência pública dos municípios brasileiros, o que confirma a hipótese *H1*. Os conflitos de interesses são mais prováveis de acontecer em municípios maiores, sendo a assimetria de informação ainda maior nesses municípios. A transparência, portanto, se mostra como uma ferramenta para diminuir os custos de agência e a assimetria de informação, uma vez que essa avalia o desempenho dos gestores públicos. O tamanho populacional capta a complexidade da administração pública e do governo, o que justifica o fato de que, nesses municípios, esses são mais propensos a adotarem atividades do governo eletrônico, como a transparência ativa.

A renda municipal exerce influência positiva sobre a transparência pública dos municípios brasileiros, confirmando a hipótese *H2*. Com o aumento da renda municipal, a população exige um melhor serviço público e mais informações para confirmar a boa aplicação dos recursos públicos. Portanto, a variação positiva nos níveis de renda per capita municipal

impactam positivamente a variação no nível de transparência geral, transparência ativa e transparência passiva.

O nível de desenvolvimento educacional exerce influência positiva sobre a transparência pública dos municípios brasileiros. Essa constatação permite aceitar a hipótese H3. Isso demonstra que uma população bem-educada exige mais informações. O uso dos mecanismos de transparência somente se torna possível caso o nível de educação seja suficiente, de modo que entes indivíduos possam examinar e avaliar a qualidade da informação disponível. Portanto, a variação positiva nos níveis de desempenho educacional de um município proporciona a variação também positiva no nível de transparência geral e de transparência ativa.

A região exerce influência positiva sobre a transparência pública dos municípios brasileiros, confirmando a hipótese H4. As regiões geográficas brasileiras agregam diferentes características socioeconômicas, o que justifica se mostrarem como um determinante do nível de transparência. A distinção entre as regiões proporciona uma variação positiva no nível de transparência pública dos municípios.

A condição financeira municipal exerce influência positiva sobre a transparência pública dos municípios brasileiros, o que ratifica a hipótese H5. O desempenho está associado à credibilidade financeira e à capacidade do governo de atender a seus compromissos de pagamento, por isso os gestores públicos são encorajados a divulgarem informações como um mecanismo para permitir que suas ações sejam monitoradas. Portanto, a variação positiva na capacidade do órgão público em manter suas despesas correntes, por meio das respectivas receitas correntes para o mesmo período, proporciona um aumento positivo nos níveis de transparência.

A dívida municipal exerce influência negativa sobre a transparência pública dos municípios brasileiros, essa constatação está em linha com a *hipótese H6*. Os gestores são motivados a diminuir o nível de endividamento e a fornecer informação que permita a visualização dessas ações, uma vez que essa divulgação é um meio de avaliar a responsabilidade e a eficácia dos entes municipais, caso contrário, poderia até demonstrar uma falta de maturidade democrática.

Ao contrário do que se esperava, as transferências intergovernamentais demonstraram exercer influência negativa sobre a transparência pública dos municípios brasileiros, o que não permitiu aceitar a hipótese H7. No Brasil, existem muitos recursos que são transferidos sem uma condição ou gasto pré-definido, o que faz com que o aumento desses recebimentos estimule o aumento mais que proporcional do gasto público no ente receptor, o que se tem

denominado de *flypaper effect*, desestimulando a arrecadação tributária local, reduzindo a *accountability* e a responsabilidade fiscal.

A variação positiva nos gastos de investimento de capital proporciona um aumento positivo nos níveis de transparência geral e de transparência passiva, confirmando a hipótese H8. Os cidadãos são interessados em relação ao desenvolvimento de projetos públicos que exigem um importante investimento, já que entendem que isso irá melhorar suas condições de vida. Deste modo, a associação positiva entre essas variáveis se justifica pelo fato de que os *policymakers* se envolvem em projetos de investimento significados, e utilizam a transparência para que os cidadãos possam visualizar esse tipo de informação.

A competição política exerce influência positiva sobre a transparência pública dos municípios brasileiros, confirmando a hipótese H9. Os políticos, muitas vezes, ignoram suas promessas pré-eleitorais após assumirem o cargo, uma vez que reconhecem a dificuldade dos cidadãos em exercerem o seu controle. Entretanto, quando a fragmentação política é elevada, existindo uma oposição política forte, aumenta os custos dos políticos no descumprimento de suas promessas, o que obriga esses sujeitos a justificarem suas ações e torná-las transparentes.

Ao contrário da ideologia política de esquerda que se mostrou indiferente à variação dos níveis de transparência, a ideologia política de direita exerce influência positiva sobre a transparência pública dos municípios brasileiros. Essas constatações levam à rejeição das hipóteses H10a e H10b. Os partidos de direita visam a reduções orçamentárias e a uma gestão mais responsável, por isso buscam se mostrarem mais transparentes, já que intencionam divulgar seu desempenho para toda a sociedade.

A coligação partidária com o presidente não exerce influência significativa sobre a transparência pública dos municípios brasileiros, rejeitando-se a hipótese H11. Mas, no que se refere à associação da coligação partidária com governo, observou-se que essa variável exerce influência positiva sobre a transparência dos municípios brasileiros, ao contrário do que se era esperado, levando também à rejeição da hipótese H11. A estabilidade política proporcionada pelo alinhamento ideológico do prefeito e do governador proporciona um aumento na transparência, uma vez que somente assim os municípios brasileiros conseguiriam avançar nas suas atividades e obter recursos para isso.

Por fim, a variável mandato eleitoral demonstrou exercer influência negativa sobre a transparência pública dos municípios brasileiros, demonstrando-se contrária ao sinal positivo esperado, por isso levou à rejeição da hipótese H12. Ainda assim, o efeito negativo é diminuído pela sobreposição das demais variáveis deste estudo. Os gestores se comportam de forma oportunista, de modo que esses políticos, em seu primeiro mandato, tenham mais incentivos

para se comportarem dessa forma. Dessa forma, a inexperiência desses gestores justificaria o fato de que eles se mostrariam menos transparentes em suas ações, já que buscam a reeleição no próximo mandato.

Portanto, observa-se que a transparência pública dos governos locais brasileiros é estreitamente relacionada a aspectos socioeconômicos, financeiros-orçamentários e políticos, o que demonstra o uso da transparência para diminuir os custos de agência, a assimetria de informação, para maximizar o interesse particular do gestor e dar legitimidade, mostrando-se um comportamento um tanto oportunista como ideológico, em que a Teoria da Escolha Pública é fundamental para dar explicações a esses resultados, assim como a seus respectivos desmembramentos: Teoria da Agência, Teoria dos Ciclos Políticos e Teoria da Ilusão Fiscal.

Quanto aos resultados dessa pesquisa, espera-se contribuir com o tema trazendo importantes evidências empíricas sobre os determinantes da transparência no caso dos governos locais brasileiros. A robustez estatística e o aprofundamento teórico adequado permitirão que os próximos estudos tomem como referência os resultados desse trabalho. Além de entender quais são os determinantes da transparência pública, se mostra importante entender o porquê que isso ocorre.

Ainda, esse trabalho se mostra relevante tanto para a pesquisa contábil como para a própria área científica, uma vez que busca entender a realidade dos municípios por meio de uma abordagem científica adequada em que se utilizam variáveis socioeconômicas, financeiras-orçamentárias e políticas, de modo que torna possível explicar os possíveis motivos das relações encontradas.

Essa pesquisa também se diferencia das demais, pois foi realizada após a publicação Lei nº 12.527/2011, a qual regulamenta e torna obrigatória a transparência nos entes públicos brasileiros. Outro diferencial é o fato de que os efeitos dos fatores financeiros-orçamentários e políticos na transparência ativa e passiva foram observados, o que até então não era observado no caso dos municípios brasileiros. O aprofundamento teórico e das evidências empíricas tornam um diferencial dessa pesquisa, o que permitiu a discussão dos principais resultados obtidos.

As respostas para o problema dessa pesquisa justificam a relevância deste trabalho no contexto de hoje, pois fortalece a nova cultura que a LAI busca criar, entendendo a realidade e como funciona o pensamento do gestor público frente à divulgação de informações à sociedade em geral.

Por fim, espera-se que o desenvolvimento dessa pesquisa agregue para a própria teoria, pois buscou observar os diversos pressupostos teóricos que ela estabelece, tendo uma

abrangência que até o momento ainda não foi observada. Como contribuição e implicação prática, espera-se que a sociedade se conscientize e fortaleça o controle social.

Entre as limitações dessa pesquisa tem-se o próprio número de municípios selecionados, uma vez que, pela grande quantidade, alguns dados podem ter sido coletados com alguma inconsistência na origem, mas com o cuidado e o tratamento estatístico adequado, buscou-se evitar esse tipo de distorção. Outros métodos também poderiam ser aplicados no desenvolvimento desse estudo, tanto quantitativos como qualitativos, a análise dessa pesquisa restringiu-se aos testes propostos.

Para futuras pesquisas, sugere-se o aprofundamento nos resultados relacionados aos aspectos políticos, uma vez que se mostra necessário entender melhor como essa realidade pode estar associada ao comportamento do gestor frente aos diferentes níveis de transparência. Outras pesquisas poderiam analisar governos locais, estaduais, federais, até mesmo em diferentes países. Por último, também se sugere verificar a existência de variáveis moderadoras e/ou mediadores quando relacionadas à transparência pública dos governos.

REFERÊNCIAS

- Akutsu, L., & Pinho, J. A. (2002). Sociedade da informação, accountability e democracia delegativa: investigação em portais de governo no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 36(5), 723-745.
- Albuquerque, J. H., Andrade, C. S. D., Monteiro, G. B., & Ribeiro, J. C. (2007). Um estudo sob a óptica da teoria do agenciamento sobre a accountability e a relação Estado-sociedade. *Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*, São Paulo, SP, Brasil, 7.
- Alcaide-Muñoz, L. A., Bolívar, M. P. R., & Hernández, A. M. L. (2016). Transparency in governments: a meta-analytic review of incentives for digital versus hard-copy public financial disclosures. *The American Review of Public Administration*, 47(5), 550-573.
- Alcaraz-Quiles, F. J., Galera, A. N., & Rodríguez, D. O. (2015). Factors determining online sustainability reporting by local governments. *International Review of Administrative Sciences*, 81(1), 79-109.
- Alesina, A., & Perotti, R. (1996). Income distribution, political instability, and investment. *European economic review*, 40(6), 1203-1228.
- Alesina, A., & Roubini, N. (1992). Political cycles in OECD economies. *The Review of Economic Studies*, 59(4), 663-688.
- Alesina, A., Roubini, N., & Cohen, G. D. (1997). *Political cycles and the macroeconomy*. Massachusetts: MIT press.
- Alt, J. E., & Lassen, D. D. (2006). Fiscal transparency, political parties, and debt in OECD countries. *European Economic Review*, 50(6), 1403-1439.
- Alt, J. E., Lassen, D. D., & Rose, S. (2006). The causes of fiscal transparency: evidence from the US states. *IMF Staff papers*, (6), 30-57.
- Altman, M., MacDonald, K., & McDonald, M. (2005). From crayons to computers: The evolution of computer use in redistricting. *Social Science Computer Review*, 23(3), 334-346.
- Ames, B. (1987). *Political Survival – Politicians and Public Policy in Latin America*. Berkley: University of California Press.
- Araujo, J. F. F. E. D., & Tejedó-Romero, F. (2016). Local government transparency index: determinants of municipalities' rankings. *International Journal of Public Sector Management*, 29(4), 327-347.
- Arrow, K. J. (1950). A difficulty in the concept of social welfare. *Journal of political economy*, 58(4), 328-346.
- Arrow, K. J. (1985). *Principals and agents: the structure of business*. Cambridge: Harvard Business School Press.

- Arrow, K. J. (1951). *Social Choice and Individual Values*. New York: John Wiley and Sons.
- Baber, W. R. (1983). Toward understanding the role of auditing in the public sector. *Journal of Accounting and Economics*, 5, 213-227.
- Bac, M. (2001). Corruption, connections and transparency: Does a better screen imply a better scene?. *Public Choice*, 107(2), 87-96.
- Bairral, M. A. C., Silva, A. H. C., & Alves, F. J. S. (2015). Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010. *Revista de Administração Pública*, 49(3), 643-675.
- Bairral, M. A. D. C., Ferreira, M. C., & Bairral, L. F. (2013). a assimetria informacional e os pareceres prévios de auditoria dos Tribunais de Contas Estaduais: uma abordagem reflexiva. *Pensar Contábil*, 14(55), p. 14-23.
- Baldissera, J. F., Fiirst, C., Defaveri, I. R., & Folador, E. L. Transparência na gestão pública: aplicação da LAI no município de Cascavel sob a abordagem da Teoria Contingencial. *Revista Competitividade e Sustentabilidade*, 4(1), 47-62.
- Bannister, F., & Connolly, R. (2011). The trouble with transparency: a critical review of openness in e-government. *Policy & Internet*, 3(1), 1-30.
- Baumol, W. J. (1996). Entrepreneurship: Productive, unproductive, and destructive. *Journal of Business Venturing*, 11(1), 3-22.
- Becker, G. S. (1968). Crime and Punishment: An Economic Approach. *Journal of Political Economy*, 76(2), 169-217.
- Beierle, T. C. (1999). Using social goals to evaluate public participation in environmental decisions. *Review of Policy Research*, 16(4), 75-103.
- Bellver, A. & Kaufmann, D. (2005). Transparenting Transparency: Initial Empirics and Policy Applications. *The World Bank Research Paper*, (8), 1-19.
- Bernabel, R. T. (2009). *Teoria da escolha pública: uma introdução crítica*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Besley, T., & Burgess, R. (2002). The political economy of government responsiveness: Theory and evidence from India. *The Quarterly Journal of Economics*, 117(4), 1415-1451.
- Besley, T., & Case, A. (1995). Does electoral accountability affect economic policy choices? Evidence from gubernatorial term limits. *The Quarterly Journal of Economics*, 110(3), 769-798.
- Besley, T., & Smart, M. (2007). Fiscal restraints and voter welfare. *Journal of public Economics*, 91(3), 755-773.

- Bingham, L. B., Nabatchi, T., & O'Leary, R. (2005). The new governance: Practices and processes for stakeholder and citizen participation in the work of government. *Public administration review*, 65(5), 547-558.
- Black, D. (1948a). On the rationale of group decision-making. *Journal of political economy*, 56(1), 23-34.
- Black, D. (1948b). The decisions of a committee using a special majority. *Econometrica: Journal of the Econometric Society*, 245-261.
- Black, J. (1997). Transparent Policy Measures. In J. Black (Ed.), *Oxford Dictionary of Economics* (pp. 124-126). Oxford: Oxford University Press.
- Blanton, T. (2002). The openness revolution: The rise of a global movement for freedom of information. *Development dialogue*, 1(2002), 7-21.
- Boettke, P., & Leeson, P. (2004). An 'Austrian' perspective on public choice. In C. Rowley (Ed.), *The encyclopedia of public choice* (pp. 351-356). New York: Springer US.
- Borda, J. C. (1781). *Memoire sur les Elections au Scrutin*. Paris: Histoire de l'Academie Royale des Sciences.
- Borges, A. (2001). Democracy and efficiency: the public choice theory. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (53), 159-179.
- Borsani, H. (2004). Relações entre política e economia: teoria da escolha pública. In: P. R. Arvate, C. Biderman (Eds.), *Economia do setor público no Brasil* (pp. 48-69). Rio de Janeiro: Elsevier.
- Brandt, U. S., & Svendsen, G. T. (2006). Bureaucrats at sea: a budget catch model. *Journal of European Public Policy*, 13(3), 329-340.
- Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal.
- Brusca, I., & Montesinos, V. (2006). Are citizens significant users of government financial information?. *Public Money and Management*, 26(4), 205-209.
- Buchanan, J. M. (1949). The pure theory of government finance: A suggested approach. *Journal of Political Economy*, 57(6), 496-505.
- Buchanan, J. M. (1980). De las preferencias privadas a una filosofía del sector público. *Estudios Públicos*, 1, 202-218.
- Buchanan, J. M. (1984). *The theory of public choice - II*. Michigan: University of Michigan Press.
- Buchanan, J. M., & Tullock, G. (1962). *The calculus of consent: Logical foundations of constitutional democracy*. Michigan: University of Michigan Press.

- Caamaño-Alegre, J., Peñas, S. L., Santias, F. R., & Boubeta, A. S. (2013). Budget transparency in local governments: an empirical analysis. *Local Government Studies*, 39(2), 182-207.
- Caba Pérez, C., Bolívar, M. R., & Hernández, A. M. H. (2008). e-Government process and incentives for online public financial information. *Online Information Review*, 32(3), 379-400.
- Caba Perez, M., Bolívar, M. R., & Hernández, A. L. (2014). The Determinants Of Government Financial Reports Online. *Transylvanian Review Of Administrative Sciences*, 10(42), 5-31.
- Calderón, C., & Chong, A. (2006). Do Democracies Breed Rent-seeking Behavior?. *The Journal of Policy Reform*, 9(4), 247-260.
- Campello, C. A. G. B. (2003). *Eficiência municipal: um estudo no estado de São Paulo*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Cárcaba-García, A. I., & García, J. G. (2010). Determinants of online reporting of accounting information by Spanish local government authorities. *Local Government Studies*, 36(5), 679-695.
- Carpenter, V. L., & Feroz, E. H. (2001). Institutional theory and accounting rule choice: an analysis of four US state governments' decisions to adopt generally accepted accounting principles. *Accounting, organizations and society*, 26(7), 565-596.
- Castro, L. A. D. O. (2015). *A teoria da escolha pública aplicada às políticas públicas de transporte urbano na Região Metropolitana do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.
- Catt, H., & Murphy, M. (2003). What voice for the people? Categorising methods of public consultation. *Australian journal of political science*, 38(3), 407-421.
- Cheng, R. H. (1992). An empirical analysis of theories on factors influencing state government accounting disclosure. *Journal of Accounting and Public Policy*, 11(1), 1-42.
- Clegg, S. R., Hardy, C., & Nord, W. R. (1996). *Handbook of organization studies*. Ohio: SAGE Publications.
- Condorcet, M. D. (1785). *Essay on the Application of Analysis to the Probability of Majority Decisions*. Paris: Imprimerie Royale.
- Cooper, T. L. (2004). Big questions in administrative ethics: A need for focused, collaborative effort. *Public administration review*, 64(4), 395-407.
- Costa, G. P. C. L. (2011). *A escolha pública no orçamento federal: Uma análise a partir dos indicadores dos programas finalísticos*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

- Costa, G. P. C. L., Freire, F. S., Gartner, I. R., & Clemente, A. (2013). As escolhas públicas orçamentárias federais no PPA 2008-2011: uma análise da perspectiva do modelo principal-agente. *Revista de Administração Pública*, 47(5), 1089-1116.
- Cross, H. L. (1953). *The people's right to know: Legal access to public records and proceedings*. Columbia: Columbia University Press.
- Cruz, C. F. (2010). *Transparência da gestão pública municipal: referenciais teóricos e a situação dos grandes municípios brasileiros*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Cruz, N. F., Tavares, A. F., Marques, R. C., Jorge, S., & de Sousa, L. (2016). Measuring local government transparency. *Public Management Review*, 18(6), 866-893.
- Cucciniello, M., & Nasi, G. (2014). Transparency for trust in government: How effective is formal transparency?. *International Journal of Public Administration*, 37(13), 911-921.
- Darbishire, H., Carson, T., & Humphreys, S. (2006). *Transparency & silence: A survey of access to information laws and practices in 14 countries*. New York: Open Society Institute.
- Davis, J. (1998). Access to and Transmission of Information: Position of the Media. *Openness and transparency in the European Union*, (5), 121-126.
- Den Boer, M. G. W., Deckmyn, V., & Thomson, I. (1998). Steamy windows: Transparency and openness in justice and home affairs. In V. Deckmyn (Ed.), *Openness and Transparency in the European Union* (91-105). London: Business and Executive Press.
- Downs, A. (1957). An economic theory of political action in a democracy. *Journal of Political Economy*, 65(2), 135-150.
- Drazen, A. (2001). The political business cycle after 25 years. *NBER Macroeconomics Annual*, 15, 75-138.
- Eisenhardt, K. M. (1985). Control: Organizational and economic approaches. *Management science*, 31(2), 134-149.
- Eisenhardt, K. M. (1989). Agency theory: An assessment and review. *Academy of management review*, 14(1), 57-74.
- Esteller-Moré, A., & Otero, J. P. (2012). Fiscal Transparency: (Why) does your local government respond?. *Public Management Review*, 14(8), 1153-1173.
- Etzioni, A. (2010). Is transparency the best disinfectant?. *Journal of Political Philosophy*, 18(4), 389-404.
- Fachin, O. (2002). *Fundamentos de metodologia*. São Paulo: Saraiva.
- Fávero, L. P., Belfiore, P., Silva, F. D., & Chan, B. L. (2009). *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*. Rio de Janeiro: Elsevier.

- Feroz, E. H., Carpenter, V. L., & Cheng, R. H. (2007). Toward An Empirical Institutional Governance Theory. *Corporate Ownership and Control*, 4(4), 30-46.
- Fiani, R. (2002). Teoria dos custos de transação. In D. Kupfler & L. Hasenclever(Org.). *Economia industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil* (pp. 267-286). Rio de Janeiro: Elsevier.
- Fiirst, C., Costa, J. S., Baldisseram J. F., Asta, D. A. (2017). A influência de variáveis socioeconômicas e contábeis no índice de transparência eletrônica dos maiores municípios brasileiros, após a lei de acesso à informação. *Anais do Congresso Anpcont*, Belo Horizonte, MG, Brasil, 11.
- Gallego-Álvarez, I., Domínguez, L. R., & García-Sánchez, I. M. (2010). Are determining factors of municipal E-government common to a worldwide municipal view? An intra-country comparison. *Government Information Quarterly*, 27(4), 423-430.
- Gandía, J. L., & Archidona, M. C. (2008). Determinants of web site information by Spanish city councils. *Online Information Review*, 32(1), 35-57.
- Gant, D. B., & Gant, J. P. (2002). *Enhancing e-service delivery e-government series, state web portals: delivering and financing e-service*. Princeton: Pricewaterhouse Coopers Endowment.
- García-Sánchez, I. M., Aceituno, J. V. F., & Domínguez, L. R. (2013). Determinants of corporate social disclosure in Spanish local governments. *Journal of Cleaner Production*, 39, 60-72.
- García-Tabuyo, M., Sáez-Martín, A., & Caba-Pérez, M. D. C. (2015). Mandatory versus voluntary disclosures: Drivers of proactive information provision by local governments in Central America. *Information Development*, 32(4), 1199-1215.
- Gavazza, A., & Lizzeri, A. (2009). Transparency and economic policy. *The Review of Economic Studies*, 76(3), 1023-1048.
- Gil, A. C. (2008). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Giroux, G. (1989). Political interests and governmental accounting disclosure. *Journal of Accounting and Public Policy*, 8(3), 199-217.
- Giroux, G., & Deis, D. (1993). Investor interests and government accounting disclosure. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 6(1), 63-78.
- Gore, A. K. (2004). The effects of GAAP regulation and bond market interaction on local government disclosure. *Journal of Accounting and Public Policy*, 23(1), 23-52.
- Grier, K. (2008). US presidential elections and real GDP growth, 1961–2004. *Public Choice*, 135(3), 337-352.

- Grigorescu, A. (2003). International Organizations and Government Transparency: Linking the International and Domestic Realms. *International Studies Quarterly*, 47(4), 643-667.
- Grimmelikhuijsen, S. G., & Welch, E. W. (2012). Developing and testing a theoretical framework for computer-mediated transparency of local governments. *Public administration review*, 72(4), 562-571.
- Guillamón, M. D., Bastida, F., & Benito, B. (2011). The determinants of local government's financial transparency. *Local Government Studies*, 37(4), 391-406.
- Guillamón, M. D., Bastida, F., & Benito, B. (2013). The electoral budget cycle on municipal police expenditure. *European Journal of Law and Economics*, 36(3), 447-469.
- Guillamón, M. D., Ríos, A. M., Gesuele, B., & Metallo, C. (2016). Factors influencing social media use in local governments: The case of Italy and Spain. *Government Information Quarterly*, 33(3), 460-471.
- Hair Junior, J. F., Black, W. C., Babin, B., Anderson, R. E., & Tathan, R. L. (2005). *Análise Multivariada de Dados*. Bookman: Porto Alegre.
- Halstuk, M. (2008). Freedom of information. *The International Encyclopedia of Communications*, 3, 1890-1891.
- Heald, D. (2003). Fiscal transparency: Concepts, measurement and UK practice. *Public administration*, 81(4), 723-759.
- Heald, D. (2006). Varieties of transparency. In C. Hood & D. Heald (Eds.), *Transparency. The key to better governance* (pp. 25-43). New York: Oxford University Press.
- Herawaty, M., & Hoque, Z. (2007). Disclosure in the annual reports of Australian government departments: a research note. *Journal of Accounting & Organizational Change*, 3(2), 147-168.
- Herzog, B. (2017). Does transparency mitigate the political budget cycle?. *Journal of Economic Studies*, 44(5), 666-689.
- Hibbs, D. A. (1977). Political parties and macroeconomic policy. *American political science review*, 71(4), 1467-1487.
- Hill, C., Judge, G. C., Griffiths, W. E. *Econometria*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- Holmström, B. (1979). Moral hazard and observability. *The Bell journal of economics*, 10(1), 74-91.
- Hood, C. (2006). *Transparency in historical perspective*. New York: Oxford University Press.
- Hood, C., & Heald, D. (2006). *Transparency: The key to better governance?*. New York: Oxford University Press.

- Ingram, R. W. (1984). Economic incentives and the choice of state government accounting practices. *Journal of Accounting Research*, 22(1), 126-144.
- Innes, J. E., & Booher, D. E. (2004). Reframing public participation: strategies for the 21st century. *Planning theory & practice*, 5(4), 419-436.
- Irvin, R. A., & Stansbury, J. (2004). Citizen participation in decision making: Is it worth the effort?. *Public administration review*, 64(1), 55-65.
- Islam, R., 2006. Do more transparent governments govern better? *Economics and Politics*, 18 (2), 121–167.
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of financial economics*, 3(4), 305-360.
- Jiménez, L. M. L. (2008). Efectividad de los procedimientos de participación ciudadana establecidos por la Ley 152 de 1994 en la discusión de los planes de desarrollo: un análisis desde la teoría de la elección pública. *Contexto — Revista de Derecho y Economía*, 29, 93-123.
- Justice, J. B., Melitski, J., & Smith, D. L. (2006). E-government as an instrument of fiscal accountability and responsiveness: Do the best practitioners employ the best practices?. *The American Review of Public Administration*, 36(3), 301-322.
- Kaufmann, D., & Kraay, A. (2002). Growth without governance. *Policy Research Working Paper*, (2928), 31-59.
- Keerasuntonpong, P., Dunstan, K., & Khanna, B. (2015). Factors influencing disclosures of statements of service performance of New Zealand local authorities. *Pacific Accounting Review*, 27(3), 304-328.
- King, C. S., Feltey, K. M., & Susel, B. O. N. (1998). The question of participation: Toward authentic public participation in public administration. *Public administration review*, 58(4), 317-326.
- Kjaer, A. M. (2004). *Governance: key concepts*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Klein, F. A., & Sakurai, S. N. (2015). Term limits and political budget cycles at the local level: evidence from a young democracy. *European Journal of Political Economy*, 37, 21-36.
- Kolstad, I., & Wiig, A. (2009). Is transparency the key to reducing corruption in resource-rich countries?. *World development*, 37(3), 521-532.
- Kopits, M. G., & Craig, M. J. (1998). *Transparency in government operations*. Washington: International Monetary Fund.
- La Porte, T. M., Demchak, C. C., & De Jong, M. (2002). Democracy and bureaucracy in the age of the web: empirical findings and theoretical speculations. *Administration & Society*, 34(4), 411-446.

- Laakso, M. & Taagepera, R. (1979). 'Effective' Number of Parties: A Measure with Application to West Europe. *Comparative Political Studies*, 12(1), 3-27.
- Lane, J. E. (2005). *Public administration and public management: the principal-agent perspective*. New York: Taylor & Francis.
- Laswad, F., Fisher, R., & Oyelere, P. (2005). Determinants of voluntary Internet financial reporting by local government authorities. *Journal of Accounting and Public Policy*, 24(2), 101-121.
- Lindstedt, C., & Naurin, D. (2010). Transparency is not enough: Making transparency effective in reducing corruption. *International political science review*, 31(3), 301-322.
- Liu, Y., & Shrum, L. J. (2002). What is interactivity and is it always such a good thing? Implications of definition, person, and situation for the influence of interactivity on advertising effectiveness. *Journal of advertising*, 31(4), 53-64.
- Loureiro, M., Teixeira, M., & Prado, O. (2008). Construção de instituições democráticas no Brasil contemporâneo: transparência das contas públicas. *Revista Organização & Sociedade*, 15(47), 107-119.
- Lourençon, C. (2001). *O orçamento municipal como elo de ligação entre o planejamento operacional e as finanças*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- Lowatcharin, G., & Menifield, C. E. (2015). Determinants of Internet-enabled transparency at the local level: A study of Midwestern county web sites. *State and Local Government Review*, 47(2), 102-115.
- Macedo, J. J., & Corbari, E. C. (2009). Efeitos da lei de responsabilidade fiscal no endividamento dos municípios brasileiros: uma análise de dados em painéis. *Revista Contabilidade & Finanças*, 20(51), 44-60.
- Mack, J., & Ryan, C. (2006). Reflections on the theoretical underpinnings of the general-purpose financial reports of Australian government departments. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 19(4), 592-612.
- MacRae, C. D. (1977). A political model of the business cycle. *Journal of political economy*, 85(2), 239-263.
- Martani, D., & Lestiani, A. (2012). Disclosure in local government financial statements: the case of Indonesia. *Global Review of Accounting and Finance*, 3(1), 67-84.
- Mauro, P. (1995). Corruption and growth. *The quarterly journal of economics*, 110(3), 681-712.
- McCallum, B. T. (1978). The political business cycle: An empirical test. *Southern Economic Journal*, 504-515.

- Meijer, A. (2009). Understanding modern transparency. *International Review of Administrative Sciences*, 75(2), 255-269.
- Meijer, A. (2013). Understanding the complex dynamics of transparency. *Public Administration Review*, 73(3), 429-439.
- Meijer, A. (2015). Government transparency in historical perspective: from the ancient regime to open data in the Netherlands. *International Journal of Public Administration*, 38(3), 189-199.
- Mello, G. R. (2009). *Estudo das práticas de governança eletrônica: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão dos estados brasileiros*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Mendonça, R. L. (2014). *Gestão pública e eficiência nos gastos com educação: evidências a partir do estado do Pará*. Dissertação de Mestrado, Universidade da Amazônia, Belém, PA, Brasil.
- Méon, P. G., & Weill, L. (2005). Does better governance foster efficiency? An aggregate frontier analysis. *Economics of Governance*, 6(1), 75-90.
- Michener, G., & Bersch, K. (2011). Conceptualizing the quality of transparency. *Political Concepts*, 49, 1-27.
- Milesi-Ferretti, G. M. (2004). Good, bad or ugly? On the effects of fiscal rules with creative accounting. *Journal of Public Economics*, 88(1), 377-394.
- Miller, G. J. (2005). The political evolution of principal-agent models. *Annual Reviews Political Science*, 8, 203-225.
- Moser, C. (2001). *How Open Is "Open as Possible"? Three Different Approaches to Transparency and Openness in Regulating Access to EU Documents*. Washington: Institute for Advanced Studies.
- Mota, B. F., Diniz, J. A., & Santos, L. C. (2017). A Estrutura Orçamentária como Determinante do Nível de Transparência Fiscal. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 20(2), 293-313.
- Mueller, D. C. (1976). Public choice: A survey. *Journal of Economic Literature*, 14(2), 395-433.
- Mueller, D. C. (2004). Public choice: an introduction. In C. K. Rowley (Ed.), *The encyclopedia of public choice* (pp. 32-48). New York: Springer US.
- Murillo, M. J. (2015). Evaluating the role of online data availability: The case of economic and institutional transparency in sixteen Latin American nations. *International Political Science Review*, 36(1), 42-59.
- Murphy, K. M., Shleifer, A., & Vishny, R. W. (1991). The allocation of talent: Implications for growth. *The quarterly journal of economics*, 106(2), 503-530.

- Niskanen, W. A. (1971). *Bureaucracy and representative government*. New Jersey: Transaction Publishers.
- Nordhaus, W. D. (1975). The political business cycle. *The review of economic studies*, 42(2), 169-190.
- Nordhaus, W. D., Alesina, A., & Schultze, C. L. (1989). Alternative approaches to the political business cycle. *Brookings papers on economic activity*, 1989(2), 1-68.
- Oliveira, C. B., & Fontes Filho, J. R. (2017). Problemas de agência no setor público: o papel dos intermediadores da relação entre poder central e unidades executoras. *Revista de Administração Pública-RAP*, 51(4), 596-615.
- Oliver, R. W. (2004). *What Is Transparency?*. New York: McGraw-Hill.
- Olson, M. (1982). *The rise and decline of nations: economic growth and stagflation and social rigidities*. Yale: Yale University Press.
- Olson, M., Sarna, N., & Swamy, A. V. (2000). Governance and growth: A simple hypothesis explaining cross-country differences in productivity growth. *Public Choice*, 102(4), 341-364.
- Paiva, C. P. R. & Zuccolotto, R. (2009). Índice de transparência fiscal das contas públicas dos municípios obtidos em meios eletrônicos de acesso público. *Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, São Paulo, SP, Brasil, 33.
- Patten, D. M. (1992). Intra-industry environmental disclosures in response to the Alaskan oil spill: a note on legitimacy theory. *Accounting, organizations and Society*, 17(5), 471-475.
- Pereira, P. T. (1997). A teoria da escolha pública (public choice): uma abordagem neoliberal?. *Análise Social*, 32(141), 419-442.
- Pérez, C. C.; Bolívar, M. P. R & Hernández, A. M. L. (2008). E-Government process and incentives for online public financial information. *Online Information Review*, 32(3), 379-400.
- Perrow, C. (1986). Economic theories of organization. *Theory and society*, 15(1), 11-45.
- Pina, V., Torres, L., & Royo, S. (2010). Is e-government promoting convergence towards more accountable local governments?. *International Public Management Journal*, 13(4), 350-380.
- Pinho, J. A. G. D. (2006, novembro). Accountability em portais estaduais e municipais no Brasil: realidades distantes das promessas. *Anais do Encontro de Administração Pública e Governança*, Brasília, DF, Brasil, 2.

- Piotrowski, S. J., & Bertelli, A. (2010, April). Measuring municipal transparency. In *14th IRSPM Conference, Bern, Switzerland, April*.
- Piotrowski, S. J., & Van Ryzin, G. G. (2007). Citizen attitudes toward transparency in local government. *The American Review of Public Administration*, 37(3), 306-323.
- Pomeroy, B., & Thornton, D. B. (2008). Meta-analysis and the accounting literature: The case of audit committee independence and financial reporting quality. *European Accounting Review*, 17(2), 305-330.
- Prat, A. (2006). The More Closely We Are Watched, the Better We Behave? In C. Hood & D. Heald (Eds.), *Transparency: The Key to Better Governance?* (pp.91–103). Oxford: Oxford University Press.
- Puron-Cid, G., & Bolívar, M. P. R. (2017). The effects of contextual factors into different features of financial transparency at the municipal level. *Government Information Quarterly*, 22(2), 258-276.
- Queiroz, D. B. (2017, junho). Influência do ano eleitoral, da mudança de gestor público e do mandato eleitoral sobre mudanças na composição dos gastos públicos nos estados brasileiros. *Anais Congresso Anpcont*, Belo Horizonte, MG, Brasil, 11.
- Queiroz, D. B., Nobre, F. C., da Silva, W. V., & Araújo, A. O. (2013). Transparência dos Municípios do Rio Grande do Norte: avaliação da relação entre o nível de disclosure, tamanho e características socioeconômicas. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 1(2), 38-51.
- Randolph, J., & Bauer, M. (1999). Improving Environmental Decision-making Through Collaborative Methods. *Review of Policy Research*, 16(3-4), 168-191.
- Relly, J. E., & Sabharwal, M. (2009). Perceptions of transparency of government policymaking: A cross-national study. *Government Information Quarterly*, 26(1), 148-157.
- Richardson, R. J. (1989). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas.
- Ríos, A. M., Benito, B., & Bastida, F. (2013). Determinants of central government budget disclosure: an international comparative analysis. *Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice*, 15(3), 235-254.
- Roach, K. (1994). The problems of public choice: the case of short limitation periods. *Osgoode Hall Law Journal*, 31(4), 95-109.
- Rodrigues, A., Paulo, E. (2009). Introdução à Análise Multivariada. In: L. J. Corrar, E. Paulo, & J. M. Dias Filho. (Coords.), *Análise multivariada: para os cursos de administração, ciências contábeis e economia* (pp. 49-65). São Paulo: Atlas.
- Rodríguez Bolívar, M. P., Muñoz, L. A., & Hernández, A. M. L. (2013). Determinants of financial transparency in government. *International Public Management Journal*, 16(4), 557-602.

- Rogoff, k. (1990). Equilibrium Political Budget Cycles. *American Economic Review*, 80, 21–36.
- Rogoff, K., & Sibert, A. (1988). Elections and macroeconomic policy cycles. *The Review of Economic Studies*, 55(1), 1-16.
- Rojas-Suárez, L., Cañonero, G., & Talvi, E. (1998). Economics and politics in Latin America: will upcoming elections compromise stability and reform?. *Global Emerging Markets Research*, 4, 44-68.
- Ruckert, I. N., Borsatto, M. L., & Rabelo, M. (2002). *As finanças municipais e os gastos sociais no Rio Grande do Sul — 1995-99*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser.
- Rudio, F. V. (1980). *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. Petrópolis: Vozes.
- Sakurai, S. N., & Menezes, N. A., Filho. (2011). Opportunistic and partisan election cycles in Brazil: new evidence at the municipal level. *Public Choice*, (148), 233-247.
- Salgado, L. H. (2003). *Agências regulatórias na experiência brasileira: um panorama do atual desenho institucional*. Rio de Janeiro: IPEA.
- Santana Junior, J. J. B. (2008). *Transparência fiscal eletrônica: uma análise dos níveis de transparência apresentados nos sites dos poderes e órgãos dos Estados e do Distrito Federal do Brasil*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.
- Santos, L. P. G. D. (2015). Comparing the Use of Forward-Looking and Contemporary Performance Measurement to Formulate Incentive Contracts in the Presence of the Horizon Problem: An Experimental Analysis. *Revista Contabilidade & Finanças*, 26(68), 195-207.
- Sargent, T. J., & Wallace, N. (1975). "Rational" Expectations, the Optimal Monetary Instrument, and the Optimal Money Supply Rule. *Journal of political economy*, 83(2), 241-254.
- Sato, F. R. L. (2007). A teoria da agência no setor da saúde: o caso do relacionamento da Agência Nacional de Saúde Suplementar com as operadoras de planos de assistência supletiva no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 41(1), 49-62.
- Schultz, K. A. (1999). Do Democratic Institutions Constrain or Inform? Contrasting Two Institutional Perspectives on Democracy and War. *International Organization*, 53(2), 233–266.
- Schumpeter, J. A. (1942). *Socialism, capitalism and democracy*. Harper and Brothers.
- Serrano-Cinca, C., Tomás, M. R., & Tarragona, P. P. (2009). Factors influencing e-disclosure in local public administrations. *Environment and planning C: Government and Policy*, 27(2), 355-378.

- Shapiro, S. P. (2005). Agency theory. *Annual review of sociology*, 31, 263-284.
- Shi, M., & Svensson, J. (2006). Political budget cycles: Do they differ across countries and why?. *Journal of public economics*, 90(8), 1367-1389.
- Shugart, W. F., Razzolini, L. (2001). The Elgar Companion to Public Choice. *Economics and Finance Faculty Publications*, (448), 4-36.
- Slomski, V. (2005). *Controladoria e Governança na Gestão Pública*. São Paulo: Atlas.
- Slomski, V., Mello, G. R., Tavares Filho, F., & Macêdo, F. Q. (2008). *Governança Corporativa e Governança na Gestão Pública*. São Paulo: Atlas.
- Smith, K. A. (2004). Voluntarily reporting performance measures to the public a test of accounting reports from US Cities. *International Public Management Journal*, 7(1), 19.
- Sol, D. A. D. (2013). The institutional, economic and social determinants of local government transparency. *Journal of Economic Policy Reform*, 16(1), 90-107.
- Souza, F. J. V. D., Araujo, A. O., & Silva, M. C. D. (2016). Índice de informação contábil pública: um estudo nos municípios brasileiros. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 15(44), 37-48.
- Stiglitz, J. (2002). Transparency in government. In World Bank Institute, *The right to tell: the role of mass media in economic development* (pp. 27-44). Washington: The World Bank.
- Stiglitz, J. E. (1999). *On liberty, the right to know and public disclosure: the role of transparency in public life*. Oxford: Amnesty Lecture.
- Stivers, C. (2008). *Governance in dark times: Practical philosophy for public service*. Georgetown: Georgetown University Press.
- Strumpf, K. S. (1998). A predictive index for the flypaper effect. *Journal of Public Economics*, 69(3), 389-412.
- Styles, A. K., & Tennyson, M. (2007). The accessibility of financial reporting of US municipalities on the Internet. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, 19(1), 56.
- Suchman, M. C. (1995). Managing legitimacy: Strategic and institutional approaches. *Academy of management review*, 20(3), 571-610.
- Thompson, E. P. (1998). *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Tolbert, P. S., & Zucker, L. G. (1998). A institucionalização da teoria institucional. In S. R. Clegg, C. Hardy, & W. R. Nordy (Orgs.), *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais* (pp. 196-219). São Paulo: Atlas.
- Tullock, G., Seldon, A., & Brady, G. L. (2002). *Government failure: a primer in public choice*. Washington: Catho Institute.

- Vicente, E. F. R., & Nascimento, L. S. (2012). A efetividade dos ciclos políticos nos municípios brasileiros: um enfoque contábil. *Revista de Contabilidade e Organizações*, (6), 106-126.
- Wagner, W. E. (2010). Administrative law, filter failure, and information capture. *Duke Law Journal*, 59, 1321-1342.
- Webler, T. (1995). "Right" discourse in citizen participation: an evaluative yardstick. *Fairness and competence in citizen participation*, 10, 35-77.
- Wehner, J., & De Renzio, P. (2013). Citizens, legislators, and executive disclosure: The political determinants of fiscal transparency. *World Development*, 41, 96-108.
- White, F., & Hollingsworth, K. (1999). *Audit, accountability and government*. Oxford: Oxford University Press.
- Williamson, O. E. (1963). Managerial discretion and business behavior. *The American Economic Review*, 53(5), 1032-1057.
- Wiseman, R. M., & Gomez-Mejia, L. R. (1998). A behavioral agency model of managerial risk taking. *Academy of management Review*, 23(1), 133-153.
- Wooldridge, J.M. (2003). *Introductory Econometrics: a Modern Approach*. Ohio: South-Western College.
- Wright, P., Ferris, S. P., Sarin, A., & Awasthi, V. (1996). Impact of corporate insider, blockholder, and institutional equity ownership on firm risk taking. *Academy of Management Journal*, 39(2), 441-458.
- Wyckoff, P.G. (1988). A Bureaucratic Theory of Flypaper Effects. *Journal of Urban Economics*, 23, 115-129.
- Yazigi, A. F. (1999). Dinero, política y transparencia: El imperativo democrático de combatir la corrupción. In *International Anti-Corruption Conference (IACC)*, Barcelona, ES, Espanha, 9.
- Zimmerman, J. L. (1977). The municipal accounting maze: An analysis of political incentives. *Journal of Accounting Research*, (4), 107-144.
- Zuccolotto, R. (2014). *Fatores determinantes da transparência do ciclo orçamentário estendido: evidências nos estados brasileiros*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Zuccolotto, R., Riccio, E. L., & Sakata, M. C. G. (2014). Characteristics of scientific production on governmental transparency. *International Journal of Auditing Technology*, 2(2), 134-152.